

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Embraer S.A. ("Embraer" ou "Controladora"; de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou a "Companhia") é uma sociedade por ações com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil e tem como atividade preponderante o desenvolvimento, a produção e a comercialização de jatos e turbo-hélices para aviação civil e de defesa, de aviões para uso agrícola, de partes estruturais, de sistemas mecânicos e hidráulicos, serviços aeronáuticos e atividades técnicas vinculadas à produção e manutenção de material aeroespacial.

Em 16 de setembro de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração e em 19 de novembro de 2010, pelos acionistas, a proposta de alteração do objeto social e da razão social da Controladora que passou a se chamar Embraer S.A.. A proposta foi submetida ao membro do Conselho de Administração eleito pela União Federal, assim como ao Ministério da Fazenda, os quais se manifestaram favoravelmente à matéria.

Foram incluídas e adicionadas as seguintes atividades ao seu objeto social:

- i) Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, softwares, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, de segurança e de energia, bem como promover ou executar atividades técnicas vinculadas à respectiva produção e manutenção, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade; e
- ii) Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos às indústrias de defesa, de segurança e de energia.

As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBOVESPA"), denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"). Também, a Companhia possui *American Depositary Shares (evidenciadas pelo American Depositary Receipt-"ADR")* registrados na *U.S. Securities Exchange Commission* ("SEC"). A Companhia não tem grupo controlador e seu capital compreende apenas ações ordinárias.

A Companhia possui subsidiárias integrais consolidadas e/ou escritórios de representação comercial, que estão localizados no Brasil, Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, China e Singapura, e são principalmente envolvidos em vendas, marketing e pós-vendas de serviços/manutenção.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os International Financial Accounting Standards – IFRS e as demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que, para o IFRS é utilizado o método do custo ou valor justo.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas. Isso requer da administração julgamento para aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas envolvendo alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda

áreas onde premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações financeiras estão descritas na Nota 3. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os IFRS compreendem (i) os IFRS, (ii) os International Accounting Standard ("IAS"), e (iii) as Interpretações originadas do International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou anteriormente Standing Interpretations Committee ("SIC"). As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de acordo com os IFRS são equivalentes às apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Estas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras apresentadas de acordo com os IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia ("antigo padrão contábil brasileiro") e os IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 5.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da (i) Controladora e de todas as subsidiárias que a Embraer, direta ou indiretamente, tem a maioria no capital da subsidiária ou o controle de gestão, (ii) entidades de propósitos específicos (EPE's) que a Companhia tem controle e (iii) fundo de investimentos exclusivos, como segue:

ELEB – Equipamentos Ltda. – "ELEB" - localizada em São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, com participação da Embraer de 99,99% no capital social dessa subsidiária. A ELEB produz e vende equipamentos hidráulicos e mecânicos de alta precisão para serem utilizados na indústria aeronáutica, substancialmente em aeronaves da Embraer, e possui como subsidiária integral a ELEB Aerospace, Inc. domiciliada em Delaware, Estados Unidos, com base operacional no Estado de Kansas, Estados Unidos, cujas atividades estão em fase de encerramento.

Embraer Aircraft Holding Inc. - "EAH" - subsidiária integral, domiciliada em Fort Lauderdale, Estados Unidos, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias localizadas nos Estados Unidos:

- Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - "EACS" - realiza vendas de peças de reposição, serviços e apoio ao produto a clientes nos Estados Unidos, Canadá e Caribe.
- Embraer Aircraft Maintenance Services Inc. - "EAMS" - tem como atividade a prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes.
- Embraer Training Services - "ETS" – domiciliada em Delaware – Estados Unidos, engloba atividades corporativas e institucionais e tem como subsidiária a Embraer CAE Training Services – "ECTS" - domiciliada em Delaware – Estados Unidos, controlada pela ETS com participação de 51% no capital social e tem como atividade a prestação de serviços de treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.
- Embraer Executive Jet Services, LLC - "EEJS" - domiciliada em Delaware – Estados Unidos, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda e manutenção de aeronaves executivas.
- Embraer Services Inc. - "ESI" - presta suporte nos Estados Unidos da América aos programas do mercado de defesa e comercial.
- Embraer Executive Aircraft, Inc. - constituída em 2008, está domiciliada em Delaware, com base operacional em Melbourne, Flórida, nos Estados Unidos, tem como atividade a montagem final e entrega do jato executivo Phenom.

Embraer Ásia Pacific PTE. Ltd. - "EAP" – subsidiária integral, domiciliada em Cingapura, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda na Ásia.

Embraer Austrália PTY Ltd. - “EAL” - subsidiária integral, domiciliada em Melbourne, Austrália, tem como objetivo prestar serviços de suporte pós-venda para os clientes da Oceania, Ásia e região. Atualmente as atividades dessa subsidiária estão paralisadas.

Embraer Aviation Europe SAS - “EAE” - subsidiária integral, situada em Villepinte, França, engloba atividades corporativas e institucionais e tem as seguintes subsidiárias:

- Embraer Aviation International SAS - “EAI” - domiciliada em Villepinte, França, realiza venda de peças e presta serviços de suporte pós-venda na Europa, África e no Oriente Médio.
- Embraer Europe SARL - “EES” - domiciliada em Villepinte, França, tem como atividade a representação comercial da Companhia na Europa, África e no Oriente Médio.

Embraer Credit Ltd. - “ECL” - subsidiária integral, domiciliada em Delaware, Estados Unidos, tem como atividade o apoio às operações de comercialização de aeronaves.

Embraer GPX Ltda. – “GPX” - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, constituída em 2006, localizada em Gavião Peixoto, São Paulo, Brasil, tem como atividade principal a exploração de serviços de manutenção de aeronaves, tendo iniciado suas operações em outubro de 2009.

Embraer Overseas Ltd. – “EOS” - subsidiária integral, domiciliada nas Ilhas Cayman, tem atividade restrita à realização de operações financeiras, incluindo a captação e aplicação de recursos, operações de mútuo para as empresas do Grupo Embraer.

Embraer Representation LLC - “ERL” - subsidiária integral, domiciliada em Delaware, Estados Unidos, tem como atividade a representação comercial e institucional da Companhia.

Embraer Spain Holding Co. SL - “ESH” - subsidiária integral, domiciliada na Espanha, tem como objetivo coordenar os investimentos em subsidiárias no exterior, inclusive aquelas voltadas às atividades de suporte à comercialização de aeronaves e gestão dos ativos provenientes dessas operações. As atividades da ESH são operacionalizadas por suas seguintes subsidiárias:

- Airholding SGPS, S.A. - domiciliada em Portugal, com participação da ESH de 70% no seu capital social, possui como atividade preponderante a participação em 65% do capital votante da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. (“OGMA”), uma companhia portuguesa de manutenção e produção aeronáutica, que tem como acionista também a Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF, com 35% do capital votante.
- ECC Investment Switzerland AG - domiciliada na Suíça, possui participação de 100% no capital das subsidiárias ECC Insurance & Financial Co. Ltd. – “ECC Insurance” e Embraer Finance Ltd. – “EFL”.
 - ECC Insurance & Finance Co. - domiciliada nas Ilhas Cayman, é uma companhia cativa de seguros que tem por objetivo cobrir as garantias financeiras oferecidas aos clientes e/ou agentes financiadores envolvidos nas estruturas de vendas de aeronaves da Companhia.
 - Embraer Finance Ltd. – “EFL” - domiciliada nas Ilhas Cayman, apóia os clientes na obtenção de financiamentos de terceiros assim como fornece suporte em algumas atividades de compra e venda da Companhia.
- ECC Leasing Co. Ltd. - domiciliada na Irlanda, cujas atividades são arrendamento e comercialização de aeronaves usadas.
- Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. - “HEAI” - com sede na cidade de Harbin, na China, destina-se a fabricar aviões visando atender às demandas do mercado de transporte aéreo da China.

- Embraer CAE Training Services (UK) Ltd. - constituída em 2009, está domiciliada em Burges Hill – Reino Unido, com participação de 51% no capital social, tem como objetivo prestar serviço de treinamento de pilotos, mecânicos e tripulação.
- Embraer Portugal - SGPS S.A. - subsidiária integral constituída em 2008, está domiciliada em Évora, Portugal, tem como objetivo coordenar os investimentos e atividades econômicas em suas subsidiárias naquele país.
 - Embraer-Portugal Estruturas Metálicas S.A. - constituída em 2008, está domiciliada em Portugal, na cidade de Évora, tem como objeto social a fabricação, montagem, manutenção e comercialização de peças, componentes e conjuntos metálicos e a execução de outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionados à indústria de produtos metálicos.
 - Embraer-Portugal Estruturas em Compósitos S.A. – constituída em 2008, está domiciliada em Portugal, na cidade de Évora, tem como objeto social a fabricação, montagem e comercialização de estruturas a partir de peças e conjuntos em materiais compostos e a execução de outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços relacionados à indústria de produtos fabricados com materiais compostos e não metálicos.
- Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd – “ECA” – domiciliada na China, em Beijing, tem como atividade a prestação de serviços de suporte pós-venda, manutenção e comercialização de peças e componentes a clientes na China.

ECC do Brasil Cia. de Seguros – “ECC” - subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, domiciliada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, constituída em 2004 e aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, tem o objetivo de operar unicamente em seguros de crédito à exportação. Em 7 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Embraer aprovou a intenção de alienação da totalidade das ações da ECC do Brasil Cia de Seguros. Em 7 de abril de 2009, a Embraer celebrou contrato de venda da totalidade das ações da ECC do Brasil Cia. de Seguros, com condição suspensiva de aprovação do negócio pela SUSEP. Em 19 de janeiro de 2011 foi concedida a aprovação pela SUSEP.

Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - “Neiva” – subsidiária com participação da Embraer de 99,99% no capital social, localizada em Botucatu, Estado de São Paulo, Brasil, atualmente está envolvida na comercialização de aeronaves agrícolas, bem como de peças de reposição deste modelo de aeronave.

Entidades de propósito específico - “EPEs” - a Companhia estrutura algumas de suas transações de financiamento de vendas de aeronaves por meio de EPEs, sobre as quais a Companhia não detém participação societária direta ou indiretamente. Mesmo não possuindo vínculo societário, a Companhia detém o controle das operações ou participa de forma majoritária dos riscos e recompensas de algumas dessas EPEs, consolidando, desta forma, essas EPEs nas suas demonstrações financeiras. As EPEs consolidadas são: PM Limited, Refine Inc., RS Limited, River One Ltd., Port One Ltd. e Table Inc.. As EPEs nas quais a Embraer não figura como Controladora não são consolidadas, com base em fundamentos e análises técnicas realizadas pela Administração.

Fundos de investimentos exclusivos - “FIE” - em consonância com suas estratégias de negócios, a Companhia possui fundos de investimentos exclusivos, os quais estão consolidados nas demonstrações financeiras. Os títulos e investimentos mobiliários mantidos por meio desses fundos são registrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa ou Instrumentos financeiros ativos, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento dos fundos, que prevêm a negociação desses títulos em prazos que caracterizam a liquidez imediata dos valores (Nota 7 e 8).

c) Demonstrações financeiras da Controladora

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e são publicadas juntamente com as Demonstrações Financeiras consolidadas.

O balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração da mutação do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício de 2009, originalmente preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, incluindo os Pronunciamentos Técnicos do CPC 01 ao 14, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas para todos os períodos apresentados, exceto, quando diferentemente demonstrado.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas das seguintes entidades:

- (i) A Controladora e todas as subsidiárias nas quais possui participação majoritária, direta ou indiretamente, do capital da subsidiária e/ou controle administrativo;
- (ii) EPEs nas quais a Controladora não detém participação societária direta ou indiretamente, no entanto, detém o controle de suas operações ou participa de forma majoritária nos seus riscos e recompensas; e
- (iii) Fundos de investimentos exclusivos - “FIE”.

Todas as contas entre entidades do grupo e transações oriundas das entidades consolidadas foram eliminadas.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades (inclusive EPEs) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e normalmente evidenciadas por uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. A Companhia aplica a política de tratar as operações com participações não-Controladoras como operações entre acionistas. As baixas de participações não-Controladoras resultam em ganhos e perdas para a Companhia e são registradas no patrimônio líquido.

O método de contabilização de compra é usado para registrar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado segundo o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data em que o controle é transferido para a Companhia. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesa no período em que os custos são incorridos e os serviços recebidos. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registrados no resultado do período em que são incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo

seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

c) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

A Administração, após análise das operações e negócios da Embraer, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar ("US\$" ou "dólar") é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;
- Moeda que mais influencia mão de obra, material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras; e
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

Os valores em reais apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram mensurados utilizando-se a moeda funcional dólar, que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Controladora está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

A moeda funcional das entidades controladas pela Embraer é aquela do ambiente econômico do país em que estão inseridas exceto suas subsidiárias ELEB Equipamentos Ltda., Embraer Aviation Europe SAS, Embraer Asia Pacific Pte. Ltd., Embraer Spain Holding CO SL Airholding SGPS AS e ECC Investment Switzerland AG, que possuem a moeda funcional dólar.

d) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do exercício;
- Contas do resultado, do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa e do valor adicionado pela taxa média mensal;
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada, "Ajustes acumulados de conversão".

Demonstramos a seguir os balanços patrimoniais consolidados, demonstrações consolidadas dos resultados e os fluxos de caixa consolidados em moeda funcional (dólares) e convertidos para a moeda de apresentação (reais).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

ATIVO	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1.393.110	2.321.199	1.592.360	2.772.618	1.820.710	4.254.999
Instrumentos financeiros ativos	733.524	1.222.198	953.826	1.660.803	380.775	889.871
Contas a receber de clientes, líquidas	348.566	580.781	406.883	708.465	448.783	1.048.806
Instrumentos financeiros derivativos	6.794	11.320	12.720	22.148	29.936	69.960
Financiamento a clientes	20.442	34.061	11.241	19.572	8.610	20.123
Contas a receber vinculadas	11.631	19.379	12.038	20.960	11.504	26.886
Estoques	2.193.368	3.654.591	2.438.538	4.245.983	2.930.079	6.847.595
Outros ativos	275.356	458.797	215.281	374.844	240.113	561.144
	4.982.791	8.302.326	5.642.887	9.825.393	5.870.510	13.719.384
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes	697	1.162	464	807	5.857	13.689
Instrumentos financeiros derivativos	15.477	25.787	11.877	20.680	-	-
Instrumentos financeiros ativos	52.087	86.788	24.890	43.339	68.307	159.633
Financiamento a clientes	50.053	83.398	41.532	72.316	113.196	264.539
Contas a receber vinculadas	526.608	877.435	473.977	825.288	467.146	1.091.720
Estoques	4.904	8.171	6.465	11.257	7.959	18.600
Outros ativos	237.125	395.097	183.416	319.365	164.598	384.665
Depósitos em garantia	464.832	774.503	505.574	880.306	493.212	1.152.636
Imposto de renda e contribuição social diferidos	139.089	231.750	171.669	298.910	10.914	25.506
Investimentos	5	8	5	9	4	10
Imobilizado	1.200.981	2.001.074	1.101.335	1.917.645	1.059.628	2.476.351
Intangível	716.309	1.193.515	725.452	1.263.158	689.935	1.612.378
	3.408.167	5.678.688	3.246.656	5.653.080	3.080.756	7.199.727
TOTAL DO ATIVO	8.390.958	13.981.014	8.889.543	15.478.473	8.951.266	20.919.111
PASSIVO	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
CIRCULANTE						
Fornecedores	750.227	1.250.029	596.339	1.038.345	1.072.411	2.506.226
Financiamentos	72.550	120.883	592.404	1.031.494	539.012	1.259.671
Dívidas com e sem direito de regresso	111.820	186.314	135.940	236.699	137.678	321.753
Contas a pagar	84.439	140.694	108.084	188.194	69.963	163.506
Contribuições de parceiros	885	1.474	884	1.540	2.492	5.823
Adiantamentos de clientes	779.438	1.298.699	762.772	1.328.138	1.137.659	2.658.708
Impostos e encargos sociais a recolher	79.545	132.538	64.884	112.976	57.539	134.468
Imposto de renda e contribuição social	9.998	16.658	13.563	23.617	5.795	13.542
Instrumentos financeiros derivativos	834	1.390	506	881	166.484	389.072
Provisões diversas	309.594	515.844	233.475	406.527	213.442	498.813
Provisão para contingência	7.545	12.572	10.454	18.203	9.472	22.137
Dividendos	49.412	82.331	119.605	208.256	857	2.001
Receitas diferidas	132.551	220.856	111.606	194.328	113.076	264.259
	2.388.838	3.980.282	2.750.516	4.789.198	3.525.880	8.239.979
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos	1.362.215	2.269.723	1.465.937	2.552.489	1.300.757	3.039.870
Dívidas com e sem direito de regresso	358.453	597.254	371.602	647.033	366.877	857.391
Contas a pagar	27.590	45.971	25.012	43.550	22.115	51.684
Contribuições de parceiros	16.789	27.974	67.718	117.911	44.267	103.453
Adiantamentos de clientes	212.199	353.565	398.117	693.201	449.208	1.049.800
Instrumentos financeiros derivativos	1.406	2.342	4.141	7.210	-	-
Impostos e encargos sociais a recolher	453.279	755.254	427.046	743.573	343.553	802.884
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.402	18.998	16.197	28.202	36.458	85.202
Garantia financeira	219.539	365.795	257.098	447.659	172.955	404.195
Provisões diversas	49.650	82.729	82.576	143.781	73.573	171.939
Provisão para contingência	69.295	115.459	50.326	87.628	39.876	93.190
Receitas diferidas	88.771	147.911	90.296	157.226	50.152	117.209
	2.870.588	4.782.975	3.256.066	5.669.463	2.899.791	6.776.817
TOTAL DO PASSIVO	5.259.426	8.763.257	6.006.582	10.458.661	6.425.671	15.016.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.438.007	4.789.617	1.438.007	4.789.617	1.438.007	4.789.617
Ações em tesouraria	(183.743)	(320.250)	(183.743)	(320.250)	(183.743)	(320.250)
Reservas de lucros	1.759.935	2.372.289	1.607.464	2.239.478	1.287.779	1.487.677
Remuneração baseada em ações	3.399	5.809	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	10.932	(1.801.329)	17.005	(1.561.265)	13.754	(1.758)
Prejuízos acumulados	-	-	(86.103)	(285.053)	(100.161)	(216.465)
	3.028.530	5.046.136	2.792.630	4.862.527	2.455.636	5.738.821
Participação de acionistas não-controladores	103.002	171.621	90.331	157.285	69.959	163.494
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.131.532	5.217.757	2.882.961	5.019.812	2.525.595	5.902.315
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.390.958	13.981.014	8.889.543	15.478.473	8.951.266	20.919.111

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

	31.12.2010		31.12.2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$
RECEITAS LÍQUIDAS	5.364.068	9.380.625	5.497.756	10.871.275
Custo dos produtos vendidos	(4.338.122)	(7.582.662)	(4.428.428)	(8.759.483)
LUCRO BRUTO	1.025.946	1.797.963	1.069.328	2.111.792
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Administrativas	(197.487)	(346.061)	(191.258)	(376.199)
Comerciais	(374.089)	(657.010)	(304.602)	(601.119)
Pesquisas	(72.133)	(126.102)	(55.643)	(110.855)
Outras receitas (despesas), líquidas	9.416	16.730	(138.444)	(256.879)
RESULTADO OPERACIONAL	391.653	685.520	379.381	766.740
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17.573	30.885	10.247	16.301
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.080)	(1.350)	(68.834)	(135.824)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO	408.146	715.055	320.794	647.217
Imposto de renda e contribuição social	(62.714)	(114.877)	158.147	290.054
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	345.432	600.178	478.941	937.271
Lucro atribuído aos:				
Acionistas da Embraer	330.265	573.592	465.195	912.093
Acionistas não-controladores	15.167	26.586	13.746	25.178

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO FLUXO DE CAIXA

	31.12.2010		31.12.2009	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	345.432	600.178	478.942	937.271
Itens que não afetam o caixa :				
Depreciações	102.965	179.819	115.178	228.341
Amortizações	116.228	203.776	114.067	223.807
Provisão(reversão/baixa) para obsolescência dos estoques	(5.574)	(7.744)	29.400	50.451
Provisão Ajuste Valor de mercado	62.331	108.094	6.100	12.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.691	55.053	(186.880)	(367.579)
Juros sobre parcelamentos de impostos e empréstimos	(10.159)	(17.489)	21.913	39.026
Remuneração em ações	3.399	5.809	-	-
Variação monetária e cambial, líquidas	7.321	13.169	82.248	163.217
Garantia de valor residual	2.743	4.619	(1.133)	(1.917)
Outros	13.459	23.726	9.298	23.817
Variação nos ativos e passivos circulantes:				
Instrumentos financeiros ativos	220.037	362.101	(458.718)	(956.171)
Contas a receber e contas a receber vinculadas	(1.716)	(4.864)	73.089	132.406
Financiamento a Clientes	(17.722)	(29.091)	69.033	132.144
Estoques	118.538	181.229	473.917	744.196
Outros ativos	(45.705)	(89.146)	47.045	85.063
Fornecedores	153.096	275.401	(487.802)	(902.817)
Dívida com direito de regresso	(37.269)	(64.543)	2.987	4.195
Contas a Pagar	(42.894)	(73.764)	29.710	50.085
Contribuição de parceiros	18.512	29.590	90.216	179.132
Adiantamentos de clientes	(186.219)	(312.435)	(468.902)	(853.719)
Impostos a recolher	7.521	16.700	(7.383)	1.457
Garantias financeiras	(40.303)	(68.031)	(15.464)	(30.700)
Provisões e contingências	44.320	79.519	(58.500)	(184.321)
Receitas diferidas	19.417	34.643	38.674	74.731
Participação dos não-controladores	(2.496)	(4.777)	6.626	11.507
Caixa (usado) gerado nas atividades operacionais	873.953	1.501.542	3.661	(204.123)
Atividades de investimento:				
Venda de imobilizado	29.271	50.314	28.586	49.925
Adições ao imobilizado	(149.640)	(260.264)	(184.686)	(389.417)
Adições ao intangível	(178.685)	(313.087)	(219.448)	(435.115)
Títulos e Valores Mobiliários	10.659	17.626	-	-
Caixa restrito para construção de ativos	-	-	(2.476)	(5.466)
Caixa usado nas atividades de investimento	(288.395)	(505.411)	(378.024)	(780.073)
Atividades financeiras:				
Financiamentos pagos	(1.583.374)	(2.766.623)	(1.498.473)	(2.946.469)
Novos financiamentos obtidos	942.755	1.636.351	1.474.591	2.810.316
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	(161.631)	(280.732)	-	-
Subvenção para investimentos	-	(39)	-	-
Caixa usado nas atividades financeiras	(802.250)	(1.411.043)	(23.882)	(136.153)
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(216.692)	(414.912)	(398.245)	(1.120.349)
EFEITO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.442	(36.507)	169.895	(362.032)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.592.360	2.772.618	1.820.710	4.254.999
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.393.110	2.321.199	1.592.360	2.772.618

e) Transações em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos monetários são apresentados na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

f) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos mantidos para negociação, (ii) disponíveis para venda, (iii) mantidos até o vencimento, e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma rubrica do resultado afetada pela referida operação.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções privilegiando informações de mercado e minimizando informações geradas pela Administração.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente ("*impairment*").

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos em valores mobiliários que a Companhia tem habilidade e intenção em manter até a data de vencimento, são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo amortizado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem-se nesta classificação operações compromissadas e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") com registro de liquidez diária na CETIP (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos).

h) Instrumentos financeiros ativos mensurados por meio do resultado

Instrumentos financeiros ativos mensurados por meio do resultado são ativos financeiros adquiridos pela Companhia, principalmente para a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Usualmente, incluem-se nesta classificação valores mobiliários com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação.

i) Derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, em "Receitas (despesas) financeiras" exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge*.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, nenhum instrumento derivativo foi designado como *hedge accounting*.

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e incluem valores das receitas de contratos de construção reconhecidas de acordo com os custos incorridos. São mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Uma provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes, como em casos de dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a provisão para contas a receber. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra despesas comerciais, na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Companhia não registra o ajuste a valor presente em virtude de não terem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

k) Financiamento a clientes

Consiste participação em financiamentos concedidos nas vendas de algumas aeronaves e são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que os ativos estão registrados por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desses ativos.

l) Contas a receber vinculadas e dívidas com e sem direito de regresso

Algumas das transações de venda da Companhia são compostas por financiamentos estruturados, por meio dos quais uma EPE compra a aeronave, paga à Companhia o preço de compra, quando da sua entrega ou da conclusão do financiamento estruturado da venda, e transfere a aeronave objeto da compra ao cliente final. Uma instituição financeira financia a compra da aeronave de uma EPE, parte do risco desse crédito permanece com a instituição financeira e a Companhia oferece garantias financeiras e/ou garantias de valor residual em favor da instituição.

A Companhia classifica os riscos relativos a esta operação como sem direito de regresso quando parte do risco permanece com a instituição financiadora e com direito de regresso quando o risco permanece com a Companhia (Nota 11).

m) Estoques

Os estoques, incluindo as peças de reposição e aeronaves usadas, estão avaliados e demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou ao valor realizável líquido, entre esses o menor. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado.

Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas e, quando aplicável, estão reduzidos ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas estimadas de vendas.

Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidades superiores àquelas a serem utilizadas em projetos. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

n) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das sociedades controladas é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na rubrica ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são levados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda da controlada para a Controladora ou entre as controladas; perdas não realizadas geralmente não são eliminadas, uma vez que se constituem em evidência de necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* desses ativos.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os lucros não realizados nas vendas da Controladora para suas controladas são eliminados no resultado da Controladora nas contas de vendas e custos entre partes relacionadas contra a conta de receitas diferidas no passivo.

o) Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por *impairment*.

A depreciação é calculada pelo método linear, exceto para as peças de reposição ao programa *Exchange pool*, com base na vida útil estimada para o ativo. Esta estimativa leva em conta o tempo pelo qual o ativo trará retorno financeiro para a Companhia sendo revisada anualmente. As taxas utilizadas pela Companhia são divulgadas na Nota 17. Terrenos não são depreciados.

A Companhia atribui valor residual para determinados modelos de aeronaves e para peças de reposição de aeronaves constantes do programa *Exchange Pool*. Para os demais ativos a Companhia não atribui valor residual, uma vez que devido a característica desses ativos e de sua utilização, é pouco comum a baixa de quantidade de ativos vendidos e quando isso acontece, normalmente os ativos são realizados por valores irrelevantes.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a imobilizações em andamento para, posteriormente, serem transferidos para as contas definitivas do imobilizado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas), líquidas na demonstração do resultado.

Segue abaixo resumo da descrição dos itens que compõem o ativo imobilizado:

- Terrenos - compreendem áreas onde estão principalmente os edifícios industriais, de engenharia e administrativos.
- Edifícios e benfeitorias em terrenos – Edifícios compreendem principalmente fábricas, engenharia e escritórios e benfeitorias compreendem estacionamentos, arruamentos, rede de água e esgoto.
- Instalações - compreendem as instalações industriais auxiliares que direta ou indiretamente suportam as operações industriais da Companhia, assim como instalações das áreas de engenharia e administrativa.
- Máquinas e equipamentos – compreendem principalmente os maquinários e outros equipamentos utilizados direta ou indiretamente no processo fabril.
- Móveis e utensílios – compreendem principalmente mobiliários e utensílios utilizados nas áreas produtivas, engenharia e administrativa.
- Veículos – compreendem principalmente veículos industriais e automóveis.
- Aeronaves – compreendem principalmente aeronaves que são arrendadas às companhias aéreas, além daquelas utilizadas pela Controladora para auxiliar nos ensaios de novos projetos.
- Computadores e periféricos – compreendem equipamentos de informática utilizados principalmente no processo produtivo, engenharia e administrativo.
- Imobilizações em andamento – compreendem principalmente obras para ampliação do parque fabril e centros de manutenção de aeronaves.

- “Pool” de peças - compreende peças de reposição para uso exclusivo dos clientes que contrataram o Programa “Exchange Pool”. Esse Programa prevê que tais clientes podem trocar um componente danificado por outro em condições de funcionamento, conforme definido no Programa. Esse estoque é depreciado com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual médio de 35%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização e valor de realização, respectivamente.

p) Intangíveis

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos, compostos principalmente por gastos com desenvolvimento de produtos, incluindo desenhos, projetos de engenharia, construção de protótipos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos irão gerar benefícios econômicos futuros, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros e somente se o custo puder ser medido de modo confiável.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados com base na entrega de aeronaves que se estima vender na implementação de cada projeto, sendo os montantes amortizados apropriados ao custo de produção.

Revisões dessas estimativas são efetuadas na ocorrência de evidências que as justifiquem.

No caso de projetos paralisados ou daqueles cuja realização é considerada improvável, os gastos diferidos são baixados ou reduzidos ao valor líquido estimado de recuperação.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa na rubrica de outras receitas (despesas), líquidas, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(ii) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

q) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos no mínimo anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento, o teste de recuperação é feito independente de haver evidência de perda.

r) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

s) Financiamentos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação incorridos. Em seguida, os empréstimos obtidos são apresentados pelo

custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, pelo método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período de disponibilidade do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

t) Arrendamentos

A determinação sobre se uma transação é, ou contém, arrendamento mercantil, é baseada na essência da transação e exige a avaliação se (i) o cumprimento do acordo depende do uso de ativo ou ativo específico e (ii) o acordo transfere o direito de usar o ativo.

(i) Arrendamento de aeronaves

As aeronaves disponíveis para arrendamento ou arrendadas por meio de arrendamentos operacionais são registradas no balanço da Companhia como ativo imobilizado, sendo depreciadas ao longo da sua vida útil estimada. A receita de aluguel (líquida de qualquer incentivo dado aos arrendatários) é reconhecida pelo método linear pelo período do arrendamento. Aeronaves eventualmente arrendadas por meio de arrendamentos financeiros deixam de ser reconhecidas no ativo da Companhia após o início do arrendamento sendo a receita e o respectivo custo de venda reconhecidos na data da transação do arrendamento.

(ii) Outros arrendamentos

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia permanece substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas divulgadas na Nota 17.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

u) Custo de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

v) Adiantamento de clientes

Correspondem basicamente aos adiantamentos recebidos antes das entregas das aeronaves, denominados em grande parte na moeda funcional da Companhia.

w) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões para contingências – provisões são reconhecidas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade cujos montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Depósitos judiciais - são atualizados monetariamente e apresentados como outros ativos.

O montante registrado nas provisões é considerado suficiente para cobrir as estimativas de eventuais perdas para a Companhia.

x) Benefícios a empregados

(i) Contribuição definida

A Controladora e suas subsidiárias patrocinam um plano de pensão fechado de contribuição definida para seus empregados. Para as empresas sediadas no Brasil, o plano que estava sendo administrado pelo Banco do Brasil S.A. – BB Previdência, passou a ser administrado pela EMBRAERPREV – Sociedade de Previdência Complementar em 2010.

(ii) Benefício médico pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias provêem benefícios de assistência médica para seus aposentados, que tenham se aposentado em anos anteriores, não sendo mais concedido tal benefício para novos empregados.

Os custos previstos para o oferecimento de benefícios médicos pós-emprego e a cobertura dos dependentes são provisionados durante os anos de prestação de serviços dos funcionários.

A Companhia contabiliza esses benefícios reconhecendo no balanço o excesso ou a falta de provisão de fundos do plano de benefício médico pós-emprego, com base na diferença entre o valor justo do plano de ativos e a obrigação do benefício. A Companhia também reconhece alterações na provisão desse plano em outros resultados abrangentes, líquido de impostos, na medida que tais mudanças não são reconhecidas nos lucros como componentes do custo líquido do benefício.

Esta provisão é revisada anualmente na data do balanço. O custo do plano de benefício médico pós-emprego é determinado usando o método de unidade de crédito e diversas premissas atuariais, sendo as mais significativas: a taxa de desconto, a taxa de longo prazo do retorno do ativo do plano e a taxa de tendência de custo médico.

y) Lucro por ação

Nas demonstrações financeiras, a Companhia divulga o lucro básico por ação e o lucro diluído por ação. O lucro básico por ação ordinária é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas Embraer, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição atribuíveis a opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os períodos apresentados.

z) Programa para outorga de opções de ações

O programa para outorga de opções de ações instituído pela Companhia que recebe os serviços dos empregados e como retribuição efetua o pagamento através de instrumentos de capital próprio (opções de ações de sua emissão). O valor justo dos serviços dos empregados recebidos em troca da concessão das opções é reconhecido como despesa. O montante total a ser contabilizado é determinado pelo valor justo das opções outorgadas.

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período durante o qual todas as condições de aquisição sejam satisfeitas. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam adquiridas. A Companhia reconhece o impacto da revisão de estimativas iniciais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente em conta específica do patrimônio líquido.

aa) Participação nos lucros

A participação nos lucros pelos empregados, é vinculada ao lucro líquido da Companhia, e condicionada a atingimento de metas. Mensalmente são provisionados os valores apurados através da aplicação da proporção dos salários a pagar. As políticas determinadas para a participação nos lucros da Companhia estão descritas na Nota 32.

bb) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório por lei somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia pelos acionistas.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados são registrados na contabilidade como despesa financeira para fins fiscais. Entretanto, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, esses são apresentados diretamente como dedução do patrimônio líquido, pelo valor bruto, e os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

cc) Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São calculados observando-se suas alíquotas nominais de cada país, que conjuntamente, no caso das operações brasileiras, totalizam 34% - sendo imposto de renda (25%) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

O imposto de renda diferido é reconhecido, usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para absorver esses créditos tributários. Essa avaliação é efetuada com base em estimativas de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os prejuízos fiscais acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

dd) Garantias dos produtos

Gastos com garantia relacionados a aeronaves e peças de reposição são reconhecidos à época da entrega com base nos valores estimados a incorrer. Essas estimativas são baseadas em fatores históricos que incluem, entre outros, reclamações com garantia e respectivos custos de reparos e substituições, garantia dada pelos fornecedores e período contratual de cobertura. O período de cobertura da garantia varia de 36 a 60 meses.

Eventualmente, a Companhia pode vir a ser obrigada a realizar modificações no produto devido à exigência das autoridades de certificação aeronáutica ou após a entrega, devido à introdução de melhorias ou ao desempenho das aeronaves. Os custos previstos para tais modificações são provisionados no momento em que os novos requisitos ou melhorias são exigidos e conhecidos.

Alguns contratos de venda pode conter cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subsequente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia.

ee) Garantias financeiras e de valor residual

Mediante análise do mercado e do cenário, a Companhia pode conceder, em alguns casos, garantias financeiras ou de valor residual como parte da estrutura de financiamento no momento da entrega de suas aeronaves. O valor garantido tem como base o valor futuro esperado dessas aeronaves em um determinado momento ao longo da vigência desses financiamentos e estão sujeitos a um limite máximo garantido. Caso as garantias sejam acionadas a Companhia deverá suportar a diferença, caso haja, entre o valor garantido e valor justo de mercado da respectiva aeronave.

A provisão para garantias é determinada em bases estatísticas e com base em avaliações efetuadas por terceiros que levam em consideração, entre outros, os valores futuros das aeronaves nas datas de vencimento e dentro dos limites garantidos pela Companhia. Para fazer face ao risco de perda com essas garantias a Companhia constitui uma provisão e sua estimativa é revisada na ocorrência de eventos que justifiquem tais revisões quando provisão adicional poderá ser reconhecida com base nas estimativas de perda para fazer frente a essas garantias. (Nota 39).

As garantias de valor residual (*Residual Value Guarantee* – “RVG”) são contabilizadas como instrumentos financeiros de derivativos (Nota 40). A exposição é mitigada pelo fato de que, para se beneficiar da garantia, a contraparte garantida deve fazer com que os ativos correspondentes atendam às rigorosas condições para devolução das aeronaves.

A Companhia mantém, em alguns casos, depósitos em garantia em favor de terceiros para os quais foram fornecidas garantias financeiras e de valor residual relacionadas às estruturas de financiamento de aeronaves (Nota 11).

ff) Receitas diferidas

Referem-se às obrigações para fornecimento de peças de reposição, treinamento, representante técnico e outras obrigações constantes nos contratos de venda de aeronaves já entregues, cujas receitas serão apropriadas quando o serviço ou produto for entregue para o cliente.

Também se encontram registrados nesta rubrica os saldos de receitas diferidas de algumas vendas de aeronaves, que, de acordo com obrigações contratuais, são contabilizadas como arrendamentos operacionais.

Na Controladora referem-se ainda ao diferimento dos lucros não realizados nas vendas para suas controladas.

gg) Demais passivos circulantes e não-circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicável, acrescidos dos respectivos encargos e variações cambiais incorridos.

hh) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, no Consolidado, após a eliminação das vendas intercompanhias.

(i) Receitas de vendas de aeronaves e peças de reposição

As receitas de vendas de aeronaves comerciais, executivas e agrícolas, de peças de reposição e de serviços, são geralmente reconhecidas no ato da entrega ou do embarque, quando os riscos e benefícios

são transferidos para o cliente. Existem algumas vendas de aeronaves, que, de acordo com as obrigações contratuais são classificadas na rubrica de receitas a realizar e são levadas ao resultado à medida que as obrigações sejam cumpridas.

(ii) Contratos com múltiplos elementos

As receitas oriundas de negociação de contratos de vendas de aeronaves, que envolvem o fornecimento de peças de reposição, treinamento e representante técnico, são reconhecidas quando efetivamente realizadas.

(iii) Receitas do Exchange Pool Program

As receitas do Exchange Pool Program são reconhecidas mensalmente durante o período do contrato e consiste parte em uma taxa fixa e outra parte em uma taxa variável diretamente relacionada com as horas efetivamente voadas pela aeronave coberta por este programa.

(iv) Receitas de contratos de construção

No segmento de defesa e segurança, algumas operações consistem em contratos de longo prazo, sendo as receitas reconhecidas pelo método de custo incorrido, além do reconhecimento no ato da entrega ou embarque. Alguns contratos contêm cláusulas para reajuste de preço com base em índices preestabelecidos e estes são reconhecidos no período de competência. A adequação do reconhecimento de receitas, relativas aos contratos de vendas do segmento de defesa e segurança, é realizada com base nas melhores estimativas da Administração, quando se tornam evidentes.

(v) Receitas de arrendamentos operacionais

A Companhia também reconhece a receita com aluguel de aeronaves como arrendamentos operacionais, proporcionalmente ao período do arrendamento, e registra essas receitas como resultado de outros segmentos.

(vi) Deduções de vendas

Deduções de vendas compreendem impostos de vendas indiretos e concessões contratuais. A Companhia oferece concessões contratuais que proporcionam aos nossos clientes uma redução do montante pago pela aeronave. As concessões são contabilizadas como deduções de vendas em conformidade com a norma contábil que trata de contabilização para a consideração dada por um fornecedor a um cliente, porque as concessões representam uma redução do preço de venda.

ii) Custo dos produtos e serviços vendidos

O custo de vendas e serviços consiste no custo da aeronave, peças de reposição e serviços prestados, incluindo:

(i) Material

Substancialmente todos os custos de material são cobertos por contratos com fornecedores. Os preços nesses contratos são geralmente reajustados com base em uma fórmula de escala que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos.

(ii) Mão de obra

Esses custos são denominados principalmente em reais.

(iii) Depreciação

O imobilizado é depreciado com o passar de sua vida útil, variando de cinco a 48 anos, linearmente.

A depreciação de uma aeronave sob arrendamento operacional é registrada como custo dos produtos vendidos, desde o início do termo do arrendamento, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada e considerando-se um valor residual no fim do termo do arrendamento.

(iv) Amortização

Os ativos intangíveis gerados internamente são amortizados de acordo com a série das aeronaves que se estima vender e os ativos intangíveis adquiridos de terceiros são amortizados de forma linear de acordo com a vida útil prevista para os ativos.

De acordo com as normas contábeis sobre contingências, a Companhia reconhece um passivo para as obrigações associadas a garantias dos produtos na data da entrega da aeronave, que é estimada com base na experiência histórica e registrada como custo dos produtos vendidos.

A Companhia efetua transações que representam contratos de múltiplos elementos, tais como treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões. Esses custos são reconhecidos quando o produto ou serviço é entregue ou prestado ao cliente.

jj) Despesas e outras receitas operacionais

As despesas operacionais são representadas basicamente por despesas comerciais, administrativas, com pesquisas e outras receitas (despesas) operacionais.

kk) Subvenções

Trata-se de subvenções para investimentos, recebidas da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, para desenvolvimento conjunto de projetos de inovação tecnológica, respaldados pela Lei 10.973/04, que trata dos incentivos à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Estes valores são reconhecidos no resultado à medida em que os recursos são aplicados e as cláusulas contratuais são cumpridas.

As subvenções governamentais recebidas para investimentos em pesquisas que atendem as condições necessárias à sua efetivação são levadas ao resultado como redução das despesas incorridas com tais pesquisas.

ll) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos financeiros sobre empréstimos, impostos com exigibilidade suspensa, provisões para contingências (Nota 35), bem como por variações cambiais sobre ativos e passivos expressos em moedas diferentes da moeda funcional, registrados contabilmente em regime de competência.

Receitas e despesas financeiras excluem os custos de empréstimos atribuíveis às aquisições, construções ou produção dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estar pronto para uso ou venda, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

mm) Regime tributário de transição

O Regime Tributário de Transição (“RTT”) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e obrigatório para 2010, respeitando-se:

(i) A aplicação ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e

(ii) A manifestação da opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia adotou as prerrogativas definidas no RTT.

nn) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

oo) Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos valores adicionados (“DVA”) foram elaboradas a partir das informações contábeis.

pp) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais, são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor-Presidente.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPC's/IFRS's, exige que a Companhia utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores relatados dos ativos e passivos, receitas e despesas e declarações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório anual, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a apresentação da nossa situação financeira e dos resultados da operação requerem, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. Para explicar como a administração avalia eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Receita das vendas e outras receitas operacionais

A Companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos comerciais, de jatos executivos, de serviços de aviação e de defesa e segurança, quando os benefícios e riscos de perda são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas mediante contrato de arrendamento de forma avaliável pelo prazo do arrendamento, sendo registrada a receita como vendas líquidas de outros negócios relacionados ao apresentar a informação por segmento operacional.

No segmento de defesa e segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais reconhecemos receitas de acordo com o método de percentual da conclusão, ou POC (*Percentage-of-Completion*). Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Periodicamente, é reavaliada a margem prevista de certos contratos de longo prazo, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos totais para a conclusão dos contratos. Se os custos totais fossem 10% menor em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$ 122.569; caso os custos fossem 10% maior em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$ 152.314.

As receitas do *Exchange Pool Program* são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra parte referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta.

São efetuadas transações que representam contratos de vários elementos, como treinamento, assistência técnica, peças sobressalentes e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de vários elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- item entregue tem valor para o cliente de maneira independente;
- existe evidência objetiva e confiável do valor justo do item não entregue; e se o contrato incluir um direito

geral de devolução do item entregue, a entrega ou execução do item não entregue é considerada provável e substancialmente sob nosso controle.

Se esses critérios não forem cumpridos, o contrato será considerado uma unidade contábil, que resulta em receita sendo diferida até esses critérios começarem a ser cumpridos ou após a entrega do último elemento que não havia sido entregue. Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a consideração do contrato é alocada em unidades contábeis separadas conforme o valor justo relativo de cada unidade.

Garantias de produtos

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados por nós e/ou nossos parceiros de risco e fornecedores. A Companhia reconhece a despesa de garantia como componente de custos de vendas e serviços, no momento da venda e com base nos montantes estimados dos custos da garantia que se espera incorrer. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. Os custos reais da garantia do produto, podem ter padrões diferentes da nossa experiência prévia, principalmente quando uma nova família de aeronaves inicia seus serviços de receita, o que pode exigir que aumentemos a provisão de garantia do produto. O período de garantia varia de três anos para peças sobressalentes a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave no momento da venda.

Garantias financeiras

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras e garantias de valor residual relacionados às nossas aeronaves. A Embraer revisa o valor desses compromissos relativos ao valor justo futuro previsto da aeronave e, no caso de garantias financeiras, a situação de crédito do financiado. As provisões e perdas são contabilizadas quando e se os pagamentos se tornam prováveis e podem ser estimados com razoabilidade. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário. A situação de crédito de financiados que recebem garantias de crédito é avaliada pela análise de diversos fatores, incluindo avaliação de crédito realizada por terceiros e custos estimados do financiamento do beneficiário.

Participação no valor residual de aeronaves

Nos financiamentos estruturados, uma entidade compra uma de nossas aeronaves, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de leasing da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave e uma parte do risco do crédito fica com essa instituição.

Embora não tenha participação acionária, a Companhia controla as operações de algumas EPEs ou tem uma participação majoritária, absorvendo a maior parte das perdas esperadas destas entidades, se ocorrerem, ou recebendo a maior parte do retorno residual esperado, se ocorrer, ou ambos. Da mesma forma, EPEs de propriedade de terceiros, em que a Companhia detém o controle das operações ou participa de forma majoritária dos riscos e recompensas, são consolidadas. Quando a Companhia deixa de ter o controle das operações, os ativos e passivos relativos à aeronave são desconsolidados do nosso balanço.

A Companhia determina que detém o controle das operações das EPEs ou participa de forma majoritária dos riscos e recompensas, principalmente com base na avaliação qualitativa. Isso inclui uma análise da estrutura de capital das EPEs, relações e termos contratuais, natureza das finalidades e operações das EPEs, natureza das participações nas EPEs emitidas e a nossa participação na entidade que cria ou absorve variabilidade. São avaliados o projeto das EPEs e os riscos associados aos quais a entidade e os detentores de participação variável estão expostos na avaliação da consolidação. Em casos limitados,

quando pode não estar claro sob o ponto de vista qualitativo se temos o controle, é utilizado uma análise quantitativa para calcular a probabilidade ponderada das perdas esperadas e a probabilidade ponderada dos retornos residuais esperados usando a modelagem de fluxo de caixa e de medição estatística de riscos.

Redução ao valor recuperável dos ativos (“*Impairment*”)

Ativos não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de “*impairment*”, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados ou valor líquido de venda do ativo. Os ativos são agrupados de acordo com nossas várias famílias de aeronaves. A Companhia utiliza vários pressupostos ao determinar o fluxo de caixa descontado a valor presente, incluindo as previsões de fluxos de caixa futuros, que se baseiam em nossa melhor estimativa de vendas e custos operacionais futuros, de acordo, principalmente, com pedidos firmes existentes, pedidos futuros esperados, contratos com fornecedores e condições gerais do mercado. Mudanças nessas previsões podem alterar, de forma significativa, o valor de uma perda por “*impairment*”, se houver. Os valores escriturais líquidos dos ativos correspondentes são ajustados, quando o valor recuperável é menor que o valor contábil. Até a presente data, essas análises não indicaram a necessidade de reconhecer qualquer perda por “*impairment*”.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos e utiliza premissas baseadas em condições de mercado existentes ao final de cada data de balanço.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras são apurados na moeda funcional da Companhia (Dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (Real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de 10% em dezembro de 2010, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, precisaria diminuir o ativo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 160 milhões, caso o Real depreciasse em relação ao Dólar, ou aumentar o ativo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 160 milhões, caso o Real apreciasse em relação ao Dólar.

4. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS RECENTES

Pronunciamentos contábeis existentes que ainda não estão em vigor e que não foram adotados pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9

introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, mas pode ser adotada antecipadamente. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras.

- IAS 24 Revisado, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada, no todo ou em parte, é permitida. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras.

- IAS 32 - A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgar detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras.

- "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo, alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. TRANSIÇÃO PARA O IFRS E CPC's

5.1 Base de transição

5.1.1 Aplicação de IFRS 1

A Companhia está divulgando em 31 de dezembro de 2010 as primeiras demonstrações financeiras anuais que contemplam os IFRS, emitidos pelo IASB. A Companhia aplicou o IFRS 1/ CPC 37 "Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade" e CPC 43 (R1) "Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41" na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia definiu 1º de janeiro de 2009, como a data de transição para IFRS.

A prática contábil anterior utilizada pela Companhia eram as práticas contábeis adotadas no Brasil. A reconciliação (Nota 5.2) do Patrimônio Líquido e resultado divulgados de acordo com a prática anterior utilizada em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 com o saldos em IFRS, estão apresentados abaixo.

As políticas contábeis determinadas na Nota 2 têm sido aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a informação comparativa apresentada em 31 de dezembro de 2009 e a preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS em 1º de janeiro de 2009.

Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS1, CPC 37 e CPC 43 (R1) a Companhia tem aplicado exceções obrigatórias e certas isenções opcionais do período retrospectivo na aplicação dos IFRS, conforme requerido nos pronunciamentos.

5.1.2 Aplicação das isenções no período retrospectivo eleitas pela Companhia

IFRS1/ CPC 37 permite a primeira adoção de certas isenções dos requerimentos gerais incluso nos IFRS. A Companhia optou em aplicar as seguintes exceções:

- Combinação de negócios

A Companhia não apresentou ágio relacionado a combinações de negócio de acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente.

- Arrendamento mercantil

A Companhia optou por rever seus contratos na data de transição, sendo que não houve impacto nas demonstrações financeiras, uma vez que as práticas contábeis adotadas anteriormente e os IFRS estavam totalmente alinhados.

As isenções voluntárias remanescentes não se aplicam à Companhia:

- Isenção para transação de pagamento baseado em ações

Esta isenção não é aplicável para opções outorgadas pela Companhia que já foram exercidas antes da data de transição.

- Isenção de contratos de seguro (IFRS 4/ CPC 11 “contratos de seguro”)

A Companhia não emite contratos de seguro, portanto esta isenção não é aplicável.

- Isenção do valor justo do custo atribuído

A Companhia esteve em total conformidade com os requerimentos do IAS 16/ CPC 27 – “ativo imobilizado” na data de transição.

- Isenção para ajustes acumulados de conversão

A Companhia optou por reconhecer os ajustes de conversão acumulados de anos anteriores na data de transição de 1º de janeiro de 2009, e portanto esta isenção não é aplicável.

- Isenção para ativos e passivos de controladas

Esta isenção não é aplicável, já que o uso desta isenção é feito no nível da subsidiária, associada ou *joint venture* que adota IFRS depois da Controladora.

- Instrumentos financeiros compostos

Não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.

- Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

Esta isenção não é aplicável, uma vez que a Companhia não tem instrumentos financeiros para serem designados como disponível para venda.

- Ativos e passivos financeiros medidos a valor justo

A Companhia não tem aplicado a isenção oferecida pela revisão do IAS 39/ IAS 38 “instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração” no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros medidos a valor justo por meio do resultado onde não existe um mercado ativo, esta isenção não é aplicável.

- Isenção relacionada às mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares incluídos no custo do imobilizado.

A Companhia não tem passivos por desativação relacionado ao imobilizado e, portanto esta isenção não é aplicável.

- Contratos de concessão

A Companhia não tem contratos no escopo do IFRIC 12, “Contratos de Serviço de Concessão” e, portanto esta isenção não é aplicável.

- Custo de empréstimos

Esta isenção não é aplicável à Companhia.

- Transferência de ativos de clientes

A Companhia não tem contratos no escopo do IFRIC 18, “Transferência de Ativos dos Clientes”, a isenção não se aplica.

- Extinguir passivos financeiros com instrumentos de equivalência

A Companhia não tem contratos no escopo do IFRIC 19, “Extinguir passivos financeiros com instrumentos de equivalência”, esta isenção não se aplica.

- Benefícios a empregados

A Companhia não possui planos de benefícios definidos significativos. Desta forma, a isenção não é relevante.

5.1.3 Exceções à aplicação retrospectiva adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

- Estimativas

As estimativas segundo os IFRS em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas utilizadas nas mesmas datas segundo práticas adotadas anteriormente pela Companhia. Não há evidência que estas estimativas apresentavam erros.

- Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros baixados antes de 1º de janeiro de 2009 não foram reconhecidos novamente para IFRS. A aplicação desta exceção não tem impacto significativo nestas demonstrações financeiras.

- Contabilização de *Hedge*

A Companhia optou pela não aplicação da contabilização de *hedge accounting*. Desta forma, nenhum ajuste foi requerido.

- Participação de não-controladores

A Companhia aplicou prospectivamente da data da transição para IFRS o requerimento do IAS 27/ CPC 36 (R1) “demonstrações consolidadas” atribuindo total resultado abrangente do período aos não-controladores; e para a contabilização de mudanças na participação da Controladora com relação a uma subsidiária.

5.2 Reconciliação entre as antigas práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS

Como descrevemos acima, na preparação do balanço patrimonial de abertura, a Companhia ajustou os montantes reportados previamente nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras adotadas anteriormente, as quais foram publicadas para o ano findo em 31 de dezembro de 2008.

5.2.1 Explicação dos efeitos de transição para IFRS

a) Garantias Financeiras

As práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente não ofereciam um guia específico de contabilização dos contratos de garantia financeira. A Companhia determinou a política de contabilização baseada nos requerimentos dos US GAAP. Baseado nesse, a Companhia reconheceu apenas contratos de garantias financeiras emitidos depois de 31 de dezembro de 2002.

De acordo com a norma, IAS 39/ CPC 38, contratos de garantia financeira são contratos que requerem que o emissor faça pagamentos para reembolsar o emitente de uma perda que incorreu porque o devedor falhou em fazer os pagamentos quando necessário, de acordo com os termos do instrumento de dívida. O IAS 39/ CPC 38 define que esses contratos sejam inicialmente reconhecidos a valor justo. Além disso, o IAS 39/ CPC 38 não tem isenção para aplicação retrospectiva na contabilização de contratos de garantia financeira ocorridos antes de 1º de janeiro de 2002.

Todas as vendas com garantias financeiras embutidas são tratadas como contratos de múltiplo elemento. As receitas relativas a essas garantias financeiras são diferidas e reconhecidas durante o tempo de vigência dos contratos.

A Companhia reconheceu contratos de garantias financeiras de R\$ 318.093 e R\$ 293.306, em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente e foi reconhecido no resultado de 2009 R\$ 30.700 como receita de vendas.

b) Garantia de valor residual

As práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente não ofereciam um guia específico de contabilização de contratos de garantia de valor residual. A Companhia determinou sua política de contabilização baseada nas definições dos US GAAP. Com base neste, a Companhia reconheceu apenas contratos de garantias de valor residual emitidos após 31 de dezembro de 2002.

Com relação às garantias de valor residual, o IFRS 4/CPC 11 “Contratos de seguros” definem a garantia de valor residual como uma garantia concedida por uma parte sobre o valor justo de um ativo não financeiro em uma determinada data futura.

Considerando que os contratos de garantia de valor residual emitidos pela Companhia compensam os detentores dessas garantias apenas pelas mudanças no valor justo dos ativos garantidos, esses contratos têm tratamento similar a dos instrumentos derivativos de acordo com o IAS 39/ CPC 38 e, desta forma, devem ser mensurados a valor justo. As variações de valor justo destes instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. O IAS 39/ CPC 38 não oferece isenção de aplicação retrospectiva na contabilização de instrumentos derivativos e, portanto, a Companhia reconheceu na data de transição todos os contratos de valor residual emitidos em ou antes de 31 de dezembro de 2002.

De acordo com o IFRS, os montantes de R\$ 22.138 e R\$ 14.521 foram reconhecidos respectivamente em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, e o ajuste de remensuração de valor justo de R\$ 1.923 foi registrado em despesas financeiras em 2009.

c) Benefícios pós-emprego

A Companhia elegeu aplicar o IFRS 1/ CPC 37, isenção de benefícios aos empregados. Desta forma, os ganhos atuariais líquidos acumulados totalizaram R\$ 2.366 os quais não haviam sido reconhecidas pelas práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, foram reconhecidos em lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009. O mesmo ajuste foi aplicado em 31 de dezembro de 2009.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes

Os ajustes nos saldos patrimoniais do imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes dos efeitos dos ajustes de transição totalizaram R\$ 115.679 em 1º janeiro de 2009 e R\$ 104.663 em dezembro de 2009 e R\$ 11.016 no resultado de 2009.

e) Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

f) Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro (perda) líquido por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro (perda) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

g) Reclassificações

(i) De acordo com IAS 12/ CPC 26 “tributos sobre o lucro” os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia possui o direito legal para tal apresentação, sendo apresentados, em sua totalidade, no ativo ou passivo não circulante.

(ii) De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não Controladoras era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido. De acordo com a norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

5.2.2 Reconciliações

a) Reconciliação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2009	01.01.2009	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio Líquido originalmente reportado de acordo com BR GAAP (GAAP anterior)		5.069.182	6.043.244	5.020.805	5.970.531
Garantias financeiras	(5.2.1(a))	(293.306)	(318.093)	(293.306)	(318.093)
Garantias financeiras de valor residual	(5.2.1(b))	(14.521)	(22.138)	(14.521)	(22.138)
Plano de benefício definido	(5.2.(c))	2.366	2.366	2.366	2.366
Efeitos do IR Diferido sobre os ajustes de IFRS	(5.2.1(d))	104.663	115.679	104.663	115.679
Apresentação da participação dos não controladores		-	-	157.285	163.494
Lucros não realizados		(82.419)	(82.237)	-	-
Ajuste de conversão		76.562	-	55.928	-
Outras diferenças		-	-	(13.408)	(9.524)
Patrimônio Líquido reportado de acordo com os IFRS		<u>4.862.527</u>	<u>5.738.821</u>	<u>5.019.812</u>	<u>5.902.315</u>

b) Reconciliação do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2009

Lucro Líquido originalmente reportado de acordo com BR GAAP (GAAP anterior)	Nota	Controladora	Consolidado
		890.357	894.592
Garantias financeiras	(5.2.1(a))	30.700	30.700
Garantias financeiras de valor residual	(5.2.1(b))	1.923	1.923
Efeitos do IR Diferido sobre os ajustes de IFRS	(5.2.1(d))	(11.016)	(11.016)
Apresentação da participação dos não controladores	(5.2.1(g))	-	25.179
Lucros não realizados		129	-
Outros resultados abrangentes		(1.559.507)	(1.590.894)
Outras diferenças		-	(4.107)
Resultado abrangente reportado de acordo com IFRS		(647.414)	(653.623)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS POR CATEGORIA

a) Classificação por categoria:

(i) Controladora

31.12.2010					
	Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.668.509	-	-	1.668.509
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	729.596	729.596
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	231.494	-	231.494
Contas a receber de sociedades controladas		-	1.047.042	-	1.047.042
Financiamento a clientes	10	-	128.208	-	128.208
		<u>1.668.509</u>	<u>1.406.744</u>	<u>729.596</u>	<u>3.804.849</u>
31.12.2009					
	Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.131.274	-	-	2.131.274
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	809.745	809.745
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	278.847	-	278.847
Contas a receber de sociedades controladas		-	1.270.912	-	1.270.912
Financiamento a clientes	10	-	53.866	-	53.866
Instrumentos financeiros derivativos	40	-	-	10.247	10.247
		<u>2.131.274</u>	<u>1.603.625</u>	<u>819.992</u>	<u>4.554.891</u>
01.01.2009					
	Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.101.535	-	-	3.101.535
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	521.775	521.775
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	395.968	-	395.968
Contas a receber de sociedades controladas		-	2.412.108	-	2.412.108
Financiamento a clientes	10	-	77.009	-	77.009
Instrumentos financeiros derivativos	40	-	-	2.569	2.569
		<u>3.101.535</u>	<u>2.885.085</u>	<u>524.344</u>	<u>6.510.964</u>

(ii) Consolidado

31.12.2010					
Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Investimentos mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.321.199	-	-	2.321.199
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	1.207.270	101.716	1.308.986
Financiamento a clientes	10	581.943	-	-	581.943
Contas a receber vinculadas	11	117.459	-	-	117.459
Instrumentos financeiros derivativos	40	896.814	-	-	896.814
		-	37.107	-	37.107
	<u>2.321.199</u>	<u>1.596.216</u>	<u>1.244.377</u>	<u>101.716</u>	<u>5.263.508</u>

31.12.2009					
Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Investimentos mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.772.618	-	-	2.772.618
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	1.628.518	75.624	1.704.142
Financiamento a clientes	10	709.272	-	-	709.272
Contas a receber vinculadas	11	91.888	-	-	91.888
Instrumentos financeiros derivativos	40	846.248	-	-	846.248
		-	42.828	-	42.828
	<u>2.772.618</u>	<u>1.647.408</u>	<u>1.671.346</u>	<u>75.624</u>	<u>6.166.996</u>

01.01.2009					
Nota	Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Investimentos mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.254.999	-	-	4.254.999
Instrumentos financeiros ativos	8	-	-	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	9	-	951.359	98.145	1.049.504
Financiamento a clientes	10	1.062.495	-	-	1.062.495
Contas a receber vinculadas	11	284.662	-	-	284.662
Instrumentos financeiros derivativos	40	1.118.606	-	-	1.118.606
		-	69.960	-	69.960
	<u>4.254.999</u>	<u>2.465.763</u>	<u>1.021.319</u>	<u>98.145</u>	<u>7.840.226</u>

b) Risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e equivalentes de caixa	1.668.509	2.131.274	3.101.535	2.321.199	2.772.618	4.254.999
Instrumentos financeiros ativos	729.596	809.745	521.775	1.308.986	1.704.142	1.049.504
Total	2.398.105	2.941.019	3.623.310	3.630.185	4.476.760	5.304.503
Contraparte com avaliação externa:						
AAA	2.054.348	2.753.361	3.494.504	3.041.609	3.888.503	4.699.368
AA	213.440	135.406	38.142	388.323	383.038	363.814
A	130.317	52.252	88.190	200.253	179.071	238.847
BBB	-	-	2.474	-	26.148	2.474
Total	2.398.105	2.941.019	3.623.310	3.630.185	4.476.760	5.304.503

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Contas a receber	231.494	278.847	395.968	581.943	709.272	1.062.495
Contas a receber de sociedades controladas	1.047.042	1.270.912	2.412.108	-	-	-
Financiamento a clientes	128.208	53.866	77.009	117.459	91.888	284.662
Contas a receber vinculadas	-	-	-	896.814	846.248	1.118.606
Total	1.406.744	1.603.625	2.885.085	1.596.216	1.647.408	2.465.763
Contraparte sem avaliação externa:						
Grupo 1	2.254	33.616	8.698	3.300	62.751	15.019
Grupo 2	63.958	125.944	160.526	293.967	267.326	382.851
Grupo 3	1.340.532	1.444.065	2.715.861	1.298.949	1.317.331	2.067.893
Total	1.406.744	1.603.625	2.885.085	1.596.216	1.647.408	2.465.763

Grupo 1 : Novos clientes (menos de um ano)
Grupo 2 : Clientes (mais de um ano) inadimplentes
Grupo 3 : Clientes (mais de um ano) adimplentes

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e bancos:						
Dólar norte-americano	5.075	15.105	928	68.730	71.514	31.068
Reais	1.136	1.737	254.841	2.368	8.348	258.737
Euro	20	33	89	34.328	64.768	88.906
Outras	6	1.385	1.169	63.001	32.264	26.542
Numerário em trânsito(USD)	528	13.158	252.464	2.790	13.159	252.464
	<u>6.765</u>	<u>31.418</u>	<u>509.491</u>	<u>171.217</u>	<u>190.053</u>	<u>657.717</u>
Aplicações financeiras:						
Em Reais:						
Fundos de investimento exclusivos (FIEs)						
Títulos públicos (i)	-	25	1.468	-	25	1.720
Operações compromissadas (ii)	843.611	1.353.028	1.189.872	843.611	1.353.028	1.190.022
Títulos privados (iii)	3.176	146.633	44.609	3.176	146.633	45.667
Títulos em carteira						
Títulos privados (iii)	<u>283.285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>299.032</u>	<u>7.729</u>	<u>-</u>
	<u>1.130.072</u>	<u>1.499.686</u>	<u>1.235.949</u>	<u>1.145.819</u>	<u>1.507.415</u>	<u>1.237.409</u>
Em dólar norte-americano:						
Depósitos a prazo fixo (iv)	331.311	34.875	149.444	635.773	259.385	285.062
Fundos de investimento (v)	200.361	565.295	1.197.186	319.633	808.455	2.007.888
"Overnight"	-	-	9.465	-	1.033	55.948
Outras moedas:						
"Overnight"	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.757</u>	<u>6.277</u>	<u>10.975</u>
	<u>531.672</u>	<u>600.170</u>	<u>1.356.095</u>	<u>1.004.163</u>	<u>1.075.150</u>	<u>2.359.873</u>
	<u>1.668.509</u>	<u>2.131.274</u>	<u>3.101.535</u>	<u>2.321.199</u>	<u>2.772.618</u>	<u>4.254.999</u>

As taxas de juros em 31 de dezembro de 2010, relacionadas às aplicações financeiras efetuadas em reais e em dólares foram de 10,05% e 1,58% (10,16% e 3,06% em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2010, os equivalentes de caixa denominados em reais eram compostos por:

- (i) Títulos emitidos pelo Governo Brasileiro compostos, substancialmente, por Letras do Tesouro Nacional – LTN, Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Notas do Tesouro Nacional – NTN, com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação.
- (ii) Referem-se às operações de compra de ativos, substancialmente, títulos públicos, com o compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo de um dia.
- (iii) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, as carteiras dos Fundos de Investimento Exclusivos (FIEs), eram compostas substancialmente, por títulos públicos federais de alta liquidez, registrados pelos seus valores de realização. Nessas mesmas datas, esses fundos não possuíam obrigações significativas com terceiros, estando essas limitadas às taxas de administração de ativos e

outros serviços inerentes às operações de Fundos, despesas essas que já foram deduzidas da rentabilidade apurada.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2010, os equivalentes de caixa denominados em dólares eram compostos por:

- (i) Depósitos a prazo fixo junto a instituições financeiras de primeira linha com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação; e
- (ii) Fundos de investimento (*Money Market Funds*) com liquidez diária, emissão de instituições de primeira linha no exterior.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

CONTROLADORA									
31.12.2010			31.12.2009		01.01.2009				
Destinado à negociação	Total		Destinado à negociação	Total	Destinado à negociação	Total			
Em Reais:									
Fundos de investimento exclusivos (FIEs)									
Títulos privados	566.065	566.065	8.853	8.853	30.440	30.440			
Títulos públicos	33.743	33.743	606.381	606.381	300.416	300.416			
Outros	759	759	759	759	759	759			
Total em Reais	600.567	600.567	615.993	615.993	331.615	331.615			
Em dólar norte-americano:									
Depósito a prazo fixo	129.029	129.029	193.247	193.247	189.687	189.687			
Fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-			
Títulos públicos (i)	-	-	505	505	473	473			
Outros	-	-	-	-	-	-			
Total em dólar norte-americano	129.029	129.029	193.752	193.752	190.160	190.160			
Total	729.596	729.596	809.745	809.745	521.775	521.775			
Ativo Circulante	729.596	729.596	809.240	809.240	521.302	521.302			
Não Circulante	-	-	505	505	473	473			
CONSOLIDADO									
31.12.2010			31.12.2009		01.01.2009				
Destinado à negociação	Mantido até o vencimento	Total	Destinado à negociação	Mantido até o vencimento	Total	Destinado à negociação	Mantido até o vencimento	Total	
Em Reais:									
Fundos de investimento exclusivos (FIEs)									
Títulos privados	566.065	-	566.065	8.853	-	8.853	30.440	-	30.440
Títulos públicos	33.743	-	33.743	606.381	-	606.381	300.416	-	300.416
Outros	759	3.946	4.705	759	-	759	759	-	759
Total em Reais	600.567	3.946	604.513	615.993	-	615.993	331.615	-	331.615
Em dólar norte-americano:									
Depósito a prazo fixo	196.224	-	196.224	417.368	-	417.368	189.687	-	189.687
Fundo de investimentos	389.957	-	389.957	531.774	-	531.774	346.542	-	346.542
Títulos públicos (i)	20.505	36.223	56.728	62.466	75.624	138.090	82.092	98.145	180.237
Outros	17	61.547	61.564	917	-	917	1.423	-	1.423
Total em dólar norte-americano	606.703	97.770	704.473	1.012.525	75.624	1.088.149	619.744	98.145	717.889
Total	1.207.270	101.716	1.308.986	1.628.518	75.624	1.704.142	951.359	98.145	1.049.504
Ativo Circulante	1.207.253	14.945	1.222.198	1.627.096	33.707	1.660.803	867.844	22.027	889.871
Não Circulante	17	86.771	86.788	1.422	41.917	43.339	83.515	76.118	159.633

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia mantinha investimentos em fundos privados do mercado monetário, cujos ativos essencialmente consistiam em títulos emitidos pela União, certificados de depósito bancários e debêntures emitidas por empresas públicas no Brasil. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia e são administrados por terceiros que cobram uma comissão mensal. Os investimentos são ajustados ao valor de Mercado diariamente com as alterações em valor justo refletidas no resultado das operações uma vez que a Companhia considere estes investimentos como Destinados à negociação.

Os referidos fundos privados de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se à gestão de ativos e a taxas de custódia, a taxas de auditoria e a despesas similares. Nenhum ativo da Companhia foi usado como garantia para essas obrigações e os credores dos fundos não têm direito de regresso contra o crédito geral da Companhia.

- (i) Títulos da Dívida Pública Externa emitida pelo Governo Brasileiro que estão classificados como Destinados à negociação.

São recebíveis representados por títulos do Governo Brasileiro NTNs, que estão denominados em dólar, adquiridos pela Companhia de seus clientes, relacionados à equalização da taxa de juros a ser paga pelo Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, entre o 11º e 15º ano após a venda das respectivas aeronaves, os quais foram reconhecidos a valor presente. Esses títulos estão classificados como Mantidos até o vencimento, uma vez que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter em carteira.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Cientes no exterior	194.104	187.334	284.965	515.558	532.304	909.423
Comando da Aeronáutica (i)	37.598	83.502	114.939	106.606	216.979	223.004
Cientes no País	10.390	18.704	8.202	21.200	26.145	12.850
	242.092	289.540	408.106	643.364	775.428	1.145.277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.598)	(10.693)	(12.138)	(61.421)	(66.156)	(82.782)
	231.494	278.847	395.968	581.943	709.272	1.062.495
Menos - Circulante	231.494	278.847	395.968	580.781	708.465	1.048.806
Não Circulante	-	-	-	1.162	807	13.689

(i) Comando da Aeronáutica é considerado parte relacionada da Companhia.

O saldo do contas a receber reconhecido pelo método do POC (*Percentage-of-Completion*) totalizou R\$ 224.147, em 31 de dezembro de 2010, já a receita registrada no ano foi de R\$ 805.225.

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de R\$ 167.536 Controladora e R\$ 287.976 Consolidado (31 de dezembro de 2009 - R\$ 152.903 Controladora e R\$ 441.946 Consolidado – 1º de janeiro de 2009 – R\$ 235.442 Controladora e R\$ 679.644 Consolidado) estavam totalmente adimplentes.

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 63.958 na Controladora e R\$ 293.967 no Consolidado (31 de dezembro de 2009 - R\$ 125.944 Controladora e R\$ 267.326 Consolidado – 1º de janeiro de 2009 – R\$ 160.526 Controladora e R\$ 382.851 Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		
	2010	2009	01.01.2009
Até 90 dias	37.568	87.712	123.797
De 91 a 180 dias	13.314	20.259	18.300
Mais de 180 dias	13.076	17.973	18.429
	63.958	125.944	160.526

	Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009
Até 90 dias	256.023	179.796	255.902
De 91 a 180 dias	22.173	40.924	43.871
Mais de 180 dias	15.771	46.606	83.078
	293.967	267.326	382.851

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		
	2010	2009	01.01.2009
Real	41.355	181.951	117.795
Dólar	190.139	96.896	278.173
	231.494	278.847	395.968

	Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009
Real	74.449	188.348	121.545
Dólar	420.993	362.624	694.121
Euro	85.782	157.853	246.525
Outras moedas	719	447	304
	<u>581.943</u>	<u>709.272</u>	<u>1.062.495</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	10.693	12.138	66.156	82.782
Varição cambial	(107)	(1.924)	(4.684)	(18.654)
Adição	2.521	539	24.991	8.979
Reversão	(46)	(38)	(2.229)	(4.339)
Baixas	(2.463)	(22)	(22.813)	(2.612)
Saldo final	<u>10.598</u>	<u>10.693</u>	<u>61.421</u>	<u>66.156</u>

10. FINANCIAMENTO A CLIENTES

Refere-se ao financiamento parcial de algumas vendas de aeronaves novas efetuadas pela Companhia, substancialmente denominadas em dólares, com taxa de juros média em 31 de dezembro de 2010 de 5,20% a.a. na Controladora e 6,31 % a.a. no Consolidado (31 de dezembro de 2009 de 5,94% a.a. no Consolidado – 1º de janeiro de 2009 de 5,46% a.a. no Consolidado), tendo como garantia as aeronaves objeto dos financiamentos, e estão a valor presente, quando aplicável. Os vencimentos desses financiamentos são mensais, trimestrais e semestrais, classificados como a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante	3.926	-	-	34.061	19.572	20.123
Não Circulante	124.282	53.866	77.009	83.398	72.316	264.539
Total	<u>128.208</u>	<u>53.866</u>	<u>77.009</u>	<u>117.459</u>	<u>91.888</u>	<u>284.662</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2010, a carteira de financiamentos a clientes estava adimplente.

Em 31 de dezembro de 2010, os vencimentos de longo prazo dos financiamentos a clientes são os seguintes:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	10.852	19.607
2013	7.714	11.696
2014	7.945	10.545
2015	15.600	17.568
2016	29.071	23.982
Após 2016	53.100	-
	<u>124.282</u>	<u>83.398</u>

11. CONTAS A RECEBER VINCULADAS E DÍVIDAS COM E SEM DIREITO DE REGRESSO

a) Contas a receber vinculadas

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Pagamentos mínimos de arrendamentos a receber	758.659	713.165	1.082.748
Valor residual estimado de imobilizado de arrendamento	763.786	806.565	1.082.553
Receitas não realizadas – juros futuros	(625.631)	(673.482)	(1.046.695)
Valor líquido a receber	896.814	846.248	1.118.606
Menos - Circulante	19.379	20.960	26.886
Não Circulante	877.435	825.288	1.091.720

Em 31 de dezembro de 2010, o montante classificado como Não circulante possui os seguintes vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2012	135.904
2013	23.349
2014	19.360
2015	17.583
2016	23.983
Após 2016	657.256
	877.435

b) Dívidas com e sem direito de regresso

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Com direito de regresso	738.482	793.526	1.042.454
Sem direito de regresso	45.086	90.206	136.690
	783.568	883.732	1.179.144
Menos - Circulante	186.314	236.699	321.753
Não circulante	597.254	647.033	857.391

Em 31 de dezembro de 2010, o montante classificado como passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2012	347.688
2013	17.292
2014	17.973
2015	17.583
2016	23.983
Após 2016	172.735
	597.254

12. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Produtos acabados (i)	422.496	477.608	400.543	422.496	477.608	400.543
Produtos em elaboração (ii)	1.004.328	1.045.427	2.065.101	1.182.064	1.205.139	2.439.160
Matéria-prima	1.014.891	1.270.136	1.945.820	1.253.771	1.563.351	2.343.954
Peças de reposição	183.945	160.224	200.451	536.456	581.267	722.586
Aeronaves usadas para venda (iii)	-	-	-	221.218	261.228	348.110
Materiais de consumo	31.997	34.436	42.182	32.957	35.502	43.620
Mercadorias em trânsito	267.328	246.432	687.520	348.485	377.192	852.207
Adiantamentos a fornecedores	19.999	43.118	74.723	58.625	92.978	82.859
Provisão para obsolescência (iv)	(116.183)	(154.119)	(182.396)	(254.722)	(277.474)	(301.282)
Provisão de ajuste ao valor de mercado (v)	-	-	-	(138.588)	(59.551)	(65.562)
	2.828.801	3.123.262	5.233.944	3.662.762	4.257.240	6.866.195
Menos - Circulante	2.828.801	3.123.262	5.233.944	3.654.591	4.245.983	6.847.595
Não Circulante	-	-	-	8.171	11.257	18.600

(i) Aeronaves no estoque em:

31 de dezembro de 2010: 1 Legacy 600, 1 Legacy 650, 3 EMBRAER 190, 1 EMBRAER 195, 5 Phenom 100, 6 Phenom 300, 2 Lineage e 1 Ipanema;

31 de dezembro de 2009: 2 Legacy 600, 5 EMBRAER 170, 1 EMBRAER 175, 2 EMBRAER 190, 1 EMBRAER 195 e 12 Phenom 100;

1º de janeiro de 2009: 1 Legacy 600, 2 EMBRAER 170, 4 EMBRAER 190 e 1 EMBRAER 195.

Do total das aeronaves em estoque em 31 de dezembro de 2010, foram entregues até 16 de março 2011, 1 EMBRAER 195, 2 EMBRAER 190, 3 Phenom 300 e 1 Ipanema.

- (ii) Incluem aeronaves pré-séries do Programa Phenom 100 e 300 no montante de R\$ 39.405 (R\$ 50.356 em 2009 e R\$ 31.810 em 1º de janeiro de 2009), utilizadas para ensaios visando à certificação da aeronave. Após as campanhas de certificação, a Companhia pretende vender essas aeronaves.
- (iii) Encontrava-se no estoque de produtos acabados Consolidado em 31 de dezembro de 2010: 1 EMB 120, 1 Legacy 600, 2 EMBRAER 170, 1 EMBRAER 175, 3 EMBRAER 190 e 25 Citation Ultra e em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009: 1 EMB 120, 1 Legacy 600, 2 EMBRAER 170, 1 EMBRAER 175 e 3 EMBRAER 190.
- (iv) É constituída provisão para itens não movimentados há mais de dois anos e sem previsão de uso definido, de acordo com o programa de produção, bem como para cobrir eventuais perdas com estoques de almoxarifado e produtos em processo excessivos ou obsoletos, exceto para o estoque de peças de reposição, cuja provisão é constituída por obsolescência técnica ou itens sem movimentação há mais de seis anos. A movimentação da provisão para obsolescência:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	154.119	182.396	277.474	301.282
Provisão	-	21.619	27.824	52.576
Baixa	(30.472)	-	(32.762)	(2.125)
Reversão	-	-	(2.806)	-
Efeito da variação cambial	(7.464)	(49.896)	(15.008)	(74.259)
Saldo final	116.183	154.119	254.722	277.474
Menos - Circulante	116.183	154.119	254.722	277.474
Não Circulante	-	-	-	-

As baixas apresentadas refere-se a materiais sucateados.

- (v) Refere-se à provisão constituída para ajuste ao valor de realização das aeronaves usadas e a movimentação está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009
Saldo inicial	59.551	65.562
Provisão (i)	86.161	12.807
Reversão	-	(552)
Efeito da variação cambial	(7.124)	(18.266)
Saldo final	138.588	59.551
Menos - Circulante	138.588	59.551
Não Circulante	-	-

(i) Refere-se principalmente ao ajuste ao valor de realização de aeronaves pré-series.

O custo dos estoques reconhecidos na Controladora em 2010 foi de R\$ 6.359.302 (R\$ 7.345.618 em 2009) e no Consolidado R\$ 7.199.067 e R\$ 8.281.938 respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 22.257 do montante de estoques foi concedido como garantia financeira.

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Depósito judicial (i)	304.351	239.959	288.062	307.376	240.878	289.258
Crédito com fornecedores (ii)	43.559	34.396	41.493	44.610	35.311	41.846
Crédito de impostos (iii)	265.380	225.643	225.225	309.865	258.461	322.572
Caixa restrito	-	-	-	47.748	35.838	64.782
Adiantamentos a empregados	24.718	22.891	22.429	26.092	24.205	23.421
Seguros a receber	15.594	15.031	21.944	15.604	14.846	21.921
Incentivo fiscal - Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM (líquido)	9.604	9.604	9.604	9.604	9.604	9.604
Adiantamento de comissão	1.972	-	-	1.972	-	-
Penhoras e cauções	669	-	-	9.191	-	-
Adiantamentos para serviços prestados	6.403	6.579	12.124	6.505	6.579	12.124
Benefícios a receber	1.269	-	-	1.269	-	-
Empréstimo compulsório	-	-	-	1.318	-	-
Contribuição de parceiros a receber	-	-	46.740	-	-	46.740
Dividendos a receber	2.721	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	126.848	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	32.017	33.187	70.896	47.291	40.734	77.009
Outros	10.416	22.923	21.422	25.449	27.753	36.532
	845.521	610.213	759.939	853.894	694.209	945.809
Menos - Circulante	354.032	296.393	392.823	458.797	374.844	561.144
Não Circulante	491.489	313.820	367.116	395.097	319.365	384.665

(i) Refere-se aos depósitos sobre causas tributárias, substancialmente o imposto de renda e contribuição social, as quais estão sendo contestadas judicialmente. Tendo em vista que esses depósitos não foram efetuados pelo valor integral da obrigação tributária em discussão ou não há provisão constituída no passivo por não ser essa perda considerada provável, os mesmos estão sendo apresentados no ativo circulante (Nota 24).

(ii) Corresponde a retrabalhos realizados em produtos fornecidos por terceiros, os quais serão reembolsados pelos mesmos consoante termos contratuais.

(iii) Crédito de impostos:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ICMS e IPI	50.569	55.415	73.778	66.461	68.000	122.183
Imposto de renda	151.904	134.597	87.507	168.033	149.959	122.358
PIS e COFINS	53.508	31.453	60.488	57.584	32.596	69.061
Outros	9.399	4.178	3.452	17.787	7.906	8.970
	265.380	225.643	225.225	309.865	258.461	322.572
Menos - Circulante	217.997	173.756	157.970	249.006	198.220	246.100
Não Circulante	47.383	51.887	67.255	60.859	60.241	76.472

14. DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Garantia de estrutura de vendas (i)	-	-	-	439.137	537.788	700.518
Garantia de financiamentos de vendas (ii)	331.694	338.913	-	331.694	338.913	433.232
Outras	3.394	3.317	18.691	3.672	3.605	18.886
	335.088	342.230	18.691	774.503	880.306	1.152.636
Menos - Circulante	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	335.088	342.230	18.691	774.503	880.306	1.152.636

(i) Valores em dólares depositados em uma conta de caução como garantia de financiamento de certas aeronaves vendidas. Caso o fiador da dívida (parte não relacionada) seja requerido a pagar ao credor do financiamento, o fiador terá direito ao saldo da conta de caução. O montante depositado será liberado por ocasião do vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2021) caso não ocorra inadimplência do comprador das aeronaves. Os juros sobre a conta de caução são adicionados ao saldo do principal e reconhecidos pela Companhia como Receita financeira.

Buscando garantir rentabilidade compatível com o prazo da caução, em 2004, a Embraer aplicou US\$ 123.400 mil de principal em notas estruturadas. Em caso de evento de *default* da Embraer, tais notas terão seus vencimentos antecipados, e serão realizadas pelo seu valor de mercado, limitando-se, no mínimo, aos valores originalmente aplicados. A diferença entre o valor de mercado e o valor aplicado, se positiva, será paga à Companhia em forma de títulos ou empréstimos da mesma. Eventos de *default* que podem antecipar o vencimento das notas são, entre outros: (a) insolvência ou concordata da Embraer; e (b) inadimplência ou reestruturação de dívidas da Embraer em contratos de financiamento. Os juros apurados mensalmente são incorporados ao principal e reconhecidos como receita financeira do período. Em 2010, o montante US\$ 35.330 mil (US\$ 26.385 mil de principal) foi transferido para investimentos de longo prazo, uma vez que cessou o gravame sobre tal parcela.

(ii) Aplicações financeiras denominadas em dólares, vinculadas às estruturas de vendas, cuja desvinculação depende da conclusão dessas estruturas. Essas aplicações são remuneradas com base na variação da LIBOR anual.

15. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Em sociedades controladas:						
ECC do Brasil Cia. de Seguros	4.003	4.017	4.468	-	-	-
ELEB Equipamentos Ltda.	74.827	57.210	87.261	-	-	-
Embraer Austrália PTY Ltd. – EAL	681	811	1.270	-	-	-
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	352.155	356.720	222.347	-	-	-
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd.	21.576	18.984	24.577	-	-	-
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	171.195	177.414	174.865	-	-	-
Embraer Credit Ltd. – ECL	6.160	5.206	5.329	-	-	-
Embraer GPX Ltda.	1.949	318	1	-	-	-
Embraer Overseas Limited	15.905	15.677	9.699	-	-	-
Embraer Representation LLC – ERL	190.949	253.597	304.340	-	-	-
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	1.429.609	1.561.012	2.032.382	-	-	-
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda – NEIVA.	-	-	1.146	-	-	-
Outros	-	-	-	8	9	10
	2.269.009	2.450.966	2.867.685	8	9	10

b) Movimentação do investimento na Controladora

	Saldo em 31.12.2009	Equival. Patrim.	Var.camb/ Ajuste acumulado conversão	Adição	Transfer. p/ prov. p/ passivo a descoberto	Saldo em 31.12.2010
ECC do Brasil Cia. de Seguros	4.017	(14)	-	-	-	4.003
ELEB Equipamentos Ltda.	57.210	21.861	(4.244)	-	-	74.827
Embraer Austrália PTY Ltd. – EAL	811	(209)	79	-	-	681
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	356.720	11.961	(16.526)	-	-	352.155
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd.	18.984	3.705	(1.113)	-	-	21.576
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	177.414	14.848	(21.067)	-	-	171.195
Embraer Credit Ltd. – ECL	5.206	1.244	(290)	-	-	6.160
Embraer GPX Ltda.	318	1.631	-	-	-	1.949
Embraer Overseas Limited	15.677	949	(721)	-	-	15.905
Embraer Representation LLC – ERL	253.597	(52.972)	(9.676)	-	-	190.949
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	1.561.012	(73.737)	(73.882)	16.216	-	1.429.609
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda – NEIVA.	-	790	(24)	-	(766)	-
	<u>2.450.966</u>	<u>(69.943)</u>	<u>(127.464)</u>	<u>16.216</u>	<u>(766)</u>	<u>2.269.009</u>

	Saldo em 01.01.2009	Equival. Patrim.	Var.camb/ Ajuste acumulado conversão	Dividendos	Adição	Transfer. p/ prov. p/ passivo a descoberto	Saldo em 31.12.2009
ECC do Brasil Cia. de Seguros	4.468	(35)	(258)	(158)	-	-	4.017
ELEB Equipamentos Ltda.	87.261	(7.406)	(22.647)	2	-	-	57.210
Embraer Austrália PTY Ltd. – EAL	1.270	(398)	(61)	-	-	-	811
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	222.347	13.470	(57.932)	-	178.835	-	356.720
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd.	24.577	1.571	(7.164)	-	-	-	18.984
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	174.865	48.696	(46.147)	-	-	-	177.414
Embraer Credit Ltd. – ECL	5.329	1.416	(1.539)	-	-	-	5.206
Embraer GPX Ltda.	1	314	3	-	-	-	318
Embraer Overseas Limited	9.699	11.651	(5.673)	-	-	-	15.677
Embraer Representation LLC – ERL	304.340	33.261	(84.004)	-	-	-	253.597
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	2.032.382	47.255	(518.625)	-	-	-	1.561.012
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda – NEIVA.	<u>1.146</u>	<u>(2.604)</u>	<u>(797)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.255</u>	<u>-</u>
	<u>2.867.685</u>	<u>147.191</u>	<u>(744.844)</u>	<u>(156)</u>	<u>178.835</u>	<u>2.255</u>	<u>2.450.966</u>

c) Informações relativas às controladas diretas

	31.12.2010					31.12.2009				
	Participação no capital social %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	
ECC do Brasil Cia. de Seguros	99,99	4.111	5	4.106	(14)	4.122	2	4.120	(33)	
ELEB Equipamentos Ltda.	99,99	252.010	170.880	81.130	24.929	268.331	208.806	59.725	(8.128)	
Embraer Austrália PTY Ltd. – EAL	100,00	1.137	455	682	(209)	1.222	410	812	(348)	
Embraer Aircraft Holding Inc. – EAH	100,00	508.183	152.874	355.509	12.192	504.849	144.902	359.947	9.226	
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd.	100,00	127.315	105.738	21.577	3.705	139.906	120.922	18.984	672	
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	100,00	178.883	1.714	175.169	17.017	183.070	3.899	179.371	40.884	
Embraer Credit Ltd. – ECL	100,00	44.517	38.358	6.159	1.244	46.852	41.647	5.205	1.233	
Embraer GPX Ltda.	99,99	17.176	15.227	1.949	1.631	8.034	7.716	318	314	
Embraer Overseas Limited	100,00	1.497.332	1.481.428	15.904	949	1.562.339	1.546.863	15.676	8.438	
Embraer Representation LLC – ERL	100,00	250.047	59.098	190.949	(52.972)	291.670	38.073	253.597	26.807	
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	100,00	1.466.041	36.432	1.429.609	(73.739)	1.588.079	27.067	1.561.012	44.664	
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda – NEIVA.	99,99	22.671	23.152	(481)	726	21.367	22.574	(1.206)	(1.706)	
					<u>(64.541)</u>				<u>122.023</u>	

Para apuração da equivalência patrimonial foram excluídos lucros não realizados nas operações tanto de venda da Controladora para a controlada quanto da controlada para a Controladora ou entre as controladas.

A Controladora constituiu provisão correspondente ao valor do passivo a descoberto de suas controladas no montante de R\$ 766 em 2010, a qual está registrada na rubrica provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas. As contrapartidas das provisões constituídas foram classificadas em contrapartida do resultado, na rubrica “equivalência patrimonial”.

16. PARTES RELACIONADAS

a) Operações com partes relacionadas

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora com suas subsidiárias diretas ou indiretas (descritas na nota 2.b) ou acionistas diretos ou indiretos (Banco do Brasil, BNDES e Comando da Aeronáutica), em condições similares àquelas praticadas com partes independentes, e

referem-se basicamente a:

- valores ativos: (i) contas a receber das controladas pela venda de peças de reposição e aeronaves e desenvolvimento de produtos, em condições semelhantes às realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação de recursos em moeda estrangeira; (iii) recebimentos em nome da Embraer pela controlada Embraer Finance Ltd. - EFL, sem remuneração; (iv) saldos em aplicações financeiras e (v) saldos em conta corrente bancária;
- valores passivos: (i) aquisição de partes de aeronaves e peças de reposição, em condições semelhantes às realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos, riscos envolvidos e políticas corporativas; (ii) adiantamentos recebidos por conta de contratos de vendas, conforme cláusula contratual; (iii) comissão por venda de aeronaves e peças de reposição em condições semelhantes às realizadas com terceiros; (iv) financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos a taxas de juros de mercado para esse tipo de modalidade de financiamento; (v) empréstimos e financiamentos nas condições normais de mercado; (vi) contratos de mútuo com as subsidiárias no exterior com taxas de juros praticadas pela Companhia na captação desses recursos e (vii) financiamentos à exportação;
- valores no resultado: (i) compra e venda de aeronaves, partes e peças de reposição e desenvolvimento de produtos para o mercado de defesa e segurança; (ii) receitas financeiras provenientes de contratos de mútuo e aplicações financeiras; (iii) encargos financeiros sobre financiamentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos, financiamento de importação, financiamento à exportação e adiantamento de contrato de câmbio e (iv) despesas com comissão de vendas de aeronaves e peças de reposição.

i) Controladora – 31.12.2010

	Circulante		Não circulante		Resultado	Lucro
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Financeiro	(Prejuízo)
Banco do Brasil S.A.	271.987	-	331.358	-	10.312	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	331	2.145	-	550.000	(37.325)	-
Comando da Aeronáutica	37.598	144.664	-	16.490	-	244.920
ECC Leasing Co. Ltd	32.878	217	122.003	-	4.870	79.321
ELEB - Equipamentos Ltda	3.251	12.434	45.192	-	2.055	(164.712)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. – EACS	69.699	12.457	-	-	259	45.639
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	-	-	66.648	-	2.795	(1.419)
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc.- EAMS	1.615	670	-	-	-	139
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	17.651	3.731	72.804	-	1.612	(1.460)
Embraer Aviation International SAS – EAI	28.499	40.509	-	-	129	(10.963)
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. – NEIVA	2.482	-	12.600	-	-	23.937
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	60	-	-	-	-	-
Embraer CAE Training Services-ECTS	-	2.473	-	-	-	(4.805)
Embraer Credit Ltd. – ECL	-	-	35.025	-	-	-
Embraer Executive Jet Services-EEJS	-	694	-	-	-	-
Embraer Finance Ltd. – EFL	-	184	575.702	-	7.190	-
Embraer GPX Ltda	10.576	1.044	2.109	-	69	3.308
Embraer Representation LLC - ERL	-	(192)	-	-	-	(172.104)
Embraer Services Inc. – ESI	187	9.570	-	-	-	(42.590)
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	-	-	36.383	-	697	-
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	23.957	-	62.173	(1.026)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd.-HEAI	4.317	-	-	-	-	22.052
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	18	1.034	-	-	-	(3.993)
Embraer CAE Training Services (UK Limited)-ECUK	1.050	1.376	-	-	-	1.858
Embraer Aviation Europe SAS - EAE	5	932	-	-	-	(1.932)
Embraer China Aircraft Technical Services Co., Ltd. - BJG	673	1.326	-	-	-	(658)
Embraer Europe SARL - EES	-	6.888	-	-	-	(14.290)
EPE's	-	-	114.248	-	-	-
	<u>482.877</u>	<u>266.113</u>	<u>1.414.072</u>	<u>628.663</u>	<u>(8.363)</u>	<u>2.248</u>

ii) Controladora – 31.12.2009

	Circulante		Não circulante		Resultado	Lucro
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Financeiro	(Prejuízo)
Banco do Brasil S.A.	211.152	-	338.913	-	(1.242)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	726	765.528	-	300.000	(87.547)	-
Comando da Aeronáutica	83.502	121.334	-	-	-	275.360
ECC Leasing Co. Ltd	61	-	55.614	-	4.274	(9.200)
ELEB - Equipamentos Ltda	3.274	13.162	16.485	-	93	(121.353)
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. – EACS	34.219	7.317	-	-	-	58.941
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	495	-	69.714	-	3.144	-
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc.- EAMS	1.547	607	-	-	-	345
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd. - EAP	11.727	5.495	100.956	-	1.535	(266)
Embraer Aviation International SAS – EAI	18.369	27.650	-	-	-	16.699
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. – NEIVA	4.611	113	11.491	-	-	868
Embraer Australia PTY Ltd. - EAL	98	-	-	-	-	-
Embraer CAE Training Services-ECTS	5.159	1.537	-	-	-	3.558
Embraer Credit Ltd. – ECL	-	-	37.163	-	-	-
Embraer Executive Jet Services-EEJS	34	41	-	-	-	50
Embraer Finance Ltd. – EFL	-	497	868.332	-	7.066	(1.493)
Embraer GPX Ltda	4.555	1.925	1.180	-	15	(1.644)
Embraer Representation LLC - ERL	-	53.305	-	-	-	(392.084)
Embraer Services Inc. – ESI	170	3.182	-	-	-	(31.921)
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	-	1.216	27.056	-	1.277	-
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	23.930	-	86.053	(1.258)	-
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd.-HEAI	14.045	6.832	-	-	-	11.688
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	14	1.129	-	-	-	(4.836)
	393.758	1.034.800	1.526.904	386.053	(72.643)	(195.288)

iii) Controladora – 01.01.2009

	Circulante		Não circulante	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco do Brasil S.A.	125.348	540.275	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.671	444	-	1.248.463
Comando da Aeronáutica	114.939	32.524	-	-
ECC do Brasil Cia. de Seguros	187	-	-	-
ECC Leasing Co. Ltd	1.101	-	71.052	-
ELEB - Equipamentos Ltda	4.836	2.356	-	-
Embraer Aircraft Customer Services, Inc. - EACS	184.784	18.339	-	-
Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH	658	-	92.345	-
Embraer Aircraft Maintenance Services Inc.- EAMS	5.286	3.841	-	-
Embraer Ásia Pacific PTE Ltd.	14.251	4.426	-	-
Embraer Aviation International SAS - EAI	22.350	19.834	-	-
Indústria Aeronáutica Neiva Ltda. - NEIVA	1.100	179	-	-
Embraer Credit Ltd. - ECL	-	-	54.401	-
Embraer Finance Ltd. - EFL	-	19.378	1.874.720	-
Embraer Representation LLC - ERL	-	123.312	-	-
Embraer Services Inc. - ESI	9.433	13.023	-	-
Embraer Spain Holding Co. SL - ESH	-	-	45.733	-
Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP	-	19.323	-	109.805
Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd.-HEAI	58.241	5	-	-
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal SA.	876	833	-	-
	545.061	798.092	2.138.251	1.358.268

iv) Consolidado – 31.12.2010

	Circulante		Não circulante		Resultado	Lucro
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Financeiro	
Banco do Brasil S.A.	599.764	164.945	331.358	331.358	17.536	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	331	7.988	-	570.222	(35.065)	-
Comando da Aeronáutica	106.606	266.563	-	16.490	-	358.862
Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF	-	-	-	12.996	-	-
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	26.930	-	62.173	(778)	-
	706.701	466.426	331.358	993.239	(18.307)	358.862

v) Consolidado – 31.12.2009

	Circulante		Não circulante		Resultado	Lucro
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Financeiro	
Banco do Brasil S.A.	707.016	227.469	338.913	356.177	20.185	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	726	785.934	-	326.223	(91.740)	-
Comando da Aeronáutica	216.979	231.784	-	-	-	403.767
Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF	-	-	-	14.636	-	-
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	27.576	-	89.067	(1.661)	-
	<u>924.721</u>	<u>1.272.763</u>	<u>338.913</u>	<u>786.103</u>	<u>(73.216)</u>	<u>403.767</u>

vi) Consolidado – 01.01.2009

	Circulante		Não circulante	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco do Brasil S.A.	1.028.349	861.564	-	442.362
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	-	9.630	-	1.295.243
Comando da Aeronáutica	223.004	102.440	-	-
Empresa Portuguesa de Defesa – EMPORDEF	-	-	-	18.949
Financiadora de Estudo e Projetos – FINEP	-	22.977	-	116.427
	<u>1.251.353</u>	<u>996.611</u>	<u>-</u>	<u>1.872.981</u>

Governo Brasileiro

O Governo Brasileiro, por meio de participações diretas e indiretas e da propriedade de nossa *golden share*, é um dos principais acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, o Governo Brasileiro era proprietário de nossa *golden share* e detinha participação indireta de 5,37% em nossa empresa, por meio da BNDESPAR, uma subsidiária integral do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (o banco de desenvolvimento do Brasil) que, por sua vez, é controlada pelo Governo Brasileiro. Portanto, as transações entre a Embraer e o Governo Brasileiro ou suas agências correspondem à definição de operações com partes relacionadas.

O Governo Brasileiro desempenha uma função importante em nossas atividades de negócios, inclusive como:

- (i) cliente importante de nossos produtos de defesa e segurança (por meio da Força Aérea Brasileira);
- (ii) fonte de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições de desenvolvimento tecnológico, como FINEP e BNDES;
- (iii) agência de crédito para exportação (por meio do BNDES); e
- (iv) fonte de financiamentos de curto e longo prazo e fornecedor de serviços de administração de capital e de banco comercial (por meio do Banco do Brasil).

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Benefícios de curto prazo (i)	28.759	27.025
Pagamento baseado em ações	3.217	-
Remuneração total	31.976	27.025

(i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenização.

São considerados pessoal-chave da administração os membros da diretoria estatutária e do conselho de administração.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, não houve remuneração vinculada a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

17. IMOBILIZADO

(i) Revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados

Em 1º de abril de 2010, a Companhia revisou sua base de estimativas de vida útil para seus ativos imobilizados, o que resultou de uma maneira geral na redução das taxas de depreciação utilizadas, devido ao prolongamento da vida útil econômica dos ativos.

Para fins desta análise, os especialistas internos emitiram um laudo de avaliação, considerando o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, os antecedentes internos e o plano de manutenção e utilização dos itens do ativo. Também foram considerados elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais dos fabricantes e taxas de vivência dos bens. Foi atribuído valor residual para determinados modelos de aeronaves e para peças de reposição constante no programa *Exchange Pool*. Para os demais itens do ativo imobilizado não foi atribuído valor residual, uma vez que devido às suas características e forma de utilização esses ativos quando realizados por venda possuem valores irrelevantes.

A nova vida útil estimada foi aplicada prospectivamente a partir 1º de abril de 2010, baseando-se nos saldos líquidos dos itens do ativo imobilizado da Companhia. Como resultado da alteração da vida útil estimada dos ativos, os encargos de depreciação reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram reduzidos em R\$ 31.921, quando comparados com aqueles que seriam registrados pelos critérios anteriores. A Companhia estima que a mudança desta política contábil afetaria o resultado em aproximadamente R\$ 42.561 para os próximos anos.

Nova vida útil média aplicada a partir de 1º de abril de 2010:

Classes de ativo	Vida útil média (anos)
Edifícios e benfeitorias em terrenos	29
Instalações	20,5
Máquinas e equipamentos	11
Móveis e utensílios	7,5
Veículos	9,5
Aeronaves	12,5
Computadores e periféricos	5
Ferramental	10
Outros bens	5
"Pool" de peças de reposição	11

(ii) Não utilização do custo atribuído na adoção inicial das IFRS

A Companhia não atribuiu custos aos seus ativos (*deemed cost*) diferentes daqueles que já vinham sendo registrados e suas demonstrações financeiras. Esta decisão se baseou em análise detalhada cujos principais aspectos e motivações são descritos a seguir:

- A moeda funcional da Companhia é o dólar. Em função disto seus ativos foram mensurados em USD no momento de sua aquisição eliminando os impactos dos efeitos inflacionários gerados ao longo dos anos com altos índices de inflação;
- De modo geral a Companhia não recebe incentivos para aquisição de seus ativos, o que não poderiam resultar em valores contábeis mais baixos do que o valor de mercado;
- Grande parte de seus ativos, se refere a edifícios ou construções e considerando o negócio da Companhia seria difícil de ser realizado por venda. Um exemplo disso são seus edifícios próximos a aeroportos;
- A própria característica de seu negócio, trata-se de uma indústria muito específica e com processos diferenciados, acaba por restringir ou ao menos dificultar a comercialização de muitos de seus

equipamentos e maquinários. Dessa forma, a Companhia tem um volume muito baixo de realização destes ativos por meio de venda;

- No caso de suas aeronaves, os valores de custo se aproximam aos de realização. Valores de custo superiores à avaliação de especialistas do mercado, são ajustados.

a) Controladora

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (I)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	Imobilizações em andamento (II)	Total
Custo do imobilizado bruto												
Saldo em 31.12.2009	17.763	490.925	203.295	470.522	51.395	12.278	1.511	153.257	456.552	3.622	7.587	1.868.707
Adições	-	-	-	10.804	1.598	24	-	16.990	17.590	-	4.712	51.718
Baixas	-	-	(48)	(30.187)	(554)	(319)	-	(659)	-	(3.230)	(8)	(35.005)
Reclassificação*	-	7.822	4.576	(2.633)	1.599	917	-	(8.226)	1	5.170	(9.226)	-
Efeito de conversão	(785)	(21.558)	(9.022)	(19.689)	(2.334)	(570)	(65)	(7.056)	(20.407)	(203)	(14)	(81.683)
Saldo em 31.12.2010	16.998	477.189	198.801	428.817	51.704	12.330	1.446	154.306	453.736	5.359	3.051	1.803.737
Depreciação acumulada												
Saldo em 31.12.2009	-	(144.347)	(134.750)	(270.679)	(26.378)	(9.161)	(1.511)	(134.404)	(186.706)	(1.940)	-	(909.876)
Depreciação	-	(8.533)	(3.521)	(18.861)	(2.547)	(507)	-	(9.795)	(35.915)	-	-	(79.679)
Baixas	-	-	43	7.000	474	253	-	678	-	-	-	8.448
Reclassificação*	-	17	(7)	(6)	-	-	-	(4)	-	-	-	-
Efeito de conversão	-	6.642	5.981	12.402	1.243	407	65	6.394	9.984	94	-	43.082
Saldo em 31.12.2010	-	(146.221)	(132.274)	(270.144)	(27.206)	(9.008)	(1.446)	(137.131)	(212.737)	(1.856)	-	(938.025)
Imobilizado líquido												
Saldo em 31.12.2009	17.763	346.578	68.545	199.843	25.017	3.117	-	18.853	269.846	1.682	7.587	958.831
Saldo em 31.12.2010	16.998	330.968	66.527	158.673	24.496	3.322	-	17.175	240.999	3.503	3.051	865.712

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (I)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	Imobilizações em andamento (II)	Total
Custo do imobilizado bruto												
Saldo em 01.01.2009	21.573	594.029	229.409	561.312	66.360	16.338	2.075	202.913	588.709	4.947	98.002	2.385.867
Adições	1.710	-	570	48.244	830	861	-	2.587	20.914	40.157	16.128	132.001
Baixas	-	-	-	(19.828)	(303)	(1.271)	(35)	(2.423)	-	(1.225)	-	(25.085)
Reclassificação*	315	58.936	39.975	34.076	1.689	456	-	2.359	-	(39.000)	(98.806)	-
Efeito de conversão	(5.835)	(162.040)	(66.659)	(153.282)	(17.181)	(4.106)	(529)	(52.179)	(153.071)	(1.257)	(7.737)	(623.876)
Saldo em 31.12.2009	17.763	490.925	203.295	470.522	51.395	12.278	1.511	153.257	456.552	3.622	7.587	1.868.707
Depreciação acumulada												
Saldo em 01.01.2009	-	(169.812)	(164.073)	(329.781)	(31.418)	(11.817)	(2.047)	(170.907)	(211.651)	(2.604)	-	(1.094.110)
Depreciação	-	(20.357)	(14.215)	(47.696)	(3.626)	(1.207)	(7)	(10.555)	(33.224)	-	-	(130.887)
Baixas	-	-	-	19.627	247	823	21	2.396	-	-	-	23.114
Reclassificação*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de conversão	-	45.822	43.538	87.171	8.419	3.040	522	44.662	58.169	664	-	292.007
Saldo em 31.12.2009	-	(144.347)	(134.750)	(270.679)	(26.378)	(9.161)	(1.511)	(134.404)	(186.706)	(1.940)	-	(909.876)
Imobilizado líquido												
Saldo em 01.01.2009	21.573	424.217	65.336	231.531	34.942	4.521	28	32.006	377.058	2.343	98.002	1.291.567
Saldo em 31.12.2009	17.763	346.578	66.545	199.843	25.017	3.117	-	18.853	269.846	1.682	7.587	958.831

*Transações que não afetam caixa.

O montante de R\$ 71.209 (2009 - R\$ 117.578) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos e serviços vendidos, o montante de R\$ 1.021 (2009 - R\$ 3.415) como despesas comerciais e o montante de R\$ 7.449 (2009 - R\$ 9.895) como despesas administrativas.

Os gastos com depreciação de arrendamentos financeiros de máquinas e bens totalizaram R\$ 1.308 (2009 – R\$ 4.425) e estão incluídos na demonstração de resultado, na rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

b) Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (I)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças de reposição	Imobilizações em andamento (II)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 31.12.2009	19.361	678.726	212.944	799.534	76.404	23.010	654.414	189.321	480.006	4.325	230.793	28.185	3.377.023
Adições	-	2.965	47	36.400	2.831	149	50.229	21.305	17.590	720	76.932	51.276	260.264
Baixas	-	(40)	(52)	(53.364)	(1.662)	(508)	(29.906)	(984)	-	(3.880)	-	(8)	(90.404)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	(21.933)	-	-	-	-	-	(21.933)
Reclassificação*	-	5.922	4.576	(8.422)	1.599	917	161.013	(8.191)	1	5.170	-	(10.740)	151.846
Efeito de conversão	(945)	(30.525)	(9.480)	(43.232)	(4.121)	(1.590)	(26.652)	(9.644)	(20.556)	(1.021)	(8.387)	(1.988)	(158.141)
Saldo em 31.12.2010	18.416	657.068	208.035	730.916	74.851	21.978	787.165	191.807	457.041	5.314	299.338	66.725	3.518.654
Depreciação acumulada													
Saldo em 31.12.2009	-	(189.190)	(139.924)	(490.012)	(44.711)	(17.939)	(132.773)	(162.551)	(189.403)	(1.940)	(90.935)	-	(1.459.378)
Depreciação	-	(16.119)	(3.861)	(28.980)	(3.917)	(899)	(44.494)	(11.978)	(36.216)	-	(33.355)	-	(179.819)
Baixas	-	39	46	16.099	1.458	442	16.578	968	-	-	-	-	36.230
Reclassificação*	-	17	(7)	(6)	-	-	1.331	(4)	-	-	-	-	1.331
Efeito de conversão	-	9.254	6.193	38.228	2.719	1.314	7.715	8.976	10.018	85	(446)	-	84.056
Saldo em 31.12.2010	-	(195.999)	(137.553)	(464.071)	(44.451)	(17.082)	(151.643)	(164.589)	(215.601)	(1.855)	(124.736)	-	(1.517.580)
Imobilizado líquido													
Saldo em 31.12.2009	19.361	489.536	73.020	309.522	31.693	5.071	521.641	26.770	270.603	2.385	139.858	28.185	1.917.645
Saldo em 31.12.2010	18.416	461.069	70.482	266.845	30.400	4.896	635.522	27.218	241.440	3.459	174.602	66.725	2.001.074

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronaves (I)	Computadores e periféricos	Ferramental	Outros bens	"Pool" de peças de reposição	Imobilizações em andamento (II)	Total
Custo do imobilizado bruto													
Saldo em 01.01.2009	21.573	784.769	239.462	952.912	97.762	29.493	789.983	246.947	593.345	5.603	266.998	173.879	4.202.726
Adições	3.426	39.813	583	66.080	4.582	1.348	153.472	13.525	20.914	40.667	36.482	8.525	389.417
Baixas	-	-	(5)	(28.304)	(1.589)	(1.283)	(52.195)	(3.393)	-	(1.225)	-	(3.308)	(91.302)
Reclassificação*	315	69.281	41.628	60.763	663	765	(4.828)	(345)	-	(39.041)	-	(128.199)	-
Efeito de conversão	(5.953)	(214.137)	(68.722)	(251.917)	(25.014)	(7.313)	(232.018)	(67.413)	(154.253)	(1.679)	(72.687)	(22.712)	(1.123.818)
Saldo em 31.12.2009	19.361	678.726	212.944	799.534	76.404	23.010	654.414	189.321	460.006	4.325	230.793	28.185	3.377.023
Depreciação acumulada													
Saldo em 01.01.2009	-	(219.554)	(170.117)	(604.231)	(54.775)	(22.728)	(140.827)	(205.644)	(215.041)	(2.604)	(90.854)	-	(1.726.375)
Depreciação	-	(28.795)	(14.758)	(67.451)	(5.606)	(1.678)	(36.712)	(13.305)	(33.424)	-	(26.612)	-	(228.341)
Baixas	-	-	5	27.503	1.507	834	4.301	3.173	-	-	-	-	37.323
Reclassificação*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de conversão	-	59.159	44.946	154.167	14.163	5.633	40.485	53.225	59.062	664	26.531	-	458.015
Saldo em 31.12.2009	-	(189.190)	(139.924)	(490.012)	(44.711)	(17.939)	(132.773)	(162.551)	(189.403)	(1.940)	(90.935)	-	(1.459.378)
Imobilizado líquido													
Saldo em 01.01.2009	21.573	565.215	69.345	348.681	42.987	6.765	649.156	41.303	378.304	2.999	176.144	173.879	2.476.351
Saldo em 31.12.2009	19.361	489.536	73.020	309.522	31.693	5.071	521.641	26.770	270.603	2.385	139.858	28.185	1.917.645

*Transações que não afetam caixa.

- (i) As aeronaves destinam-se a uso em ensaios, voos corporativos e leasing operacional e estão ajustados ao valor de realização, quando aplicável. A Companhia possuía aeronaves contabilizadas no ativo imobilizado, como segue:

31 de dezembro de 2010: 5 EMB 120, 28 ERJ 145, 6 EMBRAER 170, 1 EMBRAER 175, 1 EMBRAER 190, 2 Phenom 100 e 2 de outros modelos.

31 de dezembro de 2009: 5 EMB 120, 26 ERJ 145, 4 EMBRAER 170, 1 EMBRAER 190 e 2 de outros modelos.

1º de janeiro de 2009: 5 EMB 120, 21 ERJ 145, 4 EMBRAER 170, 1 EMBRAER 175, 1 EMBRAER 190 e 3 de outros modelos.

Destas aeronaves, 29 estavam destinadas a arrendamento operacional, três para ensaios e uma para voos corporativos.

- (ii) Referem-se principalmente às obras para ampliação da capacidade instalada para atender à fabricação de novos produtos.

Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 77.607 em bens do ativo imobilizado tinham sido dados em garantia de empréstimos e financiamentos e contingências trabalhistas.

O montante de R\$ 150.817 (2009 - R\$ 201.088) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 16.240 (2009 - R\$ 11.200) como despesas comerciais e o montante de R\$ 12.762 (2009 - R\$ 16.053) como despesas administrativas.

Os gastos com depreciação de arrendamentos financeiros de máquinas e bens totalizaram R\$ 5.679 (2009 – R\$ 4.760) e estão incluídos na demonstração de resultado, na rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

Em 2010, os encargos financeiros capitalizados totalizaram R\$ 197 com uma taxa de 4,05% (2009 – R\$ 1.741 com uma taxa de 5,29% e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 7.011 com a taxa de 7%).

18. INTANGÍVEL

Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de programas para cada nova aeronave, incluindo serviços de suporte, mão de obra produtiva, material e mão de obra direta alocados para a construção de protótipos de aeronaves ou componentes significativos, bem como aplicações de tecnologias avançadas que visam tornar as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

a) Controladora

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Comercial	Executiva	Defesa	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2009	1.627.180	839.752	40.579	1.727	149.561	2.658.799
Adições	26.650	247.360	931	-	22.611	297.552
Adições de Contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Efeito de conversão	(71.279)	(40.513)	(1.801)	(75)	(3.972)	(117.640)
Saldo em 31.12.2010	1.578.360	876.610	39.709	1.652	168.200	2.664.531
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2009	(1.142.134)	(166.983)	(34.224)	(878)	(111.414)	(1.455.633)
Amortizações	(90.115)	(88.954)	(4.687)	(408)	(12.247)	(196.411)
Amortizações de Contribuição parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Efeito de conversão	51.862	9.580	1.779	56	5.608	68.885
Saldo em 31.12.2010	(1.145.091)	(229.192)	(37.132)	(1.230)	(118.053)	(1.530.698)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2009	485.046	672.769	6.355	849	38.147	1.203.166
Saldo em 31.12.2010	433.269	647.418	2.577	422	50.147	1.133.833

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Comercial	Executiva	Defesa	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 01.01.2009	2.156.155	931.301	53.643	2.318	175.678	3.319.095
Adições	37.827	355.844	711	-	19.909	414.291
Adições de contribuição de parceiros	(13.723)	(180.269)	-	-	-	(193.992)
Efeito de conversão	(553.079)	(267.124)	(13.775)	(591)	(46.026)	(880.595)
Saldo em 31.12.2009	1.627.180	839.752	40.579	1.727	149.561	2.658.799
Amortização acumulada						
Saldo em 01.01.2009	(1.425.607)	(182.877)	(44.895)	(676)	(133.770)	(1.787.825)
Amortizações	(145.964)	(48.775)	(773)	(402)	(13.312)	(209.226)
Amortizações de contribuição parceiros	54.026	15.803	-	-	-	69.829
Efeito de conversão	375.411	48.866	11.444	200	35.668	471.589
Saldo em 31.12.2009	(1.142.134)	(166.983)	(34.224)	(878)	(111.414)	(1.455.633)
Intangível líquido						
Saldo em 01.01.2009	730.548	748.424	8.748	1.642	41.908	1.531.270
Saldo em 31.12.2009	485.046	672.769	6.355	849	38.147	1.203.166

b) Consolidado

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Comercial	Executiva	Defesa	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2009	1.646.047	879.749	42.719	9.938	211.163	2.789.616
Adições	27.848	255.853	932	2.753	25.701	313.087
Adições de Contribuição de parceiros	(4.191)	(169.989)	-	-	-	(174.180)
Baixas	-	-	-	-	(15.350)	(15.350)
Efeito de conversão	(70.541)	(43.866)	(1.892)	(5.509)	(5.347)	(127.155)
Saldo em 31.12.2010	1.599.163	921.747	41.759	7.182	216.167	2.786.018
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2009	(1.153.005)	(169.626)	(35.266)	(3.385)	(165.176)	(1.526.458)
Amortizações	(91.254)	(93.459)	(5.248)	(503)	(13.312)	(203.776)
Amortizações de Contribuição parceiros	35.296	17.165	-	-	-	52.461
Baixas	-	-	-	-	6.976	6.976
Efeito de conversão	52.391	10.600	1.859	479	12.965	78.294
Saldo em 31.12.2010	(1.156.572)	(235.320)	(38.655)	(3.409)	(158.547)	(1.592.503)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2009	493.042	710.123	7.453	6.553	45.987	1.263.158
Saldo em 31.12.2010	442.591	686.427	3.104	3.773	57.620	1.193.515

	Desenvolvido internamente			Adquirido de terceiros		Total
	Comercial	Executiva	Defesa	Outros	Software	
Custo do intangível						
Saldo em 01.01.2009	2.201.822	973.697	56.508	29.172	235.933	3.497.132
Adições	39.049	366.118	717	2.629	26.602	435.115
Adições de Contribuição de parceiros	(13.723)	(180.269)	-	-	-	(193.992)
Baixas	(18.577)	(645)	-	(18.220)	198	(37.244)
Efeito de conversão	(562.524)	(279.152)	(14.506)	(3.643)	(51.570)	(911.395)
Saldo em 31.12.2009	1.646.047	879.749	42.719	9.938	211.163	2.789.616
Amortização acumulada						
Saldo em 01.01.2009	(1.460.240)	(183.200)	(46.068)	(9.735)	(185.511)	(1.884.754)
Amortizações	(147.148)	(51.525)	(966)	(7.607)	(16.561)	(223.807)
Amortizações de Contribuição parceiros	54.026	15.803	-	-	-	69.829
Baixas	18.281	-	-	12.417	15	30.713
Efeito de conversão	382.076	49.296	11.768	1.540	36.881	481.561
Saldo em 31.12.2009	(1.153.005)	(169.626)	(35.266)	(3.385)	(165.176)	(1.526.458)
Intangível líquido						
Saldo em 01.01.2009	741.582	790.497	10.440	19.437	50.422	1.612.378
Saldo em 31.12.2009	493.042	710.123	7.453	6.553	45.987	1.263.158

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS POR CATEGORIA

a) Controladora

31.12.2010				
	Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Financiamentos	20	-	2.133.350	2.133.350
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	1.235	1.235
Instrumentos Derivativos	40	730	-	730
Garantias Financeiras RVG	39	18.466	-	18.466
Garantias Financeiras	39	-	220.531	220.531
Fornecedores e outras obrigações (i)		-	1.189.193	1.189.193
		19.196	3.544.309	3.563.505
31.12.2009				
	Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Financiamentos	20	-	3.188.270	3.188.270
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	3.097	3.097
Instrumentos Derivativos	40	837	-	837
Garantias Financeiras RVG	39	14.521	-	14.521
Garantias Financeiras	39	-	253.798	253.798
Fornecedores e outras obrigações (i)		-	1.026.809	1.026.809
		15.358	4.471.974	4.487.332
01.01.2009				
	Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Financiamentos	20	-	3.617.969	3.617.969
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	9.029	9.029
Instrumentos Derivativos	40	389.072	-	389.072
Garantias Financeiras RVG	39	22.138	-	22.138
Garantias Financeiras	39	-	382.057	382.057
Fornecedores e outras obrigações (i)		-	2.424.776	2.424.776
		411.210	6.433.831	6.845.041

b) Consolidado

31.12.2010			
Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Financiamentos	20	-	2.384.504
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	6.102
Instrumentos Derivativos	40	3.732	-
Garantias Financeiras RVG	39	18.466	-
Garantias Financeiras	39	-	220.531
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	2.220.262	2.220.262
	22.198	4.831.399	4.853.597
31.12.2009			
Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Financiamentos	20	-	3.550.919
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	33.064
Instrumentos Derivativos	40	8.091	-
Garantias Financeiras RVG	39	14.521	-
Garantias Financeiras	39	-	253.798
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	2.153.821	2.153.821
	22.612	5.991.602	6.014.214
01.01.2009			
Nota	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Financiamentos	20	-	4.255.353
Obrigações de arrendamento financeiro	20	-	44.188
Instrumentos Derivativos	40	389.072	-
Garantias Financeiras RVG	39	22.138	-
Garantias Financeiras	39	-	382.057
Fornecedores e outras obrigações (i)	-	3.900.560	3.900.560
	411.210	8.582.158	8.993.368

(i) O montante refere-se a fornecedores, contas a pagar e dívidas com e sem direito de regresso.

20. FINANCIAMENTOS

a) Controladora

	Moeda	Taxa contratual de juros - %	Taxa efetiva de juros - %	Vencimento	Controladora		
					2010	2009	01.01.2009
Outras moedas:							
Capital de giro	US\$	6,375%	6,375%	2020	1.495.125	1.558.542	952.373
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US\$	5,26 a 6,00%	5,26 a 6,00%	2009	-	-	778.088
Desenvolvimento de projetos	US\$	LIBOR + 0,875% a 1,75%	LIBOR + 0,875% a 1,75%	2016	-	-	305.793
						454.217	84.847
Aquisição de materiais	US\$	LIBOR 3M + 0,45% a 1,10%	LIBOR 3M + 0,45% a 1,10%	2012	-	-	-
Financiamento de exportação	US\$	7,81%	7,81%	2010	-	-	118.827
Arrendamento mercantil financeiro	US\$	6,16% a 7,95%	6,16% a 7,95%	2012	1.235	3.097	9.029
					1.496.360	2.015.856	2.248.957
Moeda nacional:							
Pré-embarque	R\$	4,50% TJLP + 2,09% a 2,10%	4,50% TJLP + 2,09% a 2,10%	2013	552.135	1.065.527	1.248.911
Desenvolvimento de projetos	R\$	TJLP + 5,0%	TJLP + 5,0%	2015	86.090	109.984	129.130
					638.225	1.175.511	1.378.041
Total					2.134.585	3.191.367	3.626.998
Menos - Circulante					27.218	810.204	930.096
Não Circulante					2.107.367	2.381.163	2.696.902

b) Consolidado

	Moeda	Taxa contratual de juros - %	Taxa efetiva de juros - %	Vencimento	Consolidado		
					2010	2009	01.01.2009
Outras moedas:							
Capital de giro	US\$	1,00% a 6,375% LIBOR 6M+ 0,50% a 1,10%	1,00% a 6,716% LIBOR 6M+ 0,50% a 1,10%		1.581.587	1.746.344	1.270.673
	Euro	Euribor + 0,12% a 1,70%	Euribor + 0,12% a 1,70%	2020	16.880	64.996	108.758
	Outras	1,00% a 4,78%	1,00% a 4,78%		-	-	51.539
Desenvolvimento de projetos	US\$	6,87%	6,87%	2015	2.404	2.857	309.514
Aquisição de materiais	US\$	5,75% LIBOR 3M + 0,45% a 1,12%	5,75% LIBOR 3M + 0,45% a 1,12%	2013	-	455.107	86.292
Financiamento de exportação	US\$	6,30%	6,30%	2010	-	-	130.565
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	US\$	4,20% a 8,50%	4,20% a 8,50%	2009	-	-	797.455
Aquisição de imobilizado	US\$	3,53% a 5,75% LIBOR 1M + 2,44%	3,53% a 5,75% LIBOR 1M + 2,44%	2035	118.848	56.000	59.984
Arrendamento Mercantil Financeiro	US\$	6,16% a 7,95% LIBOR 12M+ 2,54% a 3,40%	6,16% a 7,95% LIBOR 12M+ 2,54% a 3,40%	2014	3.626	6.560	14.379
					1.723.345	2.331.864	2.829.159
Moeda nacional:							
Pré-embarque	R\$	4,50% TJLP + 2,09% a 2,80%	4,50% TJLP + 2,09% a 2,80%	2013	552.135	1.081.866	1.274.073
Desenvolvimento de projetos	R\$	TJLP + 2,41% a 5,0%	TJLP + 2,41% a 5,0%	2015	112.650	143.749	166.500
Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$	CDI + 0,49% a 2,46%	CDI + 0,49% a 2,46%	2015	2.476	26.504	29.809
					667.261	1.252.119	1.470.382
					2.390.606	3.583.983	4.299.541
Menos - Circulante					120.883	1.031.494	1.259.671
Não Circulante					2.269.723	2.552.489	3.039.870

No mês de setembro de 2010 a Companhia renegociou a linha de crédito sindicalizada, na modalidade “standby”. A renegociação compreendeu a antecipação do pagamento do valor de USD 250 milhões que havia sido desembolsado em março e abril de 2009 – cujo vencimento original seria março e abril de 2011, e a ampliação do valor total da linha para USD 1 bilhão com a ampliação do prazo para desembolso até setembro de 2012. O custo de manutenção é incluso nas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não havia realizado nenhum desembolso nesta linha.

O saldo não utilizado nesta linha de crédito está demonstrado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Taxa variável:						
- Com vencimento em mais de um ano	1.666.200	435.300	1.168.500	1.666.200	435.300	1.168.500
	<u>1.666.200</u>	<u>435.300</u>	<u>1.168.500</u>	<u>1.666.200</u>	<u>435.300</u>	<u>1.168.500</u>

c) Em 31 de dezembro de 2010, os financiamentos a longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	323.951	387.323
2013	273.882	293.370
2014	8.233	18.082
2015	6.175	12.756
Após 2015	1.495.126	1.558.192
	<u>2.107.367</u>	<u>2.269.723</u>

d) Análise de moedas

O total da dívida está denominado nas seguintes moedas:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Empréstimos e financiamentos						
Dólar	1.496.360	2.015.856	2.248.957	1.706.465	2.266.867	2.668.999
Real	638.225	1.175.511	1.378.041	667.261	1.252.119	1.470.382
Euro	-	-	-	16.880	64.997	108.620
Outras	-	-	-	-	-	51.540
	<u>2.134.585</u>	<u>3.191.367</u>	<u>3.626.998</u>	<u>2.390.606</u>	<u>3.583.983</u>	<u>4.299.541</u>

e) Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Menos de um ano	1.194	2.104	4.787
Mais de um ano e menos de cinco anos	73	1.264	4.542
Mais de cinco anos	-	-	-
	<u>1.267</u>	<u>3.368</u>	<u>9.329</u>
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(32)	(271)	(300)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u>1.235</u>	<u>3.097</u>	<u>9.029</u>

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

Menos de um ano	1.154	1.833	4.487
Mais de um ano e menos de cinco anos	70	1.264	4.542
Mais de cinco anos	-	-	-
	<u>1.224</u>	<u>3.097</u>	<u>9.029</u>

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Menos de um ano	2.882	9.021	13.165
Mais de um ano e menos de cinco anos	4.261	24.233	30.240
Mais de cinco anos	-	1.619	3.239
	7.143	34.873	46.644
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(1.041)	(1.809)	(2.456)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	6.102	33.064	44.188

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

Menos de um ano	2.571	8.191	12.263
Mais de um ano e menos de cinco anos	3.531	23.293	28.686
Mais de cinco anos	-	1.580	3.239
	6.102	33.064	44.188

f) Encargos e garantias

Em 31 de dezembro de 2010, os financiamentos em reais (27,9% do total) estão sujeitos a encargos fixos e ou baseados na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa média ponderada era de 4,24% a.a. (7,19% em dezembro de 2009).

Em 31 de dezembro de 2010, os financiamentos em dólares (71,4 % do total) eram, predominantemente, sujeitos a encargos fixos e sua taxa média ponderada era 5,89% (4,52% em 31 de dezembro de 2009). Além desses endividamentos, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha endividamento em Euros (0,7% do total), predominantemente, sujeitos a encargos baseado na Euribor com taxa média ponderada de 2,23% (1,5% em 31 de dezembro de 2009).

Considerando os efeitos da análise das taxas efetivas sobre os financiamentos em moeda estrangeira que incluem os custos de estruturação financeira incorridos e já pagos, as taxas médias efetivas ponderadas são equivalentes a LIBOR, mais 3,13% a.a. em 2010 (LIBOR mais 1,65% a.a. em 2009).

Em garantia de parte dos financiamentos foram oferecidos imóveis, máquinas, equipamentos, penhor mercantil de itens do estoque de materiais e garantia bancária, no montante total de R\$ 186.323. Os financiamentos das controladas, garantidos por fiança ou aval da Controladora, atingiram o montante de R\$ 174.785 em 31 de dezembro de 2010 (2009 – R\$ 218.258).

g) Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos de longo prazo estão sujeitos a cláusulas restritivas, em linha com as práticas usuais de mercado, que estabelecem controle sobre o grau de alavancagem obtido da relação endividamento líquido/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), bem como limites para a cobertura do serviço da dívida obtido da relação EBITDA/despesa financeira líquida. Há também uma cláusula que define um valor mínimo para o patrimônio líquido da Companhia. Incluem, também, restrições normais sobre criação de novos gravames sobre bens do ativo, mudanças significativas no controle acionário da Companhia, venda de bens do ativo e pagamento de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório por lei em casos de inadimplência nos financiamentos e nas transações com empresas afiliadas.

Em 31 de dezembro de 2010, a Controladora e as controladas estavam totalmente adimplentes com as cláusulas restritivas.

Em outubro de 2006, a Embraer Overseas Limited, subsidiária financeira cujo capital pertence integralmente a Companhia e suas operações tem se restringido às captações a seguir mencionadas, emitiu US\$ 400 milhões em títulos com taxa de juros de 6,375% ao ano com vencimento em 23 de janeiro 2017 numa oferta que posteriormente foi registrada parcialmente com a *US Securities and Exchange Commission*. Em outubro de 2009, novamente a Embraer Overseas Limited captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de janeiro 2020, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 6,375% ao ano. As duas operações são garantidas integralmente e incondicionalmente pela Controladora e, por esse motivo são apresentadas no balanço desta como operações com terceiros.

21. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fornecedores no exterior:						
Parceiros de risco (i)	501.376	372.946	1.117.271	501.376	372.946	1.117.271
Outros	444.699	378.417	928.907	648.674	591.018	1.279.173
Fornecedores no País	60.514	42.715	69.968	99.979	74.381	109.782
Sociedades controladas	72.909	54.062	95.930	-	-	-
	1.079.498	848.140	2.212.076	1.250.029	1.038.345	2.506.226
Menos - Circulante	1.079.498	848.140	2.212.076	1.250.029	1.038.345	2.506.226
Não Circulante	-	-	-	-	-	-

- (i) Os parceiros de risco da Companhia desenvolvem e produzem componentes significativos da aeronave, incluindo motores, componentes hidráulicos, aviônicos, asas, cauda, interior, partes da fuselagem, etc. Determinados contratos firmados entre a Companhia e esses parceiros de risco caracterizam-se parcerias de longo prazo e incluem o diferimento de pagamentos para componentes e sistemas por um prazo negociado após a entrega desses. Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o programa de desenvolvimento e produção de aeronaves, é difícil substituí-los. Em alguns casos, como os motores, a aeronave é projetada especialmente para acomodar um determinado componente, o qual não pode ser substituído por outro fornecedor sem incorrer em atrasos e despesas adicionais significativas. Essa dependência torna a Companhia suscetível a desempenho, qualidade e condições financeiras de seus parceiros de risco.

O montante total por moeda está disponível na nota de instrumentos financeiros (Nota 40.d)

22. CONTAS A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações contratuais (i)	-	-	-	48.699	50.502	49.987
Concessões comerciais	21.478	21.285	17.383	21.478	21.285	17.383
Comando da aeronáutica (ii)	4.469	17.713	-	4.469	17.713	-
Partes relacionadas (iii)	-	-	-	12.996	17.238	20.132
Seguros	10.746	13.601	9.627	10.721	13.667	9.890
Caução	-	-	-	16.862	9.957	9.051
Materiais faltantes (iv)	2.594	7.225	8.885	2.594	7.225	8.885
Créditos financeiros (v)	-	-	-	3.333	4.483	7.630
Demais contas a pagar (vi)	51.606	65.953	67.221	91.505	89.674	92.232
	90.893	125.777	103.116	186.665	231.744	215.190
Menos - Circulante	80.008	114.890	89.830	140.694	188.194	163.506
Não Circulante	10.885	10.887	13.286	45.971	43.550	51.684

- (i) Representam substancialmente valores provisionados para fazer face aos custos de manutenção de aeronaves alugadas por meio de arrendamento operacional.
- (ii) Comando da aeronáutica é considerado como parte relacionada da Companhia.
- (iii) Referem-se basicamente a contrato de mútuo entre a OGMA e EMPORDEF, acionista da OGMA.
- (iv) Referem-se aos acessórios ou componentes a serem instalados em aeronaves entregues, consoante termos contratuais.
- (v) Representam valores provisionados para compensar clientes por certos custos de financiamentos.
- (vi) Representam basicamente despesas incorridas no mês de dezembro, cujos pagamentos ocorrem no mês seguinte.

23. CONTRIBUIÇÕES DE PARCEIROS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante	-	-	-	1.474	1.540	5.823
Não Circulante	27.974	117.911	65.484	27.974	117.911	103.453
Total	27.974	117.911	65.484	29.448	119.451	109.276

A Companhia possui acordos com determinados fornecedores-chave, aqui denominados parceiros, para participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Alguns contratos de fornecimento requerem que o fornecedor contribua com dinheiro para a Companhia como forma de compensação de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Como parte desse acordo de fornecimento, essas contribuições estão atreladas ao cumprimento pela Companhia de algumas etapas e eventos importantes do desenvolvimento, incluindo certificação da aeronave, primeira entrega e número mínimo de aeronaves entregues. A Companhia registra essas contribuições quando recebidas como passivo não circulante, as quais não serão exigidas caso os objetivos contratuais sejam alcançados. À medida que essas etapas e eventos sejam alcançados e, portanto, não mais passíveis de devolução, esses valores são abatidos dos gastos de desenvolvimento das aeronaves registrados no Intangível, no ativo não circulante.

24. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Em dólar americano	1.270.755	1.647.265	3.337.914	1.423.629	1.827.543	3.595.466
Em reais	224.112	184.649	103.289	228.635	193.796	113.042
	1.494.867	1.831.914	3.441.203	1.652.264	2.021.339	3.708.508
Menos - Circulante	1.141.302	1.148.970	2.401.225	1.298.699	1.328.138	2.658.708
Não Circulante	353.565	682.944	1.039.978	353.565	693.201	1.049.800

25. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Impostos de renda e contribuição social	1.713	5.599	-	16.658	23.617	13.542
Contribuição social (i)	507.844	482.853	487.927	513.977	487.665	493.913
INSS (ii)	205.214	188.032	186.078	208.665	191.345	190.416
PIS e COFINS (iii)	48.913	84.378	135.102	48.922	84.383	135.108
INSS - parcelamentos	32.293	20.087	25.670	32.643	20.087	34.836
IRRF	44.344	44.067	26.914	46.181	45.379	28.891
FGTS	11.923	10.387	12.439	12.363	10.779	12.787
Outros	10.932	3.211	2.788	25.041	16.911	41.401
	863.176	838.614	876.918	904.450	880.166	950.894
Menos - Circulante	108.091	95.158	81.366	149.196	136.593	148.010
Não Circulante	755.085	743.456	795.552	755.254	743.573	802.884

A Companhia está questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da instituição, da base de cálculo e sua expansão, bem como das majorações de alíquotas de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos efetuados em exercícios anteriores. A Companhia, por meio de processos administrativos e judiciais, obteve liminares e medidas congêneres para não recolher ou compensar pagamentos de impostos, encargos e contribuições sociais. Os valores de tributos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados com base na variação da SELIC até que se obtenha uma decisão final e definitiva e correspondem às seguintes questões:

- (i) A Companhia está pleiteando o reconhecimento da imunidade constitucional da contribuição social sobre exportações e o direito ao crédito de IPI decorrente de entradas isentas, tributadas à alíquota zero ou não tributadas. Com relação à contribuição social sobre exportações, o processo encontra-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento do Recurso Extraordinário, ao qual foi atribuído efeito suspensivo em favor da Companhia.

Do montante envolvido em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 500.152 (Controladora e Consolidado), foram efetivados depósitos judiciais no montante de R\$ 172.413, os quais estão apresentados na rubrica outros ativos (Nota 13).

Com relação aos créditos de IPI, a empresa aderiu aos termos do parcelamento instituído pela Medida Provisória n.º 470/09. Os requisitos de adesão ao parcelamento foram exauridos dentro do prazo previsto na legislação, qual seja, 30 de novembro de 2009 e a Companhia prossegue discutindo critérios de aplicação dos benefícios do parcelamento no âmbito dos processos judiciais.

- (ii) Corresponde à majoração da alíquota do seguro de acidente do trabalho (SAT). A Companhia questiona a legalidade e ausência de critérios técnicos para fixação das alíquotas das referidas contribuições desde 1995, cujos valores encontram-se com exigibilidade suspensa por força de sentença de primeira instância em ação ordinária. O montante envolvido nesse processo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 177.069 (2009 - R\$ 153.126 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 153.369).

Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2009, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a incidência de contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado. Por força de sentença de primeiro grau, os valores relativos ao aviso prévio indenizado foram excluídos da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e provisionados, até o êxito definitivo na demanda judicial. O processo encontra-se aguardando distribuição junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para apreciação do Recurso de Ofício. O montante envolvido neste processo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 11.120 (2009 - R\$ 8.942) na Controladora e R\$ 11.469 (2009 - R\$ 9.055) no Consolidado.

- (iii) Referem-se às contribuições ao Programa de Integração Social - PIS/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público - PASEP. A Companhia questiona a incidência em alguns períodos. Este processo teve o direito material reconhecido definitivamente pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e remanesce a discussão no Superior Tribunal de Justiça apenas com relação à prescrição de parte do crédito. A outra discussão, envolvendo a base de cálculo do sistema não-cumulativo, foi incluída nos termos da Lei n.º 11.941/09, com a consequente desistência da ação. O montante envolvido no processo é de R\$ 48.639 e a Companhia prossegue discutindo critérios de aplicação dos benefícios do parcelamento no âmbito dos processos judiciais.

Com relação às questões em discussão judicial acima mencionadas, as provisões remanescentes serão mantidas até que haja um desfecho final e não seja cabível mais nenhum recurso.

Adicionalmente, nos termos da adesão à Medida Provisória n.º 470/09, a controlada ELEB liquidou em 2009 débitos tributários com crédito de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, no montante de R\$ 8.675.

26. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Provisões relacionadas com folha de pagamento	216.798	190.686	243.344	257.535	232.360	292.150
Programa de participação dos empregados nos lucros	62.692	56.916	63.924	71.603	66.531	71.201
Garantia de produtos (i)	203.481	202.493	265.214	214.478	212.718	274.764
Obrigação de benefícios pós-emprego (nota 28)	16.000	-	-	22.658	5.914	7.685
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas	589	1.379	-	-	-	-
Outras	10.484	9.530	12.518	32.299	32.785	24.952
	510.044	461.004	585.000	598.573	550.308	670.752
Menos - Circulante	426.726	315.844	413.061	515.844	406.527	498.813
Não Circulante	83.318	145.160	171.939	82.729	143.781	171.939

- (i) Constituídas para fazer face aos gastos relacionados a produtos, incluindo garantias e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves entregues com a finalidade de assegurar o atingimento de indicadores de desempenho.

Movimentação das provisões:

	Controladora						
	Provisões relacionadas com folha de pagamento	Programa de participação dos empregados nos lucros	Garantia de produtos	Obrigações por benefícios de aposentadoria e pensão	Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas	Outras	Total
Saldo em 1.01.2009	243.344	63.924	265.214	-	-	12.518	585.000
Adições	107.017	128.271	129.721	-	1.579	28.401	394.989
Baixas	-	(61.057)	(124.118)	-	-	(12.038)	(197.213)
Reversão	(159.675)	(74.222)	-	-	-	(20.005)	(253.902)
Ajuste de conversão	-	-	(68.324)	-	(200)	654	(67.870)
Saldo em 31.12.2009	190.686	56.916	202.493	-	1.379	9.530	461.004
Adições	108.429	83.545	113.156	16.000	766	13.426	335.322
Baixas	-	(52.961)	(88.646)	-	-	(7.998)	(149.605)
Reversão	(82.317)	(24.808)	(15.431)	-	-	(3.070)	(125.626)
Ajuste de conversão	-	-	(8.091)	-	(1.556)	(1.404)	(11.051)
Saldo em 31.12.2010	216.798	62.692	203.481	16.000	589	10.484	510.044

Consolidado						
	Provisões relacionadas com folha de pagamento	Programa de participação dos empregados nos lucros	Garantia de produtos	Obrigações de benefícios pós-emprego	Outras	Total
Saldo em 1.01.2009	292.150	71.201	274.764	7.685	24.952	670.752
Adições	141.445	144.745	129.720	223	61.437	477.570
Baixas	-	(61.057)	(124.118)	-	(12.038)	(197.213)
Reversão	(186.375)	(85.516)	-	-	(36.961)	(308.852)
Ajuste de conversão	(14.860)	(2.842)	(67.648)	(1.994)	(4.605)	(91.949)
Saldo em 31.12.2009	232.360	66.531	212.718	5.914	32.785	550.308
Adições	132.173	101.042	115.421	17.053	23.967	389.656
Baixas	-	(62.008)	(90.192)	-	(7.998)	(160.198)
Reversão	(105.799)	(32.380)	(15.431)	-	(13.251)	(166.861)
Ajuste de conversão	(1.199)	(1.582)	(8.038)	(309)	(3.204)	(14.332)
Saldo em 31.12.2010	257.535	71.603	214.478	22.658	32.299	598.573

27. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados às provisões para contingências:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Trabalhistas	74.232	54.602	48.018	76.849	57.320	53.653
Fiscais	47.882	46.449	46.064	51.182	48.511	47.544
Cíveis	-	-	-	-	-	14.130
	122.114	101.051	94.082	128.031	105.831	115.327
Menos - Circulante	11.854	17.451	20.957	12.572	18.203	22.137
Não Circulante	110.260	83.600	73.125	115.459	87.628	93.190

Movimentação das provisões para contingências:

Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 1.01.2009	48.018	46.064	-	94.082
Adições	14.995	-	-	14.995
Juros	6.436	1.294	-	7.730
Atualização monetária	317	-	-	317
Baixas	(14.725)	(1.403)	-	(16.128)
Ajuste de conversão	(439)	494	-	55
Saldo em 31.12.2009	54.602	46.449	-	101.051
Adições	11.536	-	-	11.536
Juros	8.039	1.434	-	9.473
Atualização monetária	896	-	-	896
Transferências	-	-	-	-
Baixas	(841)	-	-	(841)
Ajuste de conversão	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31.12.2010	74.232	47.882	-	122.114

Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 1.01.2009	53.653	47.544	14.130	115.327
Adições	15.630	-	-	15.630
Juros	6.491	1.490	-	7.981
Atualização monetária	317	-	-	317
Transferências	-	-	-	-
Baixas	(16.766)	(1.412)	(12.167)	(30.345)
Ajuste de conversão	(2.005)	889	(1.963)	(3.079)
Saldo em 31.12.2009	57.320	48.511	-	105.831
Adições	11.845	1.043	-	12.888
Juros	8.155	1.500	-	9.655
Transferências	(170)	170	-	-
Baixas	(1.099)	(782)	-	(1.881)
Ajuste de conversão	798	740	-	1.538
Saldo em 31.12.2010	76.849	51.182	-	128.031

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais registrados no ativo da Companhia na rubrica outros ativos. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia amparadas pela posição dos consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser resumizada como segue:

(i) Trabalhistas

As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

As principais ações em aberto foram movidas pelo sindicato em 1991, que procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991. Até 30 de setembro de 2009, aproximadamente 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia. Outra ação reivindica os ajustes dos Planos Verão e Collor I sobre a multa de 40% do FGTS paga aos empregados que estavam na Companhia entre fevereiro de 1989 e abril de 1990, e que foram demitidos entre 1989 e junho de 2003. Em setembro de 2007, o Sindicato e a Companhia firmaram acordo que prevê o início dos pagamentos a partir de outubro de 2007. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou pagamentos para 80% dos ex-empregados.

A exposição total dos processos é estimada em aproximadamente R\$ 102.345. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base na

avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com estas questões.

(ii) Fiscais

Os principais processos fiscais em andamento são os seguintes:

- Contribuições previdenciárias - a Companhia foi notificada pelas autoridades pela não retenção da contribuição previdenciária de prestadores de serviços. Os processos encontram-se na 2ª instância da esfera judicial. Além desses processos, a Companhia foi notificada para recolhimento de adicionais de riscos ambientais do trabalho. Esse processo encontra-se também na 2ª instância. O montante envolvido relativamente a esses processos, cuja provisão foi constituída integralmente, é de R\$ 22.877.
- FUNDAF - Em março de 2005, foi lavrado AIIM contra a Companhia, exigindo o recolhimento da contribuição. Em decorrência do lançamento, a Companhia ajuizou na 1ª Instância da esfera judicial, Ação Anulatória de Débito Fiscal, que se encontra pendente de julgamento. O montante envolvido nessa questão em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 10.712, integralmente provisionado.
- Imposto de Importação - Trata-se de AIIM lavrado em decorrência de pretensa violação do prazo para cumprimento do *drawback* e divergências quanto à classificação fiscal de produtos. Esses processos encontram-se na 2ª e 1ª instâncias da esfera judicial, respectivamente. O montante envolvido nesses processos em 31 de dezembro de 2010, cuja provisão foi constituída integralmente, é de R\$ 5.184. O valor acima mencionado está líquido dos depósitos judiciais efetuados em igual montante.
- CIDE – A Companhia, de janeiro a setembro de 2002, procedeu ao recolhimento da CIDE sobre “*royalties*”, serviços técnicos e assistência técnica, sem o reajuste da base de cálculo. Após uma primeira fiscalização deste período e o êxito na esfera administrativa quanto aos fatos controversos, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a proceder ao pagamento da diferença da base reajustada do período em epígrafe. Foi apresentada defesa no processo administrativo, que se encontra junto à Delegacia de Julgamento da Receita Federal para apreciação da questão em 1ª. Instância. O montante envolvido provisionado é de R\$ 4.904 em 31 de dezembro de 2010.

Passivos contingentes

Em razão de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil em junho de 2010, a Companhia discute a base de cálculo e alíquotas de tributos incidentes sobre determinadas e específicas remessas para o exterior. O valor do auto de infração é de R\$ 200.179. A Companhia apresentou impugnação dentro do prazo legal e aguarda apreciação das razões de defesa pela Delegacia de Julgamento correspondente. A probabilidade de êxito da discussão é considerada “possível” pelos Advogados responsáveis e, por esse motivo nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

28. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Benefícios de plano de pensão – Contribuição definida

A Companhia e algumas subsidiárias patrocinam um plano de contribuição definida para seus empregados, na qual a participação é opcional. Esse plano era administrado pelo Banco do Brasil S.A. – BB Previdência, passou a ser administrado pela EMBRAERPREV – Sociedade de Previdência Complementar. As contribuições da Companhia para o plano durante os anos de 2010 e 2009 foram de R\$ 40.142 e R\$ 31.615, respectivamente.

b) Benefício médico pós-emprego Controladora

A Controladora mantém um plano de assistência médica pós-emprego para os funcionários aposentados e em linha com as práticas de mercado. Em dezembro de 2010, a Controladora procedeu alterações neste plano reconhecendo uma provisão de benefícios pós-emprego no valor de R\$ 16 milhões, tendo como

contrapartida o resultado do exercício. O referido valor foi obtido por meio de cálculo atuarial considerando as seguintes principais premissas:

	Percentual Anual (em termos nominais)
Taxa de desconto financeiro	12
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	11 a 5,5
Inflação	5,5
Tábua de mortalidade geral	AT 1983

c) Benefícios médico pós-emprego subsidiárias

A EAH (subsidiária integral da Embraer S.A) patrocina um plano médico pós-emprego, cujos custos esperados de pensão e prestação de benefício médico pós-emprego para os empregados beneficiários e seus dependentes são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Obrigações de benefícios - no início do exercício	7.045	7.176
Custo dos juros	494	495
Perda atuarial	462	79
Benefícios pagos aos participantes	(353)	(388)
Obrigações do benefício - no fim do exercício	<u>7.648</u>	<u>7.362</u>

As mudanças nos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, são as seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Valor justo dos ativos do plano - no início do exercício	2.292	2.365	4.439
Retorno do investimento do plano	244	418	(1.025)
Benefícios pagos aos participantes	(353)	(388)	(474)
Valor justo dos ativos do plano - no fim do exercício	<u>2.183</u>	<u>2.395</u>	<u>2.940</u>

O valor justo dos ativos do plano é medido baseado nos inputs de Nível 1 de acordo com a norma contábil sobre medições de valor justo. Não houve alteração desde o ano anterior nas técnicas de valorização e níveis de inputs. O custo líquido de benefícios pré-pagos (provisionados) em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 está incluído em provisões diversas (Nota 26) e seus componentes estão resumidos conforme segue:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Custo provisionado- Grau de suficiência financeira	(5.465)	(4.967)	(6.527)
	<u>(5.465)</u>	<u>(4.967)</u>	<u>(6.527)</u>

As principais premissas atuariais utilizadas em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 foram conforme abaixo:

	%	
	31.12.2010	31.12.2009
Taxa de desconto média	5,75	6,25
Custo líquido do benefício periódico	5,25	5,75
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	7,75	7,75
Taxa de aumento de remuneração	5,50	5,50

Os componentes dos custos líquidos dos benefícios periódicos foram os seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009
Custo do serviço	(92)	(75)
Custo dos juros	(402)	(420)
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	159	165
Amortização do custo do serviço passado	371	388
Amortização das perdas	(165)	(171)
Custo líquido dos benefícios periódicos (benefícios)	(129)	(113)
Custo líquido	(129)	(113)

O custo líquido de benefícios está incluído nas Despesas comerciais e nas Despesas administrativas.

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2010 e 2009 era conforme segue:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fundos mútuos investidos principalmente em ações	60%	74%	59%
Fundos mútuos investidos principalmente em bônus	37%	23%	38%
Outros caixas	3%	3%	3%
	100%	100%	100%

Os seguintes pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros previstos, deverão ser efetuados aos participantes de acordo com o plano de saúde pós-emprego:

Ano	
2011	516
2012	511
2013	523
2014	476
2015	452
2016 - 2020	2.415
	4.893

Para fins de quantificação, uma taxa anual de crescimento no custo por pessoa de benefícios médicos cobertos de 7%, foi assumida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente. Está prevista redução gradual da taxa para 5% até 2012. A tendência de taxas do custo de assistência médica tem um efeito significativo nos montantes reportados para o plano de saúde pós-emprego. Uma mudança de 1% nas taxas de custo de assistência médica assumidos não produziria efeitos relevantes das Demonstrações Financeiras.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1. Capital social

O capital social autorizado está dividido em 1.000.000.000 ações ordinárias. O capital social da Controladora, subscrito e integralizado, é de R\$ 4.789.617, representado por 740.465.044 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais 16.800.000 ações encontram-se em tesouraria.

2. Ação ordinária especial

A União Federal detém uma ação ordinária especial, com mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias, porém com direitos especiais conforme descrito no Artigo 9º do Estatuto Social.

A ação ordinária de classe especial confere à União poder de veto nas seguintes matérias:

I - Mudança de denominação da Companhia ou de seu objeto social;

II - Alteração e/ou aplicação da logomarca da Companhia;

III - Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não a República Federativa do Brasil;

IV - Capacitação de terceiros em tecnologia para programas militares;

V - Interrupção de fornecimento de peças de manutenção e reposição de aeronaves militares;

VI - Transferência do controle acionário da Companhia;

VII - Quaisquer alterações: (i) às disposições deste artigo 9, do art. 4, do caput do art. 10, dos arts. 11, 14 e 15, do inciso III do art. 18, dos parágrafos 1º e 2º do art. 27, do inciso X do art. 33, do inciso XII do art. 39 ou do Capítulo VII; ou ainda (ii) de direitos atribuídos pelo Estatuto à ação de classe especial.

a) Composição acionária

Acionistas	Quantidade Ordinária			Sobre o capital total - %		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	92.983.001	101.787.901	103.082.901	12,56	13,75	13,92
Cia. Bozano	43.771.789	45.632.189	58.136.689	5,91	6,16	7,85
Janus Capital Management(NYSE)	-	-	75.807.944	-	-	10,24
Franklin Resources (NYSE)	-	47.647.852	-	-	6,43	-
Oppenheimer Fund's (NYSE)	52.262.796	50.171.337	44.721.636	7,06	6,78	6,04
Thornburg Investment Management's(NYSE)	45.525.296	43.289.188	37.726.280	6,15	5,85	5,09
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	39.762.489	39.762.489	37.412.579	5,37	5,37	5,05
Hotchkis & Wiley Capital (NYSE)	-	38.163.308	-	-	5,15	-
BLACKROCK	-	43.608.599	-	-	5,89	-
Ações em Tesouraria	16.800.000	16.800.000	16.800.000	2,27	2,27	2,27
União Federal	1	1	2.349.911	-	-	0,32
Outros	449.359.672	313.602.180	364.427.104	60,68	42,35	49,22
	740.465.044	740.465.044	740.465.044	100,00	100,00	100,00

b) Juros sobre o capital próprio

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Embraer S.A., em reuniões realizadas durante 2010, a distribuição de juros sobre capital próprio, os quais são atribuídos aos dividendos conforme a seguir:

- Em 10 de junho de 2010, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao 1º semestre de 2010 no valor de R\$ 34.540, sendo, R\$ 0,04664 por ação, sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 22 de novembro de 2010, sem nenhuma remuneração;
- Em 16 de setembro de 2010, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao 3º trimestre de 2010 no valor de R\$ 21.710, sendo, R\$ 0,03 por ação, sujeito à

retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 22 de novembro de 2010, sem nenhuma remuneração;

- Em 9 de dezembro de 2010, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2010 no valor de R\$ 144.733, sendo, R\$ 0,20 por ação, sujeito à retenção de 15% de imposto de renda na fonte, respeitadas as exceções legais, com início de pagamento no dia 14 de janeiro de 2011, sem nenhuma remuneração;

Em atendimento a legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 200.983, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Em atendimento ao ICPC 08 "Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos", a Companhia reclassificou para o patrimônio líquido o montante de R\$ 45.255, referente a juros sobre capital próprio que excedeu o dividendos mínimo obrigatório de 25% ainda não ratificado em Assembleia Geral Ordinária.

c) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é assim demonstrada:

Calculada com base nos valores da Controladora

	31.12.2010	31.12.2009
Lucro líquido da controladora de acordo com IFRS	573.592	912.093
Ajustes de adoção do IFRS	-	(21.736)
Lucro líquido da controladora de acordo com o GAAP anterior	573.592	890.357
Subvenções	(15.328)	(13.495)
Reserva legal	(28.680)	(44.518)
	<u>529.584</u>	<u>832.344</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>132.396</u>	<u>208.086</u>
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	176.945	152.886
Dividendos propostos – complemento	-	55.200
Juros sobre o capital próprio, excedente ao mínimo obrigatório (i)	(45.255)	-
Remuneração total dos acionistas	<u>131.690</u>	<u>208.086</u>
Pagamentos efetuados no exercício	<u>(49.561)</u>	<u>-</u>
Remuneração total dos acionistas do exercício em aberto	82.129	208.086
Remuneração total dos acionistas de exercícios anteriores em aberto	<u>202</u>	<u>170</u>
Remuneração total dos acionistas em aberto	<u>82.331</u>	<u>208.256</u>

(i) o valor excedente é reclassificado do passivo circulante para a conta de "dividendos adicional proposto" dentro da reserva de lucros no patrimônio líquido.

d) Reserva legal

Constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou 30% no somatório dessa reserva e reservas de capital.

e) Reserva de subvenção para investimentos

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (alteração introduzida pela Lei 11.638 de 2007), essa reserva corresponde à apropriação da parcela de lucros acumulados decorrente das subvenções governamentais recebidas para investimentos em pesquisas

efetuados pela Companhia, as quais não podem ser distribuídas aos acionistas na forma de dividendos, reconhecidas no resultado do exercício na mesma rubrica dos investimentos realizados.

Essas subvenções não incorporam a base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

f) Reserva para investimentos e de capital de giro

Esta reserva tem a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia e (iv) pode ser distribuída aos acionistas da Companhia.

g) Ações em tesouraria

Correspondem a 16.800.000 ações ordinárias adquiridas até 4 de abril de 2008, no montante de R\$ 320.250, com utilização dos recursos da Reserva para investimentos e capital de giro.

Esta operação foi realizada conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de dezembro de 2007.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria, período no qual perderão seus direitos políticos e econômicos.

Em 31 de dezembro de 2010 o valor de mercado das ações em tesouraria era R\$ 198.240, R\$ 159.768 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 148.008 em 1º de janeiro de 2009.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreendem os seguintes ajustes:

- (i) Variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras consolidadas da moeda funcional da Controladora para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras (Real).
- (ii) Variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas para a moeda funcional da Controladora (Dólar).
- (iii) Outros resultados abrangentes: Referem-se aos ganhos (perdas) atuariais não realizados decorrentes dos planos de benefícios médicos patrocinados pela Companhia.

30. REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010, na sede da Companhia, foi aprovado o “Programa para a outorga de opções de compra de ações”, destinado a diretores e empregados da Companhia ou de suas controladas e que tenham pelo menos dois anos de vínculo de trabalho. A aquisição do direito de exercício das opções se dará em três momentos: 20% após 1º ano, 30% após o 2º e 50% restantes após o 3º ano, sempre em relação à data da outorga de cada opção.

O preço de exercício de cada opção é definido na data da outorga de opção pela média ponderada da cotação dos últimos sessenta pregões, podendo ser ajustados em até 30% para anular eventuais movimentos especulativos. O participante terá um prazo máximo de 5 anos para exercício da opção, iniciado a partir da data da outorga. Em 30 de abril de 2010, foram outorgadas opções de compra de 6.510.000 ações, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 10,19 por ação.

O valor justo, atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, onde o valor de cada opção foi calculado em R\$ 1,77 para o lote com início de direito de exercício ao final do primeiro ano, R\$ 2,74 para lote com início de direito de exercício ao final do segundo ano e R\$ 3,44 para o lote com início de direito de exercício ao final do terceiro ano. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção ser exercida, volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 6 meses e taxa de juros ponderada para o período de cada lote baseadas na taxa DI divulgada pela BM&F. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme decisão da administração e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções foram calculadas

com os prazos de exercício determinados de um ano, dois anos e três anos. Esta premissa foi adotada pois a administração entende que o exercício da opção ocorrerá ao final de cada período de carência devido à alta liquidez ao alto ganho previsto para cada ação.

	2010	
	Ações (milhares)	Preço médio (R\$)
Em aberto no início do exercício	-	-
Outorgas	6.510	10,19
Posição ao fim do exercício	6.510	10,19

31. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	573.592	912.093	573.592	912.093
	573.592	912.093	573.592	912.093
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	723.665	723.665	723.665	723.665
Lucro básico por ação	0,79262	1,26038	0,79262	1,26038

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas, sendo ela opções de compra de ações. Para estas opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculada conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	573.592	912.093	573.592	912.093
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	573.592	912.093	573.592	912.093
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	723.665	723.665	723.665	723.665
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído (i)	354	-	354	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares	724.019	723.665	724.019	723.665
Lucro diluído por ação	0,79223	1,26038	0,79223	1,26038

(i) Refere-se ao efeito dilutivo potencial das ações para o período findo em 31 de dezembro de 2010. Não existe efeito potencialmente dilutivo das ações para o ano findo em 31 de dezembro de 2009.

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 1996 e renovada em dezembro de 2008, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Até 2009, o valor da Participação nos Lucros e Resultados era equivalente a 12,5% do lucro líquido do exercício social apurado de acordo com o US GAAP.

A partir de 2010, com a adoção e apresentação das demonstrações financeiras em IFRS no Brasil, este passou a ser o novo princípio contábil base para cálculo da participação desses lucros e resultados. Desse montante, 30% são distribuídos em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário. A Controladora contabilizou a participação nos lucros e resultados nos montantes de R\$ 65.670 e R\$ 58.339 em 2010 e 2009, respectivamente (no Consolidado R\$ 71.759 em 2010 e R\$ 61.929 em 2009).

33. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Garantia financeira - Mesa (i)	-	(179.344)	-	(179.344)
Despesas com reestruturação (ii)	-	(119.905)	-	(137.321)
Multas contratuais (iii)	41.506	128.513	39.117	122.267
Manutenção e custo de voos das aeronaves - frota	(9.034)	(15.262)	(10.438)	(47.986)
Ressarcimento de despesas	14.057	14.582	14.180	16.115
Impostos sobre outras receitas	2.096	(12.729)	1.382	(15.083)
Royalties	18.935	21.374	11.948	11.581
Modificação de produtos	(8.442)	(9.733)	(8.442)	(9.733)
Vendas diversas	9.106	7.462	11.117	7.750
Gastos com programas	(12.727)	(6.648)	(12.727)	(6.648)
Normas de segurança de voo	(6.217)	(5.653)	(6.217)	(5.653)
Manutenção de aeronaves de terceiros	(2.268)	(4.331)	(2.268)	(4.331)
Provisões para contingências	(11.529)	(1.017)	(11.692)	(102)
Outras (iv)	47.017	(11.834)	(9.230)	(8.391)
	<u>82.500</u>	<u>(194.525)</u>	<u>16.730</u>	<u>(256.879)</u>

- (i) Refere-se ao valor para cobrir perdas relativas a garantias financeiras referente ao pedido de concordata da MESA AirGroup em janeiro de 2010.
- (ii) Correspondem a custos incorridos em decorrência da revisão de base de custos e de efetivo de pessoal, adequando-os à realidade de demanda por aeronaves comerciais e executivas.
- (iii) Substancialmente composto por multas cobradas dos clientes pelo cancelamento de contratos de vendas, conforme previstos nos referidos contratos.
- (iv) Em dezembro de 2010, na Controladora, foi reconhecido o montante de R\$ 45.824, corresponde à indenização de seguro pago pela Controlada ECC Insurance para a Controladora decorrente das garantias financeiras exercidas por terceiros, relacionadas com a concordata da MESA AirGroup.

34. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função. A seguir apresenta o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Conforme demonstração de resultado:				
Receitas líquidas	8.130.393	9.284.481	9.380.625	10.871.275
Custo dos produtos e serviços vendidos	(6.635.392)	(7.655.651)	(7.582.662)	(8.759.483)
Administrativas	(254.818)	(280.842)	(346.061)	(376.199)
Comerciais	(482.468)	(503.514)	(657.010)	(601.119)
Pesquisa	(125.090)	(110.757)	(126.102)	(110.855)
Outras receitas (despesas), líquidas	82.500	(194.525)	16.730	(256.879)
Equivalência patrimonial	(69.943)	147.191	-	-
	645.182	686.383	685.520	766.740
Receitas (despesas) por natureza:				
Receita de produtos	7.937.871	9.058.116	8.700.525	10.275.165
Receita de serviços	268.998	304.225	787.987	722.624
Dedução de vendas	(76.476)	(77.860)	(107.887)	(126.514)
Custo atribuído ao produto	(6.359.302)	(7.345.618)	(7.199.067)	(8.281.938)
Depreciação	(79.679)	(130.887)	(179.819)	(228.341)
Amortização	(196.411)	(209.226)	(203.776)	(223.807)
Despesa com pessoal	(335.639)	(302.205)	(509.981)	(496.891)
Despesa com comercialização	(120.142)	(119.755)	(175.460)	(170.524)
Outras despesas (receitas), líquidas	(394.038)	(490.407)	(427.002)	(703.034)
	645.182	686.383	685.520	766.740

35. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(146.157)	(207.564)	(159.080)	(232.692)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições	(19.711)	(21.207)	(19.737)	(22.092)
Despesas com estruturação financeira	(1.121)	(1.529)	(15.025)	(27)
IOF sobre operações financeiras	(2.284)	(5.010)	(2.781)	(5.347)
Despesas com garantias financeiras de valor residual	(4.674)	-	(4.674)	-
Outras	(10.973)	(14.661)	(14.644)	(26.312)
Total despesas financeiras	(184.920)	(249.971)	(215.941)	(286.470)
Receitas financeiras:				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos	170.791	170.369	203.209	196.222
Juros sobre recebíveis	37.032	55.989	41.415	90.978
Estruturação financeira	1.145	-	1.321	1.739
Garantias financeiras	-	1.917	-	1.917
Outras	387	409	881	11.915
Total receitas financeiras	209.355	228.684	246.826	302.771
Receitas (despesas) financeiras	24.435	(21.287)	30.885	16.301

36. VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Variações monetárias e cambiais, líquidas:				
Ativas:				
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativos	45.739	477.602	45.804	477.604
Contas a receber de clientes, líquida	(671)	54.566	19.733	74.222
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(1.408)	623
Crédito de impostos	(18.190)	51.902	(17.570)	55.061
Outras	59.822	36.553	52.547	23.408
	86.700	620.623	99.106	630.918
Passivas:				
Adiantamentos de clientes	(10.529)	(60.460)	(19.500)	(59.697)
Financiamentos	(7.136)	(410.220)	(12.057)	(436.138)
Fornecedores	(759)	(10.579)	(1.517)	(10.401)
Contas a pagar	(6.168)	(13.445)	(7.203)	(15.615)
Impostos e encargos a recolher	(47.473)	(189.629)	(50.567)	(191.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.843	(70)	2.840	(70)
Provisões	(15.038)	(70.513)	(15.097)	(72.613)
Provisões para contingências	(6.187)	(8.052)	(6.270)	(8.096)
Outras	(875)	(308)	(2.904)	(192)
	(91.322)	(763.276)	(112.275)	(794.135)
Variações monetárias e cambiais	(4.622)	(142.653)	(13.169)	(163.217)
Instrumentos financeiros derivativos	(11.980)	48.608	11.819	27.393
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(16.602)	(94.045)	(1.350)	(135.824)

37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos diferidos

Face à base tributária dos ativos e passivos da Controladora ser mantida em reais históricos e a base contábil em dólares (moeda funcional), as flutuações na taxa de câmbio impactaram significativamente a base tributária e, consequentemente as despesas/receitas de imposto de renda diferido registradas no resultado (item “e” a seguir).

A Companhia, fundamentada na expectativa provável de geração de lucros tributáveis, registrou em suas demonstrações financeiras o ativo fiscal diferido representado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição.

Quanto aos créditos referentes a diferenças temporárias relativas às provisões não dedutíveis, representados principalmente por provisões de contingências trabalhistas, provisões e tributos em discussão judicial, serão realizados à medida que os processos correspondentes forem concluídos.

Os ativos de impostos diferidos líquidos são apresentados nas demonstrações financeiras como seguem:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Impostos diferidos ativos	196.303	267.726	-	231.750	298.910	25.506
Impostos diferidos passivos	-	-	(70.785)	(18.998)	(28.202)	(85.202)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	196.303	267.726	(70.785)	212.752	270.708	(59.696)

Os componentes de impostos ativos e passivos diferidos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 são demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Prejuízos fiscais a compensar	6.017	12.022	28.831	32.341	24.715	47.662
Base negativa de contribuição social	-	-	-	2.154	2.822	3.255
Créditos não reconhecidos	-	-	-	(25.017)	(9.416)	(5.076)
Provisões temporariamente não dedutíveis	583.770	568.821	674.542	648.919	631.731	733.196
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária do estoque, imobilizado e intangível	267.844	287.979	(268.114)	280.379	297.326	(279.664)
Diferenças de prática IFRS	99.770	104.663	115.679	99.770	104.663	115.679
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (art. 17 Lei 11.196/05)	(624.275)	(602.733)	(535.553)	(637.145)	(615.338)	(548.056)
Reavaliação do imobilizado	(12.996)	(13.589)	(14.194)	(12.996)	(13.589)	(14.194)
Reserva de correção monetária especial	(3.658)	(4.012)	(4.359)	(3.658)	(4.012)	(4.359)
Ajustes acumulados de conversão sobre investimentos	(10.136)	(16.215)	(13.593)	(10.136)	(16.215)	(13.593)
Efeito da Lei 11.638	(43.921)	(32.623)	(32.990)	(43.740)	(33.206)	(31.710)
Outros	(66.112)	(36.587)	(21.034)	(118.119)	(98.773)	(62.836)
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	196.303	267.726	(70.785)	212.752	270.708	(59.696)

Segue abaixo a movimentação dos impostos diferidos que afetaram o resultado:

	Controladora			Consolidado		
	do exercício	abrangente	total	do exercício	abrangente	total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(57.192)	(13.593)	(70.785)	(46.103)	(13.593)	(59.696)
Prejuízos fiscais a compensar	(16.809)	-	(16.809)	(22.947)	-	(22.947)
Base negativa de contribuição social	-	-	-	(433)	-	(433)
Créditos não reconhecidos	-	-	-	(4.340)	-	(4.340)
Provisões temporariamente não dedutíveis	(105.721)	-	(105.721)	(101.465)	-	(101.465)
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária do estoque, imobilizado e intangível	556.093	-	556.093	576.990	-	576.990
Diferenças de prática IFRS	(11.016)	-	(11.016)	(11.016)	-	(11.016)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (art. 17 Lei 11.196/05)	(67.180)	-	(67.180)	(67.282)	-	(67.282)
Efeito de conversão dos impostos diferidos	-	(24.969)	(24.969)	-	(34.554)	(34.554)
Reserva de correção monetária especial	347	-	347	347	-	347
Ajustes acumulados de conversão sobre investimentos	-	(2.622)	(2.622)	-	(2.622)	(2.622)
Efeito da Lei 11.638	367	-	367	(1.496)	-	(1.496)
Outros	10.021	-	10.021	(778)	-	(778)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	308.910	(41.184)	267.726	321.477	(50.769)	270.708
Prejuízos fiscais a compensar	(6.005)	-	(6.005)	7.625	-	7.625
Base negativa de contribuição social	-	-	-	(668)	-	(668)
Créditos não reconhecidos	-	-	-	(15.601)	-	(15.601)
Provisões temporariamente não dedutíveis	14.949	-	14.949	17.188	-	17.188
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária do estoque, imobilizado e intangível	(20.135)	-	(20.135)	(16.947)	-	(16.947)
Diferenças de prática IFRS	(4.893)	-	(4.893)	(4.893)	-	(4.893)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (art. 17 Lei 11.196/05)	(21.542)	-	(21.542)	(21.807)	-	(21.807)
Efeito de conversão dos impostos diferidos	-	(3.532)	(3.532)	-	(8.982)	(8.982)
Reserva de correção monetária especial	354	-	354	354	-	354
Ajustes acumulados de conversão sobre investimentos	-	6.079	6.079	0	6.079	6.079
Efeito da Lei 11.638	(11.298)	-	(11.298)	(10.534)	-	(10.534)
Outros	(25.400)	-	(25.400)	(9.770)	-	(9.770)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	234.940	(38.637)	196.303	266.424	(53.672)	212.752

b) Composição dos impostos correntes e diferidos

A seguir apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social entre corrente e diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Constituição de prejuízos fiscais e base negativa	(6.005)	(16.809)	6.958	(23.380)
Aumento (redução) dos créditos não reconhecidos	-	-	(15.601)	(4.340)
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas	(6.005)	(16.809)	(8.643)	(27.720)
Efeito das diferenças temporárias	(51.774)	393.560	(30.983)	407.812
Diferenças de prática (Lei 6.404 x Lei 11.638)	(11.298)	367	(10.534)	(1.496)
Diferenças de prática (Lei 11.638 x IFRS/CPC)	(4.893)	(11.016)	(4.893)	(11.016)
Sobre diferenças temporárias	(67.965)	382.911	(46.410)	395.300
Receita (despesa) de imposto de renda diferido	(73.970)	366.102	(55.053)	367.580
Receita (despesa) de imposto de renda corrente	(5.453)	(25.060)	(59.824)	(77.526)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	(79.423)	341.042	(114.877)	290.054

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	653.015	571.051	715.055	647.217
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	(222.025)	(194.157)	(243.119)	(220.054)
Despesas não dedutíveis:				
Tributação do lucro das controladas no exterior	(2.420)	(13.393)	(2.420)	-
Outras	(25.694)	(8.369)	(25.869)	(8.670)
	(28.114)	(21.762)	(28.289)	(8.670)
Receitas não tributáveis e/ou incentivos fiscais:				
Equivalência patrimonial	10.149	38.472	-	-
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (art. 19 Lei 11.196/05)	109.991	118.999	109.991	118.999
Juros sobre capital próprio	52.947	59.051	52.947	59.051
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária do estoque, imobilizado e intangível	(20.135)	556.093	(16.947)	576.990
Efeito de conversão do resultado (i)	30.342	(240.820)	24.049	(243.495)
Outros	(12.578)	25.166	(13.509)	7.233
	170.716	556.961	156.531	518.778
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(79.423)	341.042	(114.877)	290.054

O reconhecimento dos valores acima mencionados, resultou em uma alíquota efetiva de 12,16% na Controladora e 16,07% no Consolidado em 2010. A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas gerada em 2010 em comparação com a receita gerada em 2009 decorre substancialmente do impacto da variação cambial sobre a base tributária dos ativos não monetários (estoques, imobilizado e intangível) ainda não realizados na data de encerramento do exercício.

(i) os efeitos da conversão do resultado decorrem substancialmente da variação cambial sobre a base tributária dos ativos não monetários (estoques, imobilizado e intangível) realizados no exercício.

38. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (*IMPAIRMENT*)

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de todas as suas unidades geradoras de caixa sem encontrar indicadores de perda, no entanto existem unidades geradoras de caixa relacionadas a ativos intangíveis em desenvolvimento, desta forma a Companhia efetuou análise de “*impairment*” para estes casos.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:

Margem bruta

A administração determinou a margem bruta orçada com base no seu desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. Essas margens também consideram os ganhos de eficiência planejados para o ciclo do produto.

Taxas de crescimento

As taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçada pela Companhia, consistentemente com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

Taxas de desconto

As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e foram baseadas em cotações de mercado considerando o período de fluxo de caixa orçado utilizado pela Companhia, sendo 2,17% ao ano em 31 de dezembro de 2010 e 2,98% ao ano em 31 de dezembro de 2009.

Nenhuma perda por “*impairment*” foi registrada para o ativo intangível ou ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

39. GARANTIAS FINANCEIRAS

	Garantias financeiras	Garantias financeiras de valor residual	Provisão adicional (i)	Total
Saldo em 01/01/2009	382.057	22.138	-	404.195
Adições	1.708	-	179.340	181.048
Marcação a mercado	-	(1.699)	-	(1.699)
Apropriação ao resultado	(36.329)	-	-	(36.329)
Ajuste de conversão	(93.638)	(5.918)	-	(99.556)
Saldo em 31/12/2009	253.798	14.521	179.340	447.659
Adições	966	-	-	966
Baixa	-	-	(45.824)	(45.824)
Marcação a mercado	-	4.674	-	4.674
Apropriação ao resultado	(27.290)	-	-	(27.290)
Ajuste de conversão	(6.943)	(729)	(6.718)	(14.390)
Saldo em 31/12/2010	220.531	18.466	126.798	365.795

- (i) Em 2009, em decorrência do pedido de concordata (Chapter 11) em 5 de janeiro de 2010, do cliente MESA AirGroup, junto à Corte Distrital Sul da cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América, a Companhia constitui provisão para cobrir perdas relativas às suas obrigações com garantias financeiras oferecidas ao agente financiador em relação às 36 aeronaves ERJ145 adquiridas da Companhia em poder dessa empresa. Em 2010, face à inadimplência da MESA AirGroup, parte dessas garantias foram exercidas pelo agente financiador e a Companhia procedeu aos desembolsos. A Companhia, com base em suas

melhores estimativas atuais, acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas relativas a essas garantias financeiras.

40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados mediante informações disponíveis no mercado e com a aplicação de metodologias que a Companhia julga apropriada para melhor avaliar cada tipo de instrumento, sendo necessário à utilização de considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para se produzir a mais adequada estimativa do valor justo. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados de realização.

Os métodos abaixo foram utilizados para estimar o valor justo de cada classe de instrumento financeiro para os quais é praticável estimar-se valor justo.

O valor contábil do caixa, equivalentes de caixa, contas receber e passivo circulante se aproximam do valor justo. O valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é estimado através da metodologia de fluxo de caixa descontado. O valor justo das dívidas de longo prazo é baseado no valor descontado de seus fluxos de caixa contratuais. A taxa de desconto utilizada é baseada na curva futura de mercado para o fluxo de cada obrigação.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são como segue:

	Controladora					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valores contábeis	Valores justos	Valores contábeis	Valores justos	Valores contábeis	Valores justos
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.668.509	1.668.509	2.131.274	2.131.274	3.101.535	3.101.535
Instrumentos financeiros ativos	729.596	729.596	809.745	809.745	521.775	521.775
Contas a receber de clientes, líquidas	231.494	231.494	278.847	278.847	395.968	395.968
Contas a receber de sociedades controladas	1.047.042	1.047.042	1.270.912	1.270.912	2.412.108	2.412.108
Financiamento a clientes	128.208	128.208	53.866	53.866	77.009	77.009
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	10.247	10.247	2.569	2.569
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	2.134.585	2.200.118	3.191.367	3.650.341	3.626.998	3.319.490
Instrumentos Derivativos	730	730	837	837	389.072	389.072
Garantias Financeiras RVG	18.466	18.466	14.521	14.521	22.138	22.138
Garantias Financeiras	220.531	220.531	253.798	253.798	382.057	382.057
Fornecedores e outras obrigações	1.189.193	1.189.193	1.026.809	1.026.809	2.424.776	2.424.776

	Consolidado					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Valores contábeis	Valores justos	Valores contábeis	Valores justos	Valores contábeis	Valores justos
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2.321.199	2.321.199	2.772.618	2.772.618	4.254.999	4.254.999
Instrumentos financeiros ativos	1.308.986	1.308.986	1.704.142	1.704.142	1.049.504	1.049.504
Contas a receber de clientes, líquidas	581.943	581.943	709.272	709.272	1.062.495	1.062.495
Financiamento a clientes	117.459	117.459	91.888	91.888	284.662	284.662
Contas a receber vinculadas	896.814	896.814	846.248	846.248	1.118.606	1.118.606
Instrumentos financeiros derivativos	37.107	37.107	42.828	42.828	69.960	69.960
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	2.390.606	2.474.641	3.583.983	4.062.066	4.299.541	3.966.167
Instrumentos Derivativos	3.732	3.732	8.091	8.091	389.072	389.072
Garantias Financeiras RVG	18.466	18.466	14.521	14.521	22.138	22.138
Garantias Financeiras	220.531	220.531	253.798	253.798	382.057	382.057
Fornecedores e outras obrigações	2.220.262	2.220.262	2.153.821	2.153.821	3.900.560	3.900.560

(b) Classificação

A Companhia considera “valor justo” como sendo o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para liquidar um passivo em uma transação normal entre participantes do Mercado na data de medição (preço de saída). A Companhia emprega dados ou premissas de mercado que outros participantes do mercado utilizariam para determinar o preço do ativo ou passivo em questão, inclusive premissas sobre risco e os riscos inerentes nas fontes usadas na técnica de valorização. A Companhia aplica principalmente

o método de mercado para valorizações recorrentes de valor justo e procura utilizar as melhores informações disponíveis. Neste sentido, a Companhia usa técnicas de valorização que maximizem o uso de fontes de informações observáveis e minimizem o uso de fontes de informações não-observáveis. A Companhia classifica hierarquicamente os saldos conforme a qualidade das fontes utilizadas para gerar os preços dos valores justos. A hierarquia é composta por três níveis de valor justo conforme segue:

(i) Nível 1 - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como derivativos, ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.

(ii) Nível 2 – preços utilizados são outros que os preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos padronizados de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de *commodities*, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observados no mercado ao longo do prazo inteiro do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substanciadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas como contratos de *swap* ou futuros e opções de balcão.

(iii) Nível 3 - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente que resultem na melhor estimativa da administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia efetua uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 todos aqueles cujos valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis.

A tabela a seguir classifica por nível utilizando a hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010. A avaliação da Companhia sobre a significância de determinadas informações é subjetiva e poderá afetar a valorização de ativos e passivos ao valor justo e sua classificação dentro dos níveis de hierarquia de valor justo.

a) Controladora:

Modificações de valor justo em 31 de dezembro de 2010				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (nível 1)	Outras fontes significativas não-observáveis (nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	597.699	131.897	-	729.596
Derivativos	-	-	-	-
Passivos				
Derivativos	-	730	-	730
Modificações de valor justo em 31 de dezembro de 2009				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (nível 1)	Outras fontes significativas não-observáveis (nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	604.412	205.333	-	809.745
Derivativos	-	10.247	-	10.247
Passivos				
Derivativos	-	837	-	837

Modificações de valor justo em 1 de janeiro de 2009				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (nível 1)	Outras fontes significativas não-observáveis (nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	305.049	216.726	-	521.775
Derivativos	-	2.569	-	2.569
Passivos				
Derivativos	-	389.072	-	389.072

b) Consolidado:

Modificações de valor justo em 31 de dezembro de 2010				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (nível 1)	Outras fontes significativas não-observáveis (nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	669.792	365.142	172.336	1.207.270
Derivativos	-	37.107	-	37.107
Passivos				
Derivativos	-	3.732	-	3.732

Modificações de valor justo em 31 de dezembro de 2009				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (nível 1)	Outras fontes significativas não-observáveis (nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	730.782	657.451	240.285	1.628.518
Derivativos	-	42.828	-	42.828
Passivos				
Derivativos	-	8.091	-	8.091

Modificações de valor justo em 1 de janeiro de 2009				
	Preços cotados em mercados ativos por ativos idênticos (nível 1)	Outras fontes significativas não-observáveis (nível 2)	Fontes significativas não-observáveis (nível 3)	Total
Ativos				
Títulos negociáveis	386.774	308.217	256.368	951.359
Derivativos	-	69.960	-	69.960
Passivos				
Derivativos	-	389.072	-	389.072

Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (nível 3) em 31 de dezembro de 2010

Saldo inicial	240.285
Compras (venda)	(62.166)
Ganhos (perdas) não realizadas	4.566
Efeito de conversão	(10.349)
Saldo final	172.336

Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (nível 3) em 31 de dezembro de 2009

Saldo inicial	256.368
Compras (venda)	44.348
Ganhos (perdas) não realizadas	4.930
Efeito de conversão	(65.361)
Saldo final	240.285

	Modificações de valor justo utilizando fontes significativas não-observáveis (nível 3) em 01 de janeiro de 2009
Saldo inicial	-
Compras (venda)	280.440
Ganhos (perdas) não realizadas	(24.072)
Efeito de conversão	-
Saldo final	256.368

Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração, e prevê a existência de um comitê de gestão financeira. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia e quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

O Comitê de Gestão Financeira auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gestão financeira, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, com propósito de mitigar suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros e de câmbio, sendo vedada à utilização desse tipo de instrumento para fins especulativos.

a) Gestão de Capital

Através da gestão de capitais a Companhia busca manter níveis de liquidez adequados para assegurar a continuidade do seu programa de investimentos e para oferecer retorno aos seus acionistas, em linha com as práticas do setor Aeroespacial, cujas empresas apresentam, em geral, baixos índices de alavancagem financeira.

Nesse sentido a Companhia busca manter saldo de caixa superior ao saldo de endividamento financeiro, bem como procura manter acesso à liquidez através do estabelecimento e manutenção de linha de crédito da modalidade *standby* conforme descrito na nota 20.

No período findo em 31 de Dezembro de 2010 a posição consolidada de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento financeiro da Companhia em R\$ 1.152,8 milhões (R\$ 849,4 milhões em 2009) resultando, em termos líquidos, em uma estrutura de capital sem alavancagem.

Do endividamento financeiro total em 31 de Dezembro de 2010, apenas 5,1% era de curto prazo (28,8% em 2009) e o prazo médio ponderado era equivalente há 6,3 anos em 31 de Dezembro de 2010 (4,9 anos em 2009). O capital próprio representava 37,3% e 32,4% do passivo total ao final de 2010 e 2009, respectivamente.

b) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de peças de reposição e serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Quanto às contas a receber oriundas de faturamento de aeronaves, a Companhia pode incorrer em risco de crédito, enquanto a estruturação de financiamento não for finalizada. Para minimizar esse risco de crédito, a Companhia atua com instituições financeiras com o objetivo de agilizar a estruturação dos financiamentos.

Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos.

A política de gestão financeira determina que os ativos que compõem as carteiras de investimento no Brasil e no exterior possuam classificação de risco mínima como grau de investimento, bem como estabelece uma concentração máxima de risco equivalente a 15% do Patrimônio Líquido da instituição financeira emitente e, quando se tratar de instituição não financeira, uma participação máxima equivalente a 5% do valor total da emissão.

Os riscos de contraparte nas operações derivativas são administrados com a contratação de operações por meio de instituições financeiras de primeira linha e registro na Câmara Especial de Liquidação e Custódia - CETIP.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em reais e em dólares, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas aos passivos financeiros da Companhia e seus respectivos vencimentos.

	Controladora				
	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos	2.913.858	144.647	812.630	202.802	1.753.779
Obrigações com arrendamento financeiro	1.267	1.194	73	-	-
Fornecedores	1.079.498	1.079.498	-	-	-
Garantias financeiras	365.795	158.357	61.093	71.865	74.480
Outros passivos	175.047	20.167	30.888	104.620	19.372
Total	4.535.465	1.403.863	904.684	379.287	1.847.631
Em 31 de dezembro de 2009					
Empréstimos	1.695.120	843.621	812.800	32.498	6.201
Obrigações com arrendamento financeiro	3.308	2.104	1.204	-	-
Fornecedores	848.140	848.140	-	-	-
Garantias financeiras	447.659	209.797	60.977	73.100	103.785
Outros passivos	145.390	29.837	29.955	29.536	56.062
Total	3.139.617	1.933.499	904.936	135.134	166.048
Em 1º de janeiro de 2009					
Empréstimos	2.877.757	1.050.237	1.622.643	142.643	62.234
Obrigações com arrendamento financeiro	9.348	4.787	2.785	1.657	119
Fornecedores	2.212.076	2.212.076	-	-	-
Garantias financeiras	404.194	40.865	81.992	85.989	195.348
Outros passivos	186.960	26.492	41.273	36.424	82.771
Total	5.690.335	3.334.457	1.748.693	266.713	340.472

	Consolidado				
	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos	3.245.161	219.628	910.850	226.791	1.887.892
Obrigações com arrendamento financeiro	7.143	2.882	4.261	-	-
Fornecedores	1.250.029	1.250.029	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	783.568	186.314	364.980	35.556	196.718
Garantias financeiras	365.795	158.357	61.093	71.865	74.480
Outros passivos	190.939	34.604	67.325	39.653	49.357
Total	5.842.635	1.851.814	1.408.509	373.865	2.208.447
Em 31 de dezembro de 2009					
Empréstimos	4.483.552	1.078.759	1.177.325	243.834	1.983.634
Obrigações com arrendamento financeiro	34.824	9.021	14.110	10.123	1.570
Fornecedores	1.038.345	1.038.345	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	883.732	236.699	37.954	387.831	221.248
Garantias financeiras	447.659	209.797	60.977	73.100	103.785
Outros passivos	183.959	27.741	51.438	35.557	69.223
Total	7.072.071	2.600.362	1.341.804	750.445	2.379.460
Em 1º de janeiro de 2009					
Empréstimos	5.037.170	1.380.735	1.849.612	529.338	1.277.485
Obrigações com arrendamento financeiro	45.805	11.375	17.217	11.516	5.697
Fornecedores	2.506.226	2.506.226	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	1.179.144	321.753	39.887	497.593	319.911
Garantias financeiras	404.195	40.865	81.992	85.989	195.349
Outros passivos	153.416	20.330	29.715	21.031	82.340
Total	9.325.956	4.281.284	2.018.423	1.145.467	1.880.782

A tabela acima mostra o valor do principal do passivo e juros quando aplicáveis na data de seus respectivos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas com base no índice estabelecido em cada contrato e para passivos com taxas flutuantes. As despesas de juros foram calculadas com base na previsão de mercado para cada período (exemplo: LIBOR 6m – 12m).

d) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes e/ou reduzam os rendimentos dos ativos sujeito a juros flutuantes.

Aplicações financeiras – Como parte da política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método “Value-At-Risk – VAR”, que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade dessas aplicações. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõe as carteiras de investimento no Brasil e no exterior.

Empréstimos e Financiamentos – A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer proteção contra o risco de flutuação nas taxas de juros em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia, estão indexados como segue:

	Controladora					
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	465.969	19,44%	1.931.377	80,56%	2.397.346	100,00%
. Denominadas em Reais	-	0,00%	1.731.016	72,21%	1.731.016	72,21%
. Denominadas em US\$	465.943	19,44%	200.361	8,36%	666.304	27,79%
. Denominadas em Outras moedas	26	0,00%	-	0,00%	26	0,00%
Empréstimos	2.048.494	95,97%	86.091	4,03%	2.134.585	100,00%
. Denominadas em Reais	552.134	25,87%	86.091	4,03%	638.225	29,90%
. Denominadas em US\$	1.496.360	70,10%	-	0,00%	1.496.360	70,10%

Para a Controladora, não temos efeitos após os derivativos.

	Consolidado					
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	1.070.109	30,3%	2.457.584	69,7%	3.527.693	100,0%
. Denominadas em Reais	-	0,0%	1.747.995	49,6%	1.747.995	49,6%
. Denominadas em US\$	924.023	26,2%	709.589	20,1%	1.633.612	46,3%
. Denominadas em Outras moedas	146.086	4,1%	-	0,0%	146.086	4,1%
Empréstimos	2.116.959	88,6%	273.647	11,5%	2.390.606	100,0%
. Denominadas em Reais	551.872	23,1%	115.389	4,8%	667.261	27,9%
. Denominadas em US\$	1.559.907	62,3%	146.558	6,1%	1.706.465	71,4%
. Denominadas em Outras moedas	5.180	0,2%	11.700	0,5%	16.880	0,7%

TABELA APÓS OS DERIVATIVOS

	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	1.070.109	30,33%	2.457.584	69,67%	3.527.693	100,00%
. Denominadas em Reais	0	0,00%	1.747.995	49,55%	1.747.995	49,55%
. Denominadas em US\$	924.023	26,19%	709.589	20,11%	1.633.612	46,31%
. Denominadas em Outras moedas	146.086	4,14%	-	0,00%	146.086	4,14%
Empréstimos	2.127.300	88,99%	263.306	11,01%	2.390.606	100,00%
. Denominadas em Reais	551.872	23,09%	115.389	4,83%	667.261	27,91%
. Denominadas em US\$	1.570.248	65,68%	136.217	5,70%	1.706.465	71,38%
. Denominadas em Outras moedas	5.180	0,22%	11.700	0,49%	16.880	0,71%

	Controladora			
	Sem efeito dos Derivativos		Com efeito dos Derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	1.931.377	100,00%	1.931.377	100,00%
CDI	1.731.016	89,63%	1.731.016	89,63%
LIBOR	200.361	10,37%	200.361	10,37%
Empréstimos	86.091	100,00%	86.091	100,00%
TJLP	86.091	100,00%	86.091	100,00%

	Consolidado			
	Sem efeito dos Derivativos		Com efeito dos Derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	2.457.584	100,00%	2.457.584	100,00%
CDI	1.747.995	71,13%	1.747.995	71,13%
LIBOR	709.589	28,87%	709.589	28,87%
Empréstimos	273.647	100,00%	263.306	100,00%
TJLP	112.912	41,26%	112.912	42,88%
LIBOR	146.558	53,56%	136.217	51,73%
CDI	2.477	0,91%	2.477	0,94%
Euro	11.700	4,28%	11.700	4,44%

(ii) Risco com taxa de câmbio

A Companhia adota o dólar como moeda funcional de seus negócios (Nota 2.2.d).

Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em reais (custo de mão de obra, despesas no Brasil, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos denominados em reais), bem como os ativos e

passivos em sociedades controladas e coligadas em moedas diferentes da suas respectivas moedas funcionais.

A política de proteção de riscos cambiais adotada pela Companhia está substancialmente baseada na busca pela manutenção do equilíbrio de ativos e passivos sujeitos a variação cambial indexados em cada moeda e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse *hedge* natural efetivamente se materialize. Essa política minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do Real que pode, quando medida em dólares, apresentar um aumento ou redução da parcela de custos denominados em reais.

A busca pela minimização do risco cambial sobre os direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional podem originar operações com instrumentos derivativos, como por exemplo, *swaps*, opções cambiais e *Non-Deliverable Forward* ("NDF") para equalização da parcela denominada em reais das despesas e obrigações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía ativos e passivos financeiros denominados por diversas moedas nos montantes descritos a seguir:

	Controladora Sem efeito das operações de derivativos			Controladora Com efeito das operações de derivativos		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Empréstimos e financiamentos:						
Real	638.225	1.175.511	1.378.041	638.225	1.175.511	1.378.041
Dólar	1.496.360	2.015.856	2.248.957	1.496.360	2.015.856	2.248.957
Euro	-	-	-	-	-	-
Outras moedas	-	-	-	-	-	-
	<u>2.134.585</u>	<u>3.191.367</u>	<u>3.626.998</u>	<u>2.134.585</u>	<u>3.191.367</u>	<u>3.626.998</u>
Fornecedores:						
Real	72.949	54.218	68.754	60.514	54.218	68.754
Dólar	994.153	773.210	2.129.168	987.707	773.210	2.129.168
Euro	10.199	7.156	12.179	8.700	7.156	12.179
Outras moedas	2.197	13.556	1.975	22.577	13.556	1.975
	<u>1.079.498</u>	<u>848.140</u>	<u>2.212.076</u>	<u>1.079.498</u>	<u>848.140</u>	<u>2.212.076</u>
Total (1)	<u>3.214.083</u>	<u>4.039.507</u>	<u>5.839.074</u>	<u>3.214.083</u>	<u>4.039.507</u>	<u>5.839.074</u>
Caixa e equivalentes de caixas e instrumentos financeiros ativos:						
Real	1.731.775	2.117.416	1.822.405	1.731.775	2.117.416	1.822.405
Dólar	666.304	822.185	1.799.647	666.304	822.185	1.799.647
Euro	20	33	89	20	33	89
Outras moedas	6	1.385	1.169	6	1.385	1.169
	<u>2.398.105</u>	<u>2.941.019</u>	<u>3.623.310</u>	<u>2.398.105</u>	<u>2.941.019</u>	<u>3.623.310</u>
Contas a Receber:						
Real	41.355	181.951	117.795	41.355	181.951	117.795
Dólar	190.139	96.896	278.173	190.139	96.896	278.173
Euro	-	-	-	-	-	-
Outras moedas	-	-	-	-	-	-
	<u>231.494</u>	<u>278.847</u>	<u>395.968</u>	<u>231.494</u>	<u>278.847</u>	<u>395.968</u>
Total (2)	<u>2.629.599</u>	<u>3.219.866</u>	<u>4.019.278</u>	<u>2.629.599</u>	<u>3.219.866</u>	<u>4.019.278</u>
Exposição líquida (1 - 2):						
Real	(1.061.956)	(1.069.638)	(493.405)	(1.074.391)	(1.069.638)	(493.405)
Dólar	1.634.070	1.869.985	2.300.305	1.627.624	1.869.985	2.300.305
Euro	10.179	7.123	12.090	8.680	7.123	12.090
Outras moedas	2.191	12.171	806	22.571	12.171	806

	Consolidado Sem efeito das operações de derivativos			Consolidado Com efeito das operações de derivativos		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Empréstimos e financiamentos:						
Real	667.261	1.252.119	1.470.382	667.261	1.252.119	1.470.382
Dólar	1.706.465	2.266.867	2.668.999	1.706.465	2.266.867	2.668.999
Euro	16.880	64.997	108.620	16.880	64.997	108.620
Outras moedas	-	-	51.540	-	-	51.540
	<u>2.390.606</u>	<u>3.583.983</u>	<u>4.299.541</u>	<u>2.390.606</u>	<u>3.583.983</u>	<u>4.299.541</u>
Fornecedores:						
Real	63.631	43.234	73.508	63.631	43.234	73.508
Dólar	1.113.069	934.399	2.336.537	1.113.069	934.399	2.336.537
Euro	68.948	50.551	91.422	68.948	50.551	91.422
Outras moedas	4.381	10.161	4.759	4.381	10.161	4.759
	<u>1.250.029</u>	<u>1.038.345</u>	<u>2.506.226</u>	<u>1.250.029</u>	<u>1.038.345</u>	<u>2.506.226</u>
Total (1)	<u>3.640.635</u>	<u>4.622.328</u>	<u>6.805.767</u>	<u>3.640.635</u>	<u>4.622.328</u>	<u>6.805.767</u>
Caixa e equivalentes de caixas e instrumentos financeiros ativos:						
Real	1.752.700	2.131.756	1.827.761	1.752.700	2.131.756	1.827.761
Dólar	1.731.399	2.241.695	3.350.319	1.731.399	2.241.695	3.350.319
Euro	34.328	64.768	88.906	34.328	64.768	88.906
Outras moedas	111.758	38.541	37.517	111.758	38.541	37.517
	<u>3.630.185</u>	<u>4.476.760</u>	<u>5.304.503</u>	<u>3.630.185</u>	<u>4.476.760</u>	<u>5.304.503</u>
Contas a Receber:						
Real	74.449	188.348	121.545	74.449	188.348	121.545
Dólar	420.993	362.624	694.121	420.993	362.624	694.121
Euro	85.782	157.853	246.525	85.782	157.853	246.525
Outras moedas	719	447	304	719	447	304
	<u>581.943</u>	<u>709.272</u>	<u>1.062.495</u>	<u>581.943</u>	<u>709.272</u>	<u>1.062.495</u>
Total (2)	<u>4.212.128</u>	<u>5.186.032</u>	<u>6.366.998</u>	<u>4.212.128</u>	<u>5.186.032</u>	<u>6.366.998</u>
Exposição líquida (1 - 2):						
Real	(1.096.257)	(1.024.751)	(405.416)	(1.096.257)	(1.024.751)	(405.416)
Dólar	667.142	596.947	961.096	667.142	596.947	961.096
Euro	(34.282)	(107.073)	(135.389)	(34.282)	(107.073)	(135.389)
Outras moedas	(108.096)	(28.827)	18.478	(108.096)	(28.827)	18.478

A Companhia possui outros ativos e passivos que também estão sujeitos a variação cambial e não foram incluídos na nota acima, porém são utilizados para minimizar a exposição nas moedas apresentadas.

(iii) Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros Derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica Variações cambiais e monetárias, líquidas.

Contratos de swap de juros

São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas a taxas flutuantes para taxas de juros fixas, bem como para troca de dólares para o Real ou inversos conforme o caso. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía nenhum contrato derivativo sujeito a chamadas de margem.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia pactuou contratos de *swap* por meio dos quais efetivamente converteu o montante de R\$ 281.324 das obrigações com e sem direito de regresso de uma taxa de juros fixa de 5,98% a.a. para uma taxa de juros flutuante equivalente a LIBOR + 1,21% a.a., e por meio de uma subsidiária contratou uma operação de *swap* no montante de R\$ 10.341 equivalentes a US\$ 6.206 convertendo operações de financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes de LIBOR 1 mês + 2,44% a.a. a juros fixos de 5,23% a.a., conforme demonstrativo abaixo:

Veja abaixo a tabela com as operações de Swaps descritas:

Controladora						Ganho (Perda)		Ganho (Perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
						31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
Financiamento de Exportação									
Ativo da Empresa	"Swap"	R\$	R\$	104.000	4,50% a.a.	-	-	(837)	(837)
Passivo da Empresa	"Swap"			104.000	42,33% CDI a.a.				
Contrapartes									
ItauBBA						-	-	(837)	(837)
Total						-	-	(837)	(837)

Consolidado						Ganho (Perda)		Ganho (Perda)	
Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
						31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
Obrigações com e sem direito de regresso									
Ativo da Empresa	"Swap"	US\$	US\$	281.324	5,98% a.a.	34.725	34.725	25.327	25.327
Passivo da Empresa	"Swap"			281.324	Libor + 1,21%				
Contrapartes									
Natixis						34.725	34.725	25.327	25.327
Financiamento de Exportação									
Ativo da Empresa	"Swap"	R\$	R\$	104.000	4,50% a.a.	-	-	(837)	(837)
Passivo da Empresa	"Swap"			104.000	Libor + 1,21%				
Contrapartes									
ItauBBA						-	-	(837)	(837)
Aquisição de Imobilizado									
Ativo da Empresa	"Swap"	US\$	US\$	10.341	Libor 1M +	(620)	(620)	-	-
Passivo da Empresa	"Swap"			10.341	5,23% a.a.				
Contrapartes									
Compass Bank						(620)	(620)	-	-
Total						34.105	34.105	24.490	24.490

Swaps - são avaliados pelo valor presente do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes.

Contratos de swap cambial

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 não possuía nenhuma operação contratada de swap cambial, conforme demonstrado abaixo:

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Ganho (Perda)		Ganho (Perda)	
						Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
						31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
Financiamento de Exportação									
Ativo da Empresa	"Swap"					-	-	4.921	4.921
Passivo da Empresa	"Swap"								
Contrapartes									
Citibank						-	-	4.921	4.921
Desenvolvimento de Projetos									
Ativo da Empresa	"Swap"					-	-	5.326	5.326
Passivo da Empresa	"Swap"								
Contrapartes									
Santander						-	-	5.326	5.326
Total						-	-	10.247	10.247

Outros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem pactuado operações de *swap* equivalentes a R\$ 41.655 por meio das quais passou a ter um ativo indexado ao Cupom Cambial e um passivo a uma taxa de juros pré-fixada. Conforme demonstrado abaixo, com efeito na Controladora e Consolidado:

Objeto amparado	Modalidade	Moeda original	Moeda atual	Notional (em milhares)	Taxa média pactuada	Ganho (Perda)		Ganho (Perda)	
						Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
						31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
Outros									
Ativo da Empresa	"Swap"	US\$	US\$	41.655	Cupom	(730)	(730)	-	-
Passivo da Empresa	"Swap"			41.655	USD Pré				
Contrapartes						(730)	(730)	-	-
JP Morgan						(730)	(730)	-	-
Total						(730)	(730)	-	-

Esses contratos de *swap* são sujeitos ao risco Soberano Brasileiro e, em caso de um evento que limite à conversibilidade do Real e/ou altere os tributos incidentes, poderá resultar no resgate da operação no Brasil na forma de títulos públicos de emissão do Governo Brasileiro no mercado interno (LTN's – Letras do Tesouro Nacional) juntamente com uma operação *de swap* de tais títulos para dólar.

Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de variação positiva e negativa na variável de risco considerada apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias e cambiais, bem como sobre as receitas e despesas financeiras apuradas sobre os saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2010 caso tais variações no componente de risco identificado ocorressem.

Entretanto, simplificações estatísticas foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada:

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas do item (c) acima, e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros e de variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, não foram incluídas as operações sujeitas a juros pré-fixados.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para cada uma das variáveis indicadas e, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes na data das demonstrações financeiras.

Para análise de sensibilidade dos contratos de derivativos as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre a curva de mercado (BM&F BOVESPA) vigente na data das demonstrações financeiras.

a) Fator de risco juros

		Controladora					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valores Expostos em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%	
Aplicações Financeiras	CDI	1.731.016	(92.090)	(46.045)	10.559	46.045	92.090
Empréstimos	CDI	-	-	-	-	-	-
Impacto Líquido	CDI	1.731.016	(92.090)	(46.045)	10.559	46.045	92.090
Aplicações Financeiras	LIBOR	200.361	(345)	(173)	70	173	345
Empréstimos	LIBOR	-	-	-	-	-	-
Impacto Líquido	LIBOR	200.361	(345)	(173)	70	173	345
Aplicações Financeiras	TJLP	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	86.091	2.583	1.291	-	(1.291)	(2.583)
Impacto Líquido	TJLP	86.091	2.583	1.291	-	(1.291)	(2.583)
Taxas Consideradas	CDI	10,64%	5,32%	7,98%	11,25%	13,30%	15,96%
Taxas Consideradas	LIBOR	0,34%	0,17%	0,26%	0,38%	0,43%	0,52%
Taxas Consideradas	TJLP	6,00%	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2010

		Consolidado					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valores Expostos em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%	
Aplicações Financeiras	CDI	1.747.995	(92.993)	(46.497)	10.663	46.497	92.993
Empréstimos	CDI	2.477	132	66	(15)	(66)	(132)
Impacto Líquido	CDI	1.745.518	(92.861)	(46.431)	10.648	46.431	92.861
Aplicações Financeiras	LIBOR	709.589	(1.223)	(612)	250	612	1.223
Empréstimos	LIBOR	146.558	253	126	(52)	(126)	(253)
Impacto Líquido	LIBOR	563.031	(970)	(486)	198	486	970
Aplicações Financeiras	TJLP	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	112.912	3.387	1.694	-	(1.694)	(3.387)
Impacto Líquido	TJLP	(112.912)	3.387	1.694	-	(1.694)	(3.387)
Taxas Consideradas	CDI	10,64%	5,32%	7,98%	11,25%	13,30%	15,96%
Taxas Consideradas	LIBOR	0,34%	0,17%	0,26%	0,38%	0,43%	0,52%
Taxas Consideradas	TJLP	6,00%	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2010

b) Fator de risco câmbio

		Controladora					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valores Expostos em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%	
Ativos		2.449.696	1.224.848	612.424	(93.801)	(612.424)	(1.224.848)
Aplicações Financeiras	BRL	1.731.016	865.508	432.754	(66.282)	(432.754)	(865.508)
Demais Ativos	BRL	718.680	359.340	179.670	(27.519)	(179.670)	(359.340)
Passivos		2.377.733	(1.173.712)	(586.856)	89.884	586.856	1.173.712
Financiamentos	BRL	638.225	(319.113)	(159.557)	24.438	159.557	319.113
Demais Passivos	BRL	1.739.508	(854.599)	(427.299)	65.446	427.299	854.599
Total Líquido		71.963	51.136	25.568	(3.917)	(25.568)	(51.136)
Taxa de Câmbio Considerada		1,6662	0,8331	1,2497	1,7300	2,0826	2,4993

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2010

		Consolidado					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valores Expostos em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%	
Ativos	2.472.950	1.236.476	618.238	(94.691)	(618.238)	(1.236.476)	
Aplicações Financeiras	BRL 1.747.995	873.998	436.999	(66.932)	(436.999)	(873.998)	
Demais Ativos	BRL 724.955	362.478	181.239	(27.759)	(181.239)	(362.478)	
Passivos	2.406.769	(1.203.385)	(601.692)	92.157	601.692	1.203.385	
Financiamentos	BRL 667.261	(333.631)	(166.815)	25.550	166.815	333.631	
Demais Passivos	BRL 1.739.508	(869.754)	(434.877)	66.607	434.877	869.754	
Total Líquido	66.181	33.091	16.546	(2.534)	(16.546)	(33.091)	
Taxa de Câmbio Considerada	1,6662	0,8331	1,2497	1,7300	2,0826	2,4993	

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2010

c) Contratos Derivativos

		Controladora					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valor de Mercado em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%	
Outros Derivativos	Cupom Cambial (730)	665	396	66	(143)	(412)	
Total	(730)	665	396	66	(143)	(412)	
Taxas de Cupom Cambial Consideradas	2,53%	1,26%	1,90%	2,83%	3,16%	3,79%	

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2010

		Consolidado					
		Variações Adicionais no Saldo Contábil (*)					
Fator de Risco	Valor de Mercado em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%	
Swap Juros	LIBOR 34.105	23.049	11.355	(4.967)	(10.281)	(20.339)	
Outros Derivativos	Cupom Cambial (730)	665	396	66	(143)	(412)	
Total	33.375	23.714	11.751	(4.901)	(10.424)	(20.751)	
Taxas de LIBOR Consideradas	0,34%	0,17%	0,26%	0,38%	0,43%	0,52%	
Taxas de Cupom Cambial Consideradas	2,53%	1,26%	1,90%	2,83%	3,16%	3,79%	

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas vigentes em 31.12.2010

d) Garantia Financeira de Valor Residual

As garantias financeiras de valor residual são contabilizadas de forma semelhante aos instrumentos financeiros derivativos conforme Nota (2.2 x).

Metodologia utilizada:

A partir dos contratos vigentes de garantia de valor residual, apuramos a variação dos valores com base em avaliações de terceiros. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia para registro das provisões em bases estatísticas, e as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as avaliações de terceiros na data das demonstrações financeiras.

		Variações Adicionais no Saldo Contábil				
	Valor de Mercado em 31/12/2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%
Garantia Financeira de Valor Residual	18.466	(147.977)	(26.655)	(4.281)	3.223	8.866
Total	18.466	(147.977)	(26.655)	(4.281)	3.223	8.866

Os contratos vigentes de garantias de valor residual são analisados tomando por base as opiniões independentes de terceiros (appraisers).

Com base nestas opiniões, simulações de cenários hipotéticos são elaboradas pela Companhia a fim de mensurar o impacto das variações nos valores residuais das aeronaves, comparando-as aos valores de provisão.

Sempre que for detectada a insuficiência da provisão atual para fazer frente ao provável exercício futuro destas garantias, a provisão é complementada a fim de apresentar a posição adequada de exposição da Companhia ao final do período.

e) Contratos Derivativos que compõem a carteira de Fundos de Investimentos Exclusivos

A Companhia mantém uma estrutura de fundos exclusivos que são consolidados às suas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia detém o controle destes fundos.

Esses fundos foram constituídos com o propósito de terceirização da gestão de aplicações financeiras da Companhia e os gestores contratados têm, respeitado os limites estabelecidos na política de investimentos, discricionariedade na seleção dos ativos que irão compor o portfólio de investimentos.

Todos os fundos são classificados como multimercado e podem manter em seu portfólio instrumentos derivativos como ferramentas para atingir o objetivo de rentabilidade proposta, derivativos esses exclusivamente relacionados às posições assumidas pelo próprio fundo não tendo qualquer relação com instrumentos derivativos contratados pela Companhia para proteção de suas próprias exposições.

Os quadros a seguir detalham os instrumentos derivativos mantidos pelos fundos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como a análise de sensibilidade à variação do principal fator de risco de que tais instrumentos estão expostos.

Simplificações estatísticas foram efetuadas no isolamento da variável de risco em análise, e, como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras da Companhia. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

i) Descrição dos contratos de instrumentos derivativos detidos pelos fundos de investimentos exclusivos

Modalidade	Quantidade de contratos	Data de vencimento	Preço unitário de mercado	Valor de referência 31.12.2010
Compra - Futuro de DI	36	Janeiro-11	99.960	3.599
Compra - Futuro de DI	1438	Julho-11	94.694	136.170
Compra - Futuro de DI	44	Outubro-11	91.868	4.042
Compra - Futuro de DI	196	Janeiro-12	89.249	17.493
Compra - Futuro de DI	982	Julho-12	84.119	82.605
Venda - Futuro de DI	160	Janeiro-13	79.368	12.699
Compra - Futuro de DI	98	Janeiro-14	70.889	6.947
Compra - Futuro de DI	2	Janeiro-17	51.006	102
Compra - Futuro de DI	324	Janeiro-21	32.586	10.558
Swap	1	Janeiro-11	731.530	(5,0)
Total				<u>274.210</u>

ii) Análise de sensibilidade

Fator de Risco	Variações Adicionais no retorno do fundo					
	Valor de referência 31.12.2010	-50%	-25%	Cenário Provável	25%	50%
CDI	274.210	(19.568)	(8.799)	-	58.379	65.425
Total	274.210	(19.568)	(8.799)	-	58.379	65.425
<u>Taxas Consideradas</u>						
CDI	10,64%	5,32%	7,98%	10,75%	13,30%	15,96%

41. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

(a) Trade-in

A Companhia está sujeita a opções de *trade-in* para 18 aeronaves. Em quaisquer operações de *trade-in* a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade-in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. O preço de *trade-in* é baseado em uma porcentagem do preço de compra original da aeronave. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade-in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade-in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

(b) Arrendamentos

A subsidiária EAH é responsável por arrendamentos operacionais não canceláveis de terrenos e equipamentos. Esses arrendamentos expiram em várias datas até 2020.

As instalações da subsidiária EACS estão localizadas em um terreno alugado por meio de um arrendamento mercantil, cujo prazo de vigência do contrato expira em 2020.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional para terrenos, equipamentos de informática e veículos, cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2011	4.794	6.686
2012	2.599	4.470
2013	1.590	3.389
2014	48	1.730
2015	-	1.829
Após 2015	-	29.702
	9.031	47.806

(c) Garantias financeiras

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o "pior cenário" e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de *performance* e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

	31.12.2010	31.12.2009
Valor máximo de garantias financeiras	1.889.304	2.173.714
Valor máximo de garantia de valor residual	1.238.653	1.342.117
Exposição mutuamente exclusiva (i)	(656.316)	(685.859)
Provisões e obrigações registradas (Nota 39)	(238.997)	(268.319)
Exposição fora do balanço	2.232.644	2.561.653
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	2.092.581	2.574.190

(i) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

42. COBERTURA DE SEGUROS (INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS)

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contratada com terceiros para bens do imobilizado e estoques é de R\$ 8.837 milhões sendo os valores considerados suficientes para cobrir os riscos envolvidos. Esse valor não inclui seguros de veículos cuja cobertura é pelo valor de mercado.

Além das coberturas acima, a Companhia mantém em vigor apólices de responsabilidade civil produtos, responsabilidade civil geral, seguro aeronáutico e responsabilidade civil diretores (*Director and Officer - D&O*) em montantes considerados adequados pela Administração.

43. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Pagamentos durante o período:				
IR e CSLL	8.986	-	50.063	31.416
Juros	142.655	160.776	107.133	171.664
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	209	2.121	209	2.121
Adições ao imobilizado pela transferência de estoques de aeronaves	-	-	174.701	-
Baixa do imobilizado pela disponibilização para venda de estoques	-	-	13.688	-
Transferência depósito em garantia para instrumentos financeiros ativos	-	-	25.265	-
Caixa restrito			47.748	

44. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A administração determinou os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Diretor-Presidente.

O Diretor-Presidente efetua sua análise do negócio baseado no resultado consolidado da Companhia, segmentando-o sob a perspectiva geográfica, e também, sob a ótica de produto comercializado. Geograficamente, a administração considera o desempenho do Brasil, América do Norte, América Latina, Ásia Pacífico, Europa e Outros.

Sob a ótica dos produtos comercializados, a análise é efetuado considerando os seguintes segmentos:

I - Mercado de viação Comercial

As atividades voltadas ao mercado de aviação comercial envolvem, principalmente o desenvolvimento, a produção e a venda de jatos comerciais e o fornecimento de serviços de suporte, com ênfase no segmento de aviação regional.

- Família ERJ 145 integrada pelos jatos ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente.
- Família EMBRAER 170/190 é integrada pelo EMBRAER 170, com 70 assentos, EMBRAER 175, com 76 assentos, EMBRAER 190, com 100 assentos e o EMBRAER 195, com 108 assentos. O modelo EMBRAER 170 está em operação comercial desde 2004 e os modelos EMBRAER 175 e EMBRAER 190 começaram a operar comercialmente a partir de 2006, e o modelo EMBRAER 195 começou a operar comercialmente a partir de 2007.

II - Mercado de Defesa e Segurança

As atividades voltadas ao mercado de defesa e segurança envolvem, principalmente a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a modificação e o suporte para aeronaves de defesa e segurança, assim como produtos e sistemas relacionados. O principal cliente da Companhia é o Ministério da Defesa do Brasil e em particular, o Comando da Aeronáutica.

- Super Tucano - aeronave leve de ataque, especialmente desenvolvida para operar em ambientes severos, sujeitos a condições extremas de temperatura e umidade, equipada com sofisticados sistemas de navegação e ataque, treinamento e simulação em voo.
- AMX - Jato avançado de ataque ao solo, desenvolvido e produzido através da cooperação entre Brasil e Itália. A Embraer foi contratada pelo Comando da Aeronáutica para modernização dessas aeronaves.
- Programa F-5BR - Modernização dos caças a jato F-5.
- Família ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*) baseada na plataforma do ERJ 145 inclui os modelos EMB 145 AEW&C - Alerta Aéreo Antecipado e Controle, EMB 145 Multi Intel - Sensoriamento Remoto e Vigilância Ar-Terra e EMB 145 MP - Patrulha Marítima e Guerra Anti-submarino. Originalmente desenvolvida para atender ao programa SIVAM, teve versões encomendadas pelos governos da Grécia, do México e mais recentemente da Índia.
- KC-390 - O Programa KC-390 tem como escopo o desenvolvimento e produção de 2 aeronaves protótipos para transporte militar e reabastecimento em voo.
- 190PR – Derivada da plataforma EMBRAER 170/190, este jato tem a finalidade de transportar o Presidente da República do Brasil e membros de sua comitiva.

III - Mercado de Aviação Executiva

As atividades voltadas ao mercado de Aviação Executiva envolvem principalmente o desenvolvimento, a produção e a venda, de jatos executivos e o fornecimento de serviços de suporte relacionados com esse segmento de mercado.

- Legacy 600 - Jato executivo na categoria Super Mid Size que utiliza a plataforma do jato regional ERJ 135.
- Legacy 500 e Legacy 450 – Jato executivo na categoria Mid Size e Midlight, respectivamente, lançados em abril de 2008.
- Phenom - Jatos executivos nas categorias Entry Level e Light Jet e integrada pelos modelos Phenom 100, cujas primeiras unidades foram entregues em 2008 e Phenom 300, cujas entregas iniciaram em 2009.
- Lineage – Jato executivo ultra-large baseado na plataforma do avião comercial EMBRAER 190. As entregas deste modelo iniciaram em 2009.

IV - Serviços Aeronáuticos

O segmento de Serviços Aeronáuticos, é relativo principalmente a: (i) serviços de apoio pós-venda aos clientes, incluindo manutenção e treinamento; (ii) comercialização de peças de reposição para as aeronaves fabricadas pela Companhia; e (iii) prestação de serviços de manutenção de aeronaves e componentes.

V - Outros

As atividades deste segmento referem-se ao arrendamento operacional de aeronaves, fornecimento de partes estruturais e sistemas hidráulicos e produção de aviões agrícolas pulverizadores.

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia realocou os valores anteriormente apresentados como “não alocados” de acordo com percentual de participação de cada segmento.

Além disso, com novos mercados em crescimento, a Companhia para melhor administrar seus negócios, introduziu alterações na segregação dos mercados onde atua.

a) Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2010

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	5.058.760	1.177.765	1.983.378	991.156	169.566	-	9.380.625
Custo dos produtos e serviços vendidos	(4.248.526)	(848.543)	(1.677.400)	(705.234)	(102.959)	-	(7.582.662)
Lucro Bruto	810.234	329.222	305.978	285.922	66.607	-	1.797.963
Margem Bruta	16,0%	28,0%	15,4%	28,8%	39,3%	-	19,2%
Despesas operacionais	(390.275)	(169.283)	(208.330)	(258.611)	(85.944)	-	(1.112.443)
Lucro Operacional	419.959	159.939	97.648	27.311	(19.337)	-	685.520
Despesas (receitas) financeiras	-	-	-	-	-	30.885	30.885
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	(1.350)	(1.350)
Lucro antes do imposto de renda	-	-	-	-	-	-	715.055
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	(114.877)	(114.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	600.178

b) Receitas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2010

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Total
América do Norte	267.655	17.653	470.199	440.734	64.153	1.260.394
Europa	2.296.155	2.744	383.874	385.241	4.382	3.072.396
Ásia Pacífico	1.284.042	213.075	487.657	64.025	16.775	2.065.574
América Latina, exceto Brasil	715.303	495.662	212.001	10.946	9.814	1.443.726
Brasil	337.520	386.498	353.047	45.633	68.327	1.191.025
Outros	158.085	62.133	76.600	44.577	6.115	347.510
Total	5.058.760	1.177.765	1.983.378	991.156	169.566	9.380.625

c) Ativos consolidados da Companhia por segmentos em 31 de dezembro de 2010

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	-	224.147	-	315.377	42.419	-	581.943
Ativo Imobilizado	734.458	71.379	221.585	382.699	590.953	-	2.001.074
Ativo Intangível	442.591	3.104	686.427	-	3.773	57.620	1.193.515
Total	1.177.049	298.630	908.012	698.076	637.145	57.620	3.776.532

d) Ativos consolidados da Companhia por região em 31 de dezembro de 2010

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	48.530	270.685	15.005	247.723	581.943
Ativo Imobilizado	300.076	692.836	72.217	935.945	2.001.074
Ativo Intangível	4.337	4.388	432	1.184.358	1.193.515
Total	352.943	967.909	87.654	2.368.026	3.776.532

e) Resultado consolidado por segmento acumulado em 31 de dezembro de 2009

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.811.449	948.944	1.694.073	1.194.214	222.595	-	10.871.275
Custo dos produtos e serviços vendidos	(5.648.556)	(737.833)	(1.393.319)	(843.822)	(135.953)	-	(8.759.483)
Lucro Bruto	1.162.893	211.111	300.754	350.392	86.642	-	2.111.792
Margem Bruta	17,1%	22,2%	17,8%	29,3%	38,9%	-	19,4%
Despesas operacionais	(881.927)	(114.435)	(119.482)	(160.712)	(68.496)	-	(1.345.052)
Lucro Operacional	280.966	96.676	181.272	189.680	18.146	-	766.740
Despesas (receitas) financeiras	-	-	-	-	-	16.301	16.301
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	(135.824)	(135.824)
Lucro antes do imposto de renda	-	-	-	-	-	-	647.217
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	290.054	290.054
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	937.271

f) Vendas líquidas consolidadas por região acumulado em 31 de dezembro de 2009

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Total
América do Norte	1.246.292	17.528	573.463	598.400	61.244	2.496.927
Europa	2.760.025	20.835	330.902	384.259	26.443	3.522.464
Ásia Pacífico	1.539.491	143.376	464.427	101.182	3.117	2.251.593
América Latina, exceto Brasil	319.332	330.970	85.169	11.101	6.513	753.085
Brasil	488.664	426.858	136.467	30.337	63.108	1.145.434
Outros	457.645	9.377	103.645	68.935	62.170	701.772
Total	6.811.449	948.944	1.694.073	1.194.214	222.595	10.871.275

g) Ativos consolidados da Companhia por segmento em 31 de dezembro de 2009

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	6.064	220.004	1.000	414.074	68.130	-	709.272
Ativo Imobilizado	770.773	46.628	186.000	235.938	678.306	-	1.917.645
Ativo Intangível	493.042	7.452	710.123	-	4.175	48.366	1.263.158
Total	1.269.879	274.084	897.123	650.012	750.611	48.366	3.890.075

h) Ativos da Companhia por região em 31 de dezembro de 2009

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	62.866	342.973	10.704	292.729	709.272
Ativo Imobilizado	228.031	588.445	76.128	1.025.041	1.917.645
Ativo Intangível	3.647	4.981	1.462	1.253.068	1.263.158
Total	294.544	936.399	88.294	2.570.838	3.890.075

i) Ativos consolidados da Companhia por segmento em 1º de janeiro de 2009

	Aviação Comercial	Defesa e Segurança	Aviação Executiva	Serviços Aeronáuticos	Outros	Não Segmentado	Total
Contas a Receber	-	231.100	-	681.844	149.551	-	1.062.495
Ativo Imobilizado	1.060.883	43.474	224.610	297.785	849.599	-	2.476.351
Ativo Intangível	740.768	9.446	785.632	-	25.002	51.530	1.612.378
Total	1.801.651	284.020	1.010.242	979.629	1.024.152	51.530	5.151.224

j) Ativos consolidados da Companhia por região em 1º de janeiro de 2009

	América do Norte	Europa	Ásia Pacífico	Brasil	Total
Contas a Receber	148.628	464.742	37.874	411.251	1.062.495
Ativo Imobilizado	224.554	764.567	114.342	1.372.888	2.476.351
Ativo Intangível	3.778	4.735	1.139	1.602.726	1.612.378
Total	376.960	1.234.044	153.355	3.386.865	5.151.224

Outros ativos não divulgados no quadro acima correspondem principalmente a disponibilidades, estoques, depósitos em garantias e contas a receber vinculadas que não são gerenciados por segmentos pela Companhia.

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de março de 2011 a Companhia assinou um contrato de compra de 64,7% do capital social da divisão de radares da OrbiSat da Amazônia S.A. no valor de R\$ 28,5 milhões. O objetivo desta aquisição estratégica é aumentar a participação da Embraer Defesa e Segurança no Sistema Brasileiro de Segurança.